

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CARLA CRISTINA JACINTO DA SILVA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS: AS CAMPANHAS E AS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO NOTURNAS DE UBERLÂNDIA-MG (1947-1963)**

UBERLÂNDIA

2015

CARLA CRISTINA JACINTO DA SILVA

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS: AS CAMPANHAS E AS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO NOTURNAS DE UBERLÂNDIA-MG (1947 – 1963)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia,
como exigência parcial para obtenção do título de Mestre
em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia da
Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a Sandra Cristina Fagundes de Lima.

UBERLÂNDIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586h Silva, Carla Cristina Jacinto da, 1987-
2015 História da educação de adolescentes e adultos : as campanhas e as
instituições de ensino noturnas de Uberlândia-MG (1947 – 1963) / Carla
Cristina Jacinto da Silva. - 2015.
140 f. : il.

Orientador: Sandra Cristina Fagundes de Lima.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Educação - Uberlândia (MG) - História -
1947-1963 - Teses. 3. Educação de adultos - Teses. 4. Escolas noturnas -
Uberlândia (MG) - Teses. I. Lima, Sandra Cristina Fagundes de. II.
Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS: AS CAMPANHAS E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NOTURNAS DE UBERLÂNDIA-MG (1947-1963)

Dissertação para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia-MG, pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, _____ de _____ de 2015.

Prof^a. Dr^a Sandra Cristina Fagundes de Lima, (Orientadora) UFU/MG

Prof^a. Dr^a Sônia Maria dos Santos UFU/MG

Prof. Dr. Leônicio José Gomes Soares UFMG/MG

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

AGRADECIMENTOS

Chegar a esta etapa não foi fácil, foi necessário persistência, fé e determinação. Dessa forma, agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado sabedoria e força durante a execução deste trabalho, assim como a oportunidade de fazer o curso de mestrado.

Agradeço e dedico esta dissertação aos meus pais, Maria Aparecida e Eurípedes, razão do meu viver, dos quais me orgulho e tenho como exemplos para minha vida.

Agradeço imensamente aos meus irmãos, Luciano, Leandro, André e Carlos, por sempre estarem ao meu lado, principalmente nos momentos difíceis na caminhada da vida e nesta etapa tão especial.

Aos meus familiares pelo apoio e carinho, obrigado por entenderem os meus momentos de ausência.

A minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Sandra Cristina Fagundes de Lima, por toda atenção, carinho e amizade. Obrigada por ter me dado “asas” durante a realização desta dissertação, por acreditar na minha pesquisa e me inspirar a buscar cada vez mais crescimento acadêmico.

À Prof.^a Dr.^a Sônia Maria dos Santos, por ter me apresentado a Educação de Jovens e Adultos ainda na graduação e me ensinado a gostar dessa área de ensino. Agradeço também pelo carinho, amizade e apoio durante esse trajeto, assim como as considerações feitas na banca de qualificação.

Ao Prof. Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior, pela atenção e considerações na banca da qualificação.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia.

A minha amiga Renata Fidélis, por todo apoio nos momentos difíceis, desde o processo de seleção ao processo de finalização desta dissertação.

A todos os funcionários do Arquivo Público de Uberlândia, especialmente a Jô, Marluce e Marlene, obrigada por toda atenção e gentileza no período de desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a Capes pelo apoio e ajuda financeira.

RESUMO

O presente estudo tem como tema a história da Educação de Adolescentes e Adultos no município de Uberlândia-MG. O recorte cronológico inicia-se em 1947, quando foi lançada a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no país, e termina em 1963 quando esta encerra suas atividades. Os objetivos desta pesquisa foram: apreender as características das campanhas de alfabetização como iniciativa desse tipo de ensino em Uberlândia; mapear e analisar as instituições noturnas de ensino primário como lócus da educação de adolescentes e adultos; caracterizar e analisar os sujeitos desta, com ênfase para a discussão das representações do analfabeto e do perfil dos alunos das escolas noturnas. Além da pesquisa bibliográfica, utilizamos como fontes os seguintes documentos: atas de reuniões das escolas noturnas, livros de matrículas, livros de frequência diária dos alunos e livros de pontos dos professores, e também os jornais *Correio de Uberlândia* e *O repórter*, veiculados no período. Esse material foi todo pesquisado no Arquivo Público de Uberlândia. Historicamente, essa área de ensino recebeu atenção no Brasil quando os resultados do recenseamento de 1940 apontaram que 55% da população acima dos 18 anos era analfabeto. A partir desse período, tiveram início as campanhas de alfabetização de caráter governamental, tendo em vista eliminar o analfabetismo no país. A primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi lançada em 1947 e alcançou em seus primeiros anos de atuação resultados quantitativos, no entanto, no início dos anos de 1950, passou a receber críticas, sendo extinta em 1963 juntamente com as campanhas lançadas posteriormente, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e a Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Ao fazermos o histórico das instituições escolares que ofereciam o ensino noturno no município no período de 1947 a 1963, localizamos seis instituições, sendo cinco urbanas e uma rural. Entre as escolas urbanas, destacamos: Grupo Escolar Felisberto Alves Carrejo, Grupo Noturno Governador Valadares, Grupo Noturno Augusto César, Escola Modelo Governador Valadares e Escola Municipal Padre José de Anchieta e a escola noturna rural para alfabetização de adultos da Cerâmica “Eldorado”. O município de Uberlândia, com o lema ordem, progresso e modernização, ajudou na implementação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no momento que em que se julgava necessário passar a imagem de cidade moderna, que contribuía para o desenvolvimento do país, no entanto quando a campanha se chocou com os interesses da elite passou a receber críticas nos jornais.

Palavras-chave: História da educação. Educação de adolescentes e adultos. Campanhas de alfabetização. Escolas noturnas.

ABSTRACT

The theme of this research is the history of the education of teenagers and adults in the city of Uberlândia, Brazil. The analysis starts in 1947, when the first campaign to educate teenagers and adults was launched in the country and coming to an end in 1963 (*Educação de Adolescentes e Adultos*). The goals of this research were: to comprehend the characteristics of the literacy campaigns as initiatives of *Educação de Adolescentes e Adultos* in Uberlândia; to map and examine the night institutions of primary education from the campaign; and finally, to depict and analyze the individuals participating in the campaign, with emphasis on the discussion of illiterate's image and the profile of the students from night schools. Besides the literature search, the following documents were analyzed: minutes from meetings at the night schools, registration records, attendance records from the students, clock in records from the teachers and local newspapers (*Correio* of Uberlândia and *O Reporter*) that ran at the time of research. All documents were analyzed at the public archives of Uberlândia (*Arquivo Públco de Uberlândia*). Historically, the *Educação de Adolescentes e Adultos* campaign got some attention in Brazil when the results from the census of 1940 pointed out that 55% of the population above 18 years old was illiterate. From this point on, governmental literacy campaigns started (*Campanhas de Alfabetização*) and their goal was to eradicate illiteracy from the country. The first literacy campaign benefiting teenagers and adults (*Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos* or *CEAA*) was launched in 1947, and it obtained measurable results in its first years, however, in the early 50s, it received many critics, leading to its shutting down in 1963 alongside with campaigns previously launched, the national campaign for rural education (*Campanha Nacional de Educação Rural* or *CNER*) and the campaign to eradicate illiteracy (*Campanha de Erradicacao do Analfabetismo* or *CNEA*). Through the making of the records from the teaching institutions providing night shifts in the city from 1947 to 1963, six institutions were located, five of them were urban and the one was rural. Among the urban schools, it's worth mentioning: *Grupo Escolar Felisberto Alves Carrejo*, *Grupo Noturno Governador Valadares*, *Grupo Noturno Augusto Cesar*, *Escola Modelo Governador Valadares* and *Escola Municipal Padre Jose de Anchieta*. And lastly, the rural school *Escola Noturna* that literates students from the neighborhood of *Cerâmica Eldorado* in Uberlândia. The city of Uberlândia, which bears the motto order, progress and modernization, helped to implement the campaign only while it that meant portraying a progressive image, contributing to the development of the country, however as soon as the campaign shocked got in the middle of the interests of the elite, it started to get bad critics from the newspapers.

Keywords: History of education. Education of teenagers and adults. Literacy Campaigns. Night schools.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEAA	Campanha de Educação Adolescentes e Adultos
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação ao Analfabetismo
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CPC	Centro Popular de Cultura
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
DNE	Departamento Nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNEP	Fundo Nacional de Ensino Primário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inep	Instituto Nacional Estudos Pedagógicos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
SEA	Serviço de Educação de Adultos
Sirena	Sistema de Rádio Educativo Nacional
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	Campanhas de alfabetização lançadas no país	7
QUADRO 2	Número de analfabetos por estado	41
QUADRO 3	Dados estatísticos da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes no Estado de Minas Gerais	53
QUADRO 4	Dados estatísticos da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes no Estado de Minas Gerais – percentagem de frequência e aprovação	53
QUADRO 5	Data de instalação das escolas noturnas	59
QUADRO 6	Total de matrículas nas escolas e grupos noturnos	63
QUADRO 7	Acréscimo e decréscimo de matrículas nos grupos escolares noturnos	64
MAPA 1	Localização dos grupos escolares em Uberlândia	69
FOTO 1	Diário de frequência do Grupo Escolar Felisberto Carrejo em 1949	71
FOTO 2	Diário de frequência do Grupo Escolar Noturno Augusto César em 1953	72
QUADRO 8	Grupo Noturno Felisberto Carrejo: idade e quantidade de alunos menores de 18 anos	78
QUADRO 9	Grupo Noturno Felisberto Carrejo: idade e quantidade de alunos maiores de 18 anos	79
QUADRO 10	Grupo Escolar Padre Anchieta e Felisberto Carrejo: idades dos alunos	80
QUADRO 11	Escola Noturna para Adultos Eldorado: idade dos alunos	81
QUADRO 12	Profissão dos pais dos alunos dos grupos noturnos: quadro geral	82
QUADRO 13	Grupo Noturno Augusto César: instrução dos pais dos alunos	83
QUADRO 14	Grupo Escolar Padre Anchieta: local de moradia dos alunos turno noturno em 1947	84
QUADRO 15	Grupo Escolar Governador Valadares: local de moradia dos alunos em 1948	85
QUADRO 16	Grupo Escolar Felisberto Carrejo e Grupo Escolar Augusto César: local de moradia dos alunos em 1948	86
QUADRO 17	Grupos Felisberto Carrejo e Augusto César: alunos distribuídos por gênero 1948-1954	87

QUADRO 18	Grupo Augusto César e Grupo Noturno Governador Valadares: alunos distribuídos por gênero – 1955-1958	88
QUADRO 19	Grupo Noturno Governador Valadares: alunos distribuídos por gênero e por série –1957-1958	88
QUADRO 20	Grupo Noturno Felisberto Carrejo: total de alunos eliminados por série – 1948	89
QUADRO 21	Grupo Noturno Felisberto Carrejo: causas e quantidade de alunos que deixaram de estudar em 1948	90
QUADRO 22	Grupo Noturno Felisberto Carrejo: idade e quantidade de alunos que deixaram de estudar em toda a escola	91
QUADRO 23	Grupo Noturno Felisberto Carrejo: total de alunos e evasão escolar (todas as séries por ano)	92
QUADRO 24	Grupo Noturno Augusto César: número de matrículas efetuadas em, nº de alunos desistentes	93
QUADRO 25	Grupo Noturno Augusto César: números de matriculados, desistentes e concluintes no ano de 1953	93
QUADRO 26	Grupo Governador Valadares: número de alunos aprovados e reprovados nas escolas aplicadas em 1957 e 1958	94
QUADRO 27	Grupo Noturno Augusto César: número de repetentes matriculados (todas as séries reunidas)	95
QUADRO 28	Escola Noturna para Adultos: notas dos alunos	96
QUADRO 29	Escola Noturna para Adultos: comparação das notas dos alunos com as das escolas diurnas	96
QUADRO 30	Grupo Noturno Augusto César: professores	97
QUADRO 31	Grupo Noturno Augusto César: número total de matrículas efetuadas e total de alunos concluintes	101

SUMÁRIO

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS: AS CAMPANHAS E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NOTURNAS DE UBERLÂNDIA (MG) (1947-1963).....	2
1.1 INTRODUÇÃO	2
2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL: CAMPANHAS E REPRESENTAÇÕES DE ANALFABETO (1947-1963).....	16
2.1 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR DAS ESCOLAS NOTURNAS NO BRASIL	17
2.2 CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS.....	28
2.3 AS REPRESENTAÇÕES DO ANALFABETISMO NO BRASIL DURANTE A EXECUÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS	42
3 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA E AS ESCOLAS NOTURNAS COMO LÓCUS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (1947-1963).....	47
3.1 CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO DIVULGADAS NOS JORNais DE UBERLÂNDIA (MG).....	48
3.2 HISTÓRICO DAS ESCOLAS NOTURNAS DE UBERLÂNDIA (1947-1963)	58
3.3 ESCOLAS NOTURNAS: USOS DO ESPAÇO E DO TEMPO	66
4 ESCOLAS NOTURNAS: SUJEITOS E PRÁTICAS ESCOLARES.....	76
4.1 SUJEITOS DAS ESCOLAS NOTURNAS	76
4.2 PRÁTICAS ESCOLARES	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	112

No meio do papel tinha uma pedra¹

No meio do papel tinha uma pedra
No meio da pedra
Um sentido.
Mesmo que eu coloque palavras sem sentidos,
Assim mesmo irão para o papel.

No meio do papel tinha uma pedra,
No meio da pedra o tempo,
Mesmo que o tempo se escorra,
Assim mesmo haverá persistência.

Tenho muitas pedras no caminho
Mas nenhuma que não possa retirar.
Troco letras quando escrevo,
Corro no dia a dia
Sem tempo de interpretar.

Se escrevo timidamente linhas feias,
Com medo de talvez errar,
Seria talvez uma pedra
Com dificuldade de se expressar.

Tenho muitas pedras no caminho
Distraio com pontos, vírgulas e acentos.
Nos meus afetos distantes
Até no amor indiferente.
Todos os dias têm pedras no caminho
Pedras que podem se quebrar
E outras, no papel criar.

(NO MEIO..., 2013, p. 12).

¹ Obra coletiva dos alunos de uma turma de EJA da Escola Municipal Ladário Teixeira, Uberlândia (MG).

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS: AS CAMPANHAS E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NOTURNAS DE UBERLÂNDIA (MG) (1947–1963)

1.1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação poderia ter sido iniciada com uma epígrafe ou poema de uma personalidade famosa, no entanto, resolvemos, não por acaso, dar espaço aos alunos de uma classe de educação de jovens e adultos, como uma forma de homenageá-los, por sua força, coragem, por superarem as dificuldades e não desistirem de seus sonhos. Esse ato é também uma forma de homenagear os sujeitos desta pesquisa, alunos adolescentes e adultos que em 1947 sofriam com o preconceito da sociedade, mas, mesmo assim, tentavam estudar, na esperança de conseguir algo melhor de um modo geral. Nesse sentido, o poema retrata as dificuldades, medos, angústias e sentimentos que esses discentes compartilham entre si.

Acreditamos que estudar a história da educação de adolescentes e adultos é como “mexer na ferida” da sociedade, por ser algo difícil de ser lembrado, já que seria mais fácil nos voltarmos para a história de instituições escolares que receberam personalidades públicas ou que foram consideradas “monumentos” das cidades, ou até a história “arrumada” que muitas vezes orgulha as pessoas. Consideramos que pesquisar sobre a trajetória da educação de pessoas que para a história oficial não foram importantes ou de instituições que receberam aqueles que, por algum motivo, não tiveram acesso a ela no momento certo, é um privilégio, uma maneira de lembrar que algum dia elas estiveram ali.

Dessa forma, iniciamos esta dissertação apresentando a cidade de Uberlândia, local onde viviam e estudavam os adolescentes e adultos, alvo das campanhas e alunos das escolas que pesquisamos. Segundo Arantes (2011), no dia 31 de agosto de 1888, sob sanção da Lei nº 4.643, ocorreu emancipação do Distrito de Paz e Registro Civil de São Pedro de Uberabinha, município de Uberaba, que se tornou então o município de São Pedro de Uberabinha (atualmente Uberlândia²). Localizado no Triângulo Mineiro, região de Minas Gerais, ele apresenta um considerável desenvolvimento de sua economia, constituindo-se, assim, em um dos mais importantes centros regionais do estado (FONSECA; VIEIRA, 2000).

Um dos segmentos de maior evidência do município é o agronegócio, no qual o cultivo de milho e soja se destaca na região. Além disso, a cidade é ponto de ligação comercial dos maiores

² O nome Uberlândia foi instituído através da Lei Estadual nº 1.126, de 19 de outubro de 1929 (DANTAS, 2008).

centros econômicos do interior do Brasil (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2014b). De acordo com o censo realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Uberlândia possui 604.013 habitantes, desse número, 478.424 são de habitantes com mais de 15 anos, entre os quais 3,8% (17.924) não sabe ler e escrever (FERNANDES, 2011).

Lopes (2008) registra que desde o final do século XIX a história de Uberlândia foi oficializada por meio dos símbolos de ordem, progresso e modernização. As classes dominantes a colocavam como cidade modelo, onde inexistiriam problemas sociais. Com efeito, conforme Soares (1993), o incremento à urbanização do município começou na década de 1940, entretanto nos planos de modernizá-lo não havia preocupação com as dificuldades enfrentadas pela população. E estas existiam, haja vista que no ano de 1950, 19.475 (41,69%) dela era analfabeto (MOURA SOBRINHO, 2003). Um índice parecido também se verificava nos dados relativos a esse aspecto no país como um todo, já que no Brasil havia o total de 51,75% analfabetos em 1950 (O ANALFABETISMO..., 1954).

Nesse período, ou seja, a partir dos anos de 1940, tiveram início as campanhas de alfabetização de caráter governamental, posto que foram desencadeadas pelo governo federal, tendo em vista acabar com o analfabetismo no país. Nesse contexto, sobretudo referente à educação de adolescentes e adultos³, perguntamos: quais as ações que a cidade de Uberlândia desempenhou para contribuir com o processo de alfabetização dos adolescentes e adultos? Quais campanhas de alfabetização foram divulgadas pela imprensa local?

Ao formular essas questões, o objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar a história da educação de adolescentes e adultos no município de Uberlândia no período de 1947 a 1963. A partir disso, decorrem os seguintes objetivos específicos:

- 1- apreender as características das campanhas como iniciativa da Educação de Adolescentes e Adultos em Uberlândia
- 2- mapear e analisar as instituições noturnas de ensino primário como lócus da Educação de adolescentes e adultos
- 3- caracterizar e analisar os sujeitos da educação de adolescentes e adultos, com ênfase para a discussão das representações do analfabeto e do perfil dos alunos das escolas noturnas.

“A educação é considerada um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação, uma vez que o conhecimento propicia o crescimento do país, contribuindo assim para o

³ Empregamos os termos adolescentes e adultos, visto que no recorte temporal da pesquisa os documentos consultados não utilizavam o termo “Jovens e Adultos”. Segundo Fávero (2008, p. 2), “juventude é uma categoria recente, aparece nos anos de 1980”.

aumento da renda e da qualidade de vida dos indivíduos” (COELHO, 2007, p. 25). Essa é uma premissa que não é nova, e os governos brasileiros desde a Proclamação da República em 1889 não têm conseguido cumprir.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) permaneceu durante um longo período na periferia dos debates educacionais, tomando seu lugar somente após se tornar uma modalidade de ensino em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que, no capítulo 2, seção 5, art. 37, refere-se à educação de jovens e adultos, dizendo que ela “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. (BRASIL, 1996, p. 25).

Historicamente, pelo menos três fatores determinaram as condições em que foram desenvolvidas as campanhas da EJA no Brasil: a falta de políticas públicas permanentes, a prevalência de uma visão assistencialista e a insuficiência de teorias sobre o processo de aprendizado dos adultos.

A falta de políticas públicas consistentes e contínuas permaneceu durante vários anos, e em consequência dessa ausência e da inexistência de financiamento específico para a educação de jovens e adultos, essa área de ensino foi, durante décadas, afastada do campo do Direito Social. A visão assistencialista foi base de muitos dos programas oferecidos pelo governo federal, principalmente no período deste estudo, o que acabou resultando em baixa qualidade de ensino e na utilização de instalações improvisadas e precárias (COELHO, 2007; PAIVA, 1973; BEISIEGEL, 1974).

Os movimentos sociais a favor desse ensino surgiram no Brasil no final dos anos de 1940. Um evento que colaborou para esse acontecimento foi a constatação feita pelo recenseamento geral daquele ano, relativa à taxa de 55% de analfabetos na população com 18 anos ou mais. Conforme Beisiegel (2003), outros fatores tiveram colaboração para essa área, como a luta dos educadores em prol da melhoria da educação do país e as ações dos grupos que estavam no poder, com o objetivo de incluir as massas populares urbanas em suas bases de manutenção política.

Haddad e Di Pierro (2000) destacam que a Revolução de 1930⁴ se tornou um marco importante no processo de reformulação da função do Estado no país. Se antes, o federalismo tinha

⁴ “Movimento político-militar que determinou o fim da Primeira República (1889-1930), originou-se da união entre os políticos e tenentes que foram derrotados nas eleições de 1930 e decidiram pôr fim ao sistema oligárquico através das armas. Após dois meses de articulações políticas nas principais capitais do país e de preparativos militares, o movimento eclodiu simultaneamente no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, na tarde do dia 3 de outubro. Em menos de um mês a revolução já era vitoriosa em quase todo o país, restando apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará

prevalecido representando e fortalecendo os interesses das oligarquias regionais, nesse novo período é o projeto de nação que se reafirma, e essa mudança pôde ser observada através da Constituição de 1934.

Em relação ao campo educacional, no Plano Nacional de Educação proposto pela nova constituição a educação passou a ser responsabilidade da União e dever do Estado, de modo que todos passaram a ter direito a ela, incluindo em suas normas o ensino primário integral gratuito de forma extensiva aos adultos. Nesse momento, pela primeira vez a EJA foi reconhecida e recebeu um tratamento particular (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Em 1938 foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), que devido a suas pesquisas no ano de 1942 instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário. Por meio dos seus recursos, este “deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 111). Em 1945 foi estabelecido que 25% “dos recursos de cada auxílio deveria ser aplicado em um plano geral de ensino supletivo destinado a adolescentes e adultos”.

A criação da Unesco em 1945, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), também influenciou o país, já que esta estimulava os países a criarem programas voltados para a educação de adultos. Dessa maneira, o Brasil sofreu uma forte influência internacional no campo educacional, surgindo assim uma nova mentalidade sobre esse tipo de ensino, que passou a ser visto como um instrumento de redemocratização, algo indispensável dentro das políticas educacionais.

Outro fato que influenciou a realização de campanhas nesse sentido foi o término do Estado Novo⁵ e a abertura do período de redemocratização⁶ no país, na qual era necessário formar bases eleitoreiras. De acordo com Paiva (1973, p. 141):

Com o final da Guerra e a criação da UNESCO, no plano internacional, e a derrubada do Estado Novo, internamente, a alfabetização e educação da população adulta passaram a ser percebidas como um instrumento de redemocratização, como um problema que merecia tratamento especial e que polarizava as atenções pela possibilidade de utilização da educação em função de novos objetivos políticos.

ainda sob controle do governo federal. Finalmente, um grupo de militares exigiu a renúncia do presidente Whashington Luís e pouco depois entregou o poder a Getúlio Vargas” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2014).

⁵ Período autoritário no Brasil que perdurou de 1937 a 1945, foi instaurado através de um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo. Teve o apoio das forças armadas e de lideranças políticas. De acordo com Skidmore (1976), nesse momento os ideais de bem-estar social e nacionalismo econômico, que foram muito debatidos nos anos anteriores, foram perseguidos sob tutela autoritária.

⁶ O primeiro período de redemocratização no Brasil ocorreu nos anos de 1945 a 1964, no qual acontece o processo de abertura política no país, com o fim do período autoritário conhecido como Estado Novo.

Dessa forma, em 1947 o governo lançou a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), com origem na regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), cuja meta era combater o marginalismo, pois o analfabeto era tido dessa forma e visto como incapaz e responsável pelo atraso do país. A campanha, devido aos apelos nos meios de comunicação da época, contava com forte voluntariado da sociedade, com a colaboração dos poderes locais e também com o apoio da imprensa para ser divulgada.

Em fevereiro de 1947, após o lançamento da campanha, ocorreu o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, resultado de uma reunião feita com os delegados dos Estados e Territórios convocados pelo Ministro da Educação para se discutir problemas relacionados ao lançamento da CEAA. O Congresso ocorreu em um clima de entusiasmo pela campanha, “ressaltando a necessidade da educação de adultos como instrumento de democratização na transformação do analfabeto em cidadão” (GUARATO, 2001, p. 23-24). De acordo com Paiva (1973, p. 188) “as conclusões do Congresso transformaram-se na sugestão para que fosse elaborada uma Lei Orgânica de Educação dos Adultos abrangendo não somente o ensino supletivo, mas também os cursos de continuação e aperfeiçoamento”.

O objetivo de se investir em campanhas de alfabetização de adolescentes e adultos era erradicar o analfabetismo e contribuir com o desenvolvimento do país. No discurso do ministro da educação, Clemente Mariani (1946-1950), divulgado no jornal *Correio*, o objetivo da campanha ia muito além de alfabetizar, pois era divulgada como um instrumento de “Salvação Nacional” (CAMPANHA DE SALVAÇÃO..., 1947). De acordo com esse discurso, era preciso salvar o país da “chaga” do analfabetismo.

De acordo com Lopes e Sousa (2005), a campanha pretendia no meio urbano preparar mão de obra alfabetizada para atuar e atender às necessidades do meio industrial; já no meio rural a intenção era fixar o homem no campo, além de aumentar as bases eleitorais no país, visto que o analfabeto não tinha o direito ao voto. Conforme Fávero (2008, p. 3), ela se voltava para apenas um quesito, tornando-se uma “fábrica de eleitores”, ensinando esse sujeito a escrever o nome para obter o título de eleitor.

Devido ao sucesso quantitativo da CEAA em seus primeiros anos, em 1949 foi realizado o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, que teve o patrocínio da Unesco e também da Organização dos Estados Americanos (OEA), contando ainda com a participação de diversos países. Nesse evento foram discutidas questões para que se descobrissem a solução para o analfabetismo, uma vez que este era apresentado como a maior ameaça na América Latina.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em seus primeiros anos conseguiu alcançar as metas quantitativas prospectadas, no entanto, com o passar dos anos, foi perdendo força política e pedagógica, até chegar ao fim em 1963 (PAIVA, 1973). Muitos problemas podem ser citados como sendo responsáveis pelo seu fracasso, mas os que mais chamam a atenção eram as práticas nas salas de aula, os modos de ensinar dos professores. Dentro desse contexto, destaca-se que as teorias sobre o processo de “aprendizagem da criança” foram simplesmente transferidas para o adulto, demonstrando a carência de metodologias próprias para esse público (FÁVERO, 2008; PAIVA, 1973). Tal procedimento dificultou os modos de ensinar e aprender na EJA.

Em 1950 foi divulgado o recenseamento pela imprensa, constatando que no país, apesar das campanhas promovidas, ainda havia a alta porcentagem de 51,75% de analfabetos, ou seja, mais da metade da população do país ainda se encontrava nessa circunstância. Com esse fato ficou comprovado que a campanha não estava alcançando os resultados esperados. Dessa forma, a CEAA começou a entrar em declínio, em função daquele resultado e, por conseguinte, das graves críticas sobre a sua atuação. Como resposta, o MEC criou duas campanhas que tiveram pouca contribuição para a redução do analfabetismo no país, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) em 1952, e em 1958 a Campanha Nacional Erradicação do Analfabetismo (CNEA).

QUADRO 1 – Campanhas de alfabetização lançadas no país

CAMPANHA	SIGLA	DATA	ABRANGÊNCIA	OBJETIVO
Campanha Educação de Adolescentes e Adultos	CEAA	1947-1963	Nacional	Erradicar o analfabetismo do país
Campanha Nacional de Educação Rural	CNER	1952-1963	Nacional	Contribuir para a elevação do padrão de vida do homem rural, despertando um espírito comunitário; fixar o homem no campo.
Campanha Nacional Erradicação do Analfabetismo	CNEA	1958-1963	Nacional	Erradicar o analfabetismo nas diversas faixas etárias.

Fonte: elaborado pela autora a partir das informações de Paiva (1973).

Em 1958 foi realizado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que marcou o começo de um novo tempo na EJA, estimulando o desenvolvimento de experiências educacionais baseadas em uma nova ideia do adulto analfabeto, diferente daquela preconceituosa (tido como incapaz e responsável pelo atraso do país), a qual predominou no período anteriormente discutido.

Segundo Guarato (2001, p. 26), o grupo de Paulo Freire⁷ conseguiu apresentar uma nova ideia de aluno que “passa a ser visto não mais como um marginal, um incapaz, mas sim como um indivíduo participante e produtivo, capaz transformar-se a si e à sociedade como um todo, pela busca de autonomia e liberdade”.

No ano de 1960 estavam registrados 15,5 milhões de eleitores (excluídos os analfabetos) para uma população de 34,5 milhões com 18 anos ou acima dessa idade. Neste mesmo ano emergiram movimentos voltados para a promoção da cultura popular, momento do qual pode ser considerado um dos mais ricos da história da educação de jovens e adultos. De acordo com Paiva (1973), buscavam-se novos métodos de ensino para a EJA, com o intuito de que essa população pudesse participar ativamente da vida política do país. Foram lançados o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB), no entanto, devido ao Golpe (Civil) Militar ocorrido em abril de 1964, todos os movimentos que tinham como fundamento a transformação social foram extintos, com exceção do Movimento de Educação de Base (MEB).

No que se refere a Minas Gerais, segundo Soares (1995), em um encontro realizado no gabinete do ministro da educação, Clemente Mariani, em 1947 foi ressaltado pelo professor Lourenço Filho⁸ a importância do papel desempenhado pelo estado, no que se referia à educação de adultos, o que o levou a ser visto como um exemplo a ser seguido. Em 1947, a campanha de ensino supletivo foi tida como um verdadeiro acontecimento público, por ter 70.000 alunos matriculados nessa área. No mesmo ano, em 29 de março de 1947, pela Portaria nº 7, em Minas Gerais foi criada a Comissão de Educação de Adolescentes e Adultos, que tinha o objetivo de viabilizar a execução da campanha no estado (SOARES, 1995, p. 96).

⁷ “Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife em setembro de 1921 e faleceu em maio de 1997 em São Paulo. Formou-se em Direito em 1946. No período de 1947 a 1957 atuou como diretor do setor de Educação e Cultura no SESI de Pernambuco. Em 1960 participou da criação do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife. Em 1963 foi designado pelo Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos, para presidir a Comissão Nacional de Cultura Popular. Em 1964 coordenou o Programa Nacional de Alfabetização. A repreensão da ditadura o indiciou em vários Inquéritos Policiais Militares. Exilou-se. Passou por: Bolívia (1964); Chile, vinculando-se ao Instituto de Pesquisa e Treinamento em Reforma Agrária (1964 a 1969); Estados Unidos (professor convidado da Universidade de Harvard, 1969). Em Genebra, no ano de 1970, foi Consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas. Nessa Função Atuou em países da América, Ásia e África. Ainda nesse período foi presidente do Instituto de Ação Cultural (IDAC). Retornou ao Brasil em 1979, foi professor da UNICAMP e da PUC São Paulo.” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 226).

⁸ “Nascido em Porto Ferreira, interior Paulista, a 10 de março de 1897. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, vindo a bacharelar-se em 1929. Neste mesmo ano, aceitou o convite do governo cearense para assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública, além de lecionar na Escola Normal de Fortaleza. Além de Educador, exerceu cargos também na Administração Pública: foi diretor do Departamento Nacional de Educação, do Instituto Nacional de Educação e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. O autor viveu seus últimos anos no Rio de Janeiro e faleceu em 3 de agosto de 1970, vítima de um colapso cardíaco” (COELHO, 2007, p. 37).

Para Soares (1995), o estado mineiro contou com a ajuda de várias instituições, empresários e também da igreja católica, que mantinha algumas escolas com a finalidade de alfabetizar esse público. Entretanto, no decorrer do ano de 1958, esse apoio foi decaindo devido à realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que colaborou para o aumento das críticas referentes à remuneração e qualificação dos professores.

Com o enfraquecimento da campanha em Minas Gerais, a experiência de Leopoldina (MG), ligada à CNEA, tornou-se referência nacional, o projeto tinha o objetivo de combater o analfabetismo em todas as faixas etárias, no entanto, ficou limitado somente à Educação Infantil, expandindo, assim, o sistema regular de ensino (SOARES, 1995).

Diante do exposto, o desejo de pesquisar a história da educação de adolescentes e adultos em Uberlândia surgiu ao estudar e conhecer a trajetória dessas campanhas e movimentos sociais a favor desse ensino que, no final dos anos de 1940, começavam a aparecer no país, assim também como as lutas por esse direito, que, apesar de ser garantido por lei a todos (devido à constituição de 1934), ainda havia no país, naquela década, uma taxa de 55% de analfabetos entre a população acima dos 18 anos.

Ao pesquisar essa temática nas produções acerca da história da educação no município de Uberlândia, observamos que os estudos sobre o tema (GUARATO, 2001; VIEIRA, 2000; OLIVEIRA, 2011) tem como foco central as práticas desenvolvidas nos últimos 25 anos, sendo notável uma lacuna no que se refere à primeira Campanha de Educação de Jovens e Adultos, lançada em 1947 até o período do Golpe Militar (1964), quando todos os movimentos referentes à educação popular foram extintos, com exceção do Movimento Educação de Base (MEB), que tinha ligação com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Por essa razão, acreditamos que a realização desta pesquisa contribuirá para a história da educação de jovens e adultos no município, uma vez que existem poucos estudos a esse respeito na cidade, de modo que trará benefícios não só em termos histórico-educacionais, mas também abrirá novas possibilidades para interpretações na compreensão da educação nesse local.

Para tanto, nos fundamentamos em alguns pressupostos da Nova História Cultural, visto que esse campo abriu novas possibilidades de pesquisa, sugerindo novos temas e fontes de pesquisa. Nesta perspectiva, é importante destacar a contribuição da Escola de Annales para a História Cultural, que passou a estudar novos objetos e questões. Se anteriormente a história tradicional sugeria estudos de temas políticos e feitos de grandes personalidades, a Escola de Annales, com seus fundadores Bloch e Febvre, direcionou-se para a história social, o que, de acordo com Fonseca

(2008, p. 49), fez com que a atenção fosse voltada “para diferentes dimensões da vida dos homens no tempo”. Segundo a mesma autora, isso acabou “levando ao privilegiamento das condições da vida material, das formas de viver, de pensar e de sentir, significando a proposição de novos objetos de investigação” (FONSECA, 2008, p. 49). Ao definir a História Cultural, Fonseca (2008, p. 56) afirma que:

A história cultural apresenta-se como um campo historiográfico, caracterizado por princípios de investigação herdados das propostas inauguradas com o movimento dos Annales e dotado de pressupostos teóricos metodológicos que lhe são próprios (mesmo que alguns deles tenham se originado em outros campos de conhecimento como a Antropologia ou a linguística). Por isso a história cultural é reconhecida pela utilização de determinados conceitos, como o de representação – visto como central para este campo – e o do imaginário, por uma relação específica com a temporalidade, não mais vista linearmente (como na história tradicional) e nem apenas de longa duração (traço da influência estruturalista).

Também no que diz respeito às instituições de ensino onde se encontravam matriculados os adolescentes e adultos, bem como às representações de analfabeto construídas pela imprensa local, utilizamos conceitos da história cultural, visto que esse campo nos deu abertura para analisar esses temas. Desse referencial, extraímos algumas das categorias segundo as quais fizemos a análise dos dados empíricos. Destas, podemos destacar: as representações, o tempo e espaço nas instituições escolares. Para apreender essas categorias, utilizamos como referencial os estudos de Chartier (2002), Viñao Frago (2000), e para analisar as práticas pedagógicas nessas instituições utilizamos os estudos de Certeau (1994), em particular as noções de estratégias e táticas.

Para entender a história da educação de adolescentes e adultos na cidade de Uberlândia, buscamos fatos e acontecimentos na história, que ocorreram inicialmente no Brasil, passando por Minas Gerais e, especificamente, em Uberlândia. Ao realizar esse percurso, foi possível compreender os caminhos trilhados por essa área de ensino no período escolhido.

De acordo com Boschi (2007), a história permite compreender a vida em sociedade e a vida dos homens que a integram e a transformam ao longo do tempo. Porém, ao estudá-la, é necessário pensá-la e analisá-la de maneira crítica. Segundo Prost (2012), a crítica educa o olhar do historiador em relação às fontes que serão utilizadas. A interpretação histórica se inicia no diálogo com as fontes, no entanto é preciso questioná-las, problematizá-las, evitando tomá-las como uma verdade absoluta. Segundo Boschi (2000, p. 13-14):

É preciso desconfiar de um passado que vem ‘arrumado’, bem apresentado, que nos convence facilmente e nos aparece com a ‘verdadeira’ história do acontecido.

O passado não fala por si só [...] é uma reconstrução feita pelos homens no presente e, portanto, marcado por experiências atuais.

Nessa perspectiva, consentimos com Bacellar (2011), para quem não há documento neutro, e este sempre carrega a opinião de quem o redigiu. Dessa forma, é necessário conhecer a história do documento no qual se pesquisa, contextualizando-o, buscando saber a forma pela qual foi produzido, o local e quem o produziu. De acordo com Prost (2012, p. 57), é necessário fazer a crítica externa e interna do documento, no qual “a primeira incide sobre os caracteres materiais do documento: seu papel, tinta, escrita e marcas particulares que o acompanham. Por sua vez, a crítica interna refere-se à coerência do texto, como por exemplo, a compatibilidade entre sua data e os mencionados”.

De acordo com Bacellar (2011), o historiador não pode se submeter a sua fonte, acreditando que todo documento é verdadeiro, pelo contrário, é preciso desconfiar das intenções de quem o fez, que serão entendidas somente com sua correta contextualização e o olhar crítico do historiador. Segundo Le Goff (2003, p. 538), todo documento é um monumento, pois ele é fruto da escolha da sociedade que possui o poder, por esse motivo é necessário desmistificar sua aparência:

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para provocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite não existe documento verdade.

De acordo com Prost (2012, p. 64), “A historia é por si mesmo um conhecimento através de vestígios”, no qual o historiador estabelece quais deles, que foram deixados pelo passado, serão utilizados como fontes e como documentos; estes que antes mesmo de serem submetidos aos questionamentos nem mesmo chegam a ser percebidos como vestígios possíveis, seja qual for o seu objeto.

Nessa perspectiva, utilizamos como fontes para a pesquisa os seguintes vestígios, que se tornaram os nossos documentos: atas de reuniões das escolas noturnas, livros de matrículas, livros de frequência diária dos alunos e livros de pontos dos professores. Todo o material foi pesquisado no Arquivo Público de Uberlândia. Ao fazermos a busca, encontramos os documentos em bom estado de conservação, sem dificuldades para fazer as transcrições, para isso tiramos fotografias dos dados, sendo importante lembrar que durante o manuseio houve todo cuidado para preservá-los.

Alguns deles não foram encontrados, como são de origem escolar e estavam nas instituições anteriormente, provavelmente devem ter se perdido com o tempo. A esse respeito, Vidal (2005) alerta sobre a importância da preservação e conservação dos arquivos escolares, apontando que nas escolas as secretarias têm muito cuidado com documentos comprobatórios de registro da vida de alunos e professores, contudo o mesmo não é tido com a documentação histórica nem com os que são produzidos no cotidiano das atividades pedagógicas, que na maioria das vezes são acumulados em arquivos mortos⁹. O fim desses materiais distancia-se apenas no tempo, “enquanto os primeiros sofrem destruição progressiva em virtude da má conservação, os segundos encontram na lixeira seu destino. Por uma espécie de seleção natural, uns e outros sobrevivem, testemunhando matizes do trabalho da escola” (VIDAL, 2005, p. 22). Levantamos também a hipótese de que os documentos terem sido levados por funcionários das escolas, como Lima (2004) demonstra em suas pesquisas, na qual o inspetor Jerônimo Arantes¹⁰ montou um arquivo particular com documentos e arquivos de instituições escolares por ele inspecionados no município de Uberlândia.

Além do trabalho com as fontes pesquisadas no Arquivo Público de Uberlândia, também foram feitas leituras de bibliografias e estudos produzidos nas universidades e centros de estudos, no intuito de encontrar publicações ligadas à história da EJA no município no período de 1947 a 1963.

Outra fonte utilizada no desenvolvimento da pesquisa foram os jornais *Correio de Uberlândia* e *O repórter*, veiculados na cidade no período investigado. Ao trabalharmos com essas mídias, nos atentamos ao fato citado por Carvalho (2007), de acordo com o autor:

O espaço jornalístico configura-se, primeiramente, por ser um meio de transmissão de informações, não sendo ele neutro e imparcial, perante os acontecimentos, e não estando à margem da realidade social e política. E, também por ser formador e regulador da opinião pública, veicular análises a respeito da vida política, educacional, comercial, moral, religiosa, entre outros, na verdade, constitui-se em um instrumento de veiculação e manipulação de interesses diversos (público e privado), passa a atuar na vida social e, consequentemente, não fica alheio à realidade histórica, na qual está inserido (CARVALHO, 2007, p. 48).

⁹ “Arquivo Morto é a denominação comumente utilizada em escolas, mas, também em outros estabelecimentos, para designar o depósito onde se acumulam os documentos já não mais necessários à administração, mas que ainda guardam valor legal” (VIDAL, 2005, p. 22). Atualmente essa denominação foi substituída por Arquivos Permanentes ou Arquivos históricos.

¹⁰ Jerônimo Arantes foi professor, escritor, jornalista e memorialista. “Atuou na fiscalização dos trabalhos educacionais, uma vez que, como funcionário público, foi inspetor municipal de ensino e chefe do Serviço de Educação e Saúde do Município (cargo que, atualmente, corresponde ao de Secretário Municipal de Educação); lidou com empreendimentos jornalísticos, haja vista sua iniciativa de produzir e editar, durante três décadas, uma revista local denominada *Uberlândia Ilustrada*; assim como empreendeu longas incursões no âmbito da história, tendo-se envolvido por seis décadas com a pesquisa e a escrita da história da cidade” (LIMA, 2004, p. 9).

Carvalho (2007, p.48) cita ainda que a imprensa se constitui em um espaço importante para a observação de relações sociais, permitindo “acompanhar a trajetória dos vários discursos educacionais, demonstrando o desenrolar dos processos históricos, que culminaram em ‘vitória’ ou ‘derrota’ de tais discursos”.

Segundo Certeau (1988), na história tudo começa com a seleção de objetos, que depois de reunidos são transformados em documentos, dessa forma, iniciamos nossas pesquisas selecionando os objetos pertinentes ao nosso estudo.

Em história, tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, dessa forma, transformar em “documentos”, determinados objetos distribuídos de outra forma. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ela consiste em produzir tais documentos, pelo fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto. Esse gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física. Forma a “coleção” (CERTEAU, 1988, p. 30).

Nessa perspectiva, ressaltamos que todos os quadros sobre as escolas noturnas do município de Uberlândia apresentados durante o desenvolvimento da pesquisa foram confeccionados a partir dos dados encontrados nos diários e atas escolares. É importante informar que esses arquivos estavam em seu estado original e para utilizá-los tivemos o cuidado de selecionar, agrupar e verificar as informações, como: idade, local de moradia, série, reprovação, evasão e outros. Nesse sentido, este trabalho de organização das fontes assemelha-se ao que Certeau (2002, p. 82, grifos do autor) aponta como sendo próprio das coleções e dos colecionadores:

Colecionar durante muito tempo é fabricar objetos: copiar ou imprimir, reunir, classificar... E com os produtos que multiplica, o colecionador se torna um ator na cadeia de uma *história por fazer* (ou por refazer), de acordo com novas pertinências intelectuais e sociais. Desta maneira, a coleção, produzindo uma transformação dos instrumentos de trabalho, redistribui as coisas, redefine unidades de saber, instaura um lugar de recomeço, construindo uma “máquina gigantesca” a qual tornará possível uma outra história.

Após a coleta de dados, iniciamos o processo de análise das fontes encontradas, avaliando, decodificando, interpretando e selecionando aquelas que foram pertinentes ao estudo. Posteriormente, procuramos fazer o cruzamento entre as que foram tomadas como pistas, que, bem trilhadas, nos conduziram em direção à história da educação de adolescentes e adultos em Uberlândia no período de 1947 a 1963.

Para trabalharmos com as fontes oficiais das escolas noturnas, primeiramente fizemos a coleta dos dados no período escolhido, logo após, as transcrevemos, para em seguida escolher aquelas relacionadas ao tema de estudo.

Ademais, realizamos leituras e estudos de obras consideradas importantes sobre a temática proposta em âmbito nacional e estadual (PAIVA, 1973; BEISIEGEL, 1974; FÁVERO, 2008; SOARES, 1995), para termos uma noção do movimento em sua totalidade e não apenas dos aspectos conjunturais contidos nas informações coletadas, tornando possível conjugar a interpretação dos fatos informados pelas diversas fontes trabalhadas.

Em relação aos jornais, buscamos todas as edições de *O Correio de Uberlândia* e *O repórter*, publicadas no período que recortamos para a pesquisa e que se referiam à Campanha de Educação de Adolescentes no município e no país e transcrevemos as reportagens para fazermos a análise. É preciso ressaltar que buscamos informações sobre os jornais, como: a quem se destinava, as características de ordem material (periodicidade, impressão, papel e outras), o grupo responsável por sua edição, os principais colaboradores, as formas de organização interna do conteúdo.

A presente dissertação é composta por quatro seções, sendo que na segunda fizemos uma revisão bibliográfica sobre a história da educação popular e das escolas noturnas no Brasil, visto que estas tiveram grande importância para o tema em questão. Em seguida, apresentamos um histórico da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no país, assim como das outras lançadas posteriormente até o ano de 1963, quando a primeira encerrou todas as suas atividades. Investigamos a atuação da CEAA no Estado de Minas Gerais e as representações do analfabeto adolescente e adulto, construídas e divulgadas nos jornais veiculados na cidade.

Na terceira seção, analisamos a divulgação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos nos jornais da cidade de Uberlândia e pesquisamos o papel da imprensa do município na colaboração e na divulgação das campanhas. Posteriormente, investigamos o histórico das instituições escolares noturnas que ofereciam ensino primário no município no período pesquisado. Para alcançarmos esse objetivo, buscamos informações de: data de instalação, período de atuação, número de matrículas recebidas. Procuramos investigar também, com fundamento na categoria da cultura escolar, os espaços ocupados pelas escolas e grupos escolares encontrados, nos quais verificamos: espaço físico ocupado, características de funcionamento dessas instituições, além dos usos do tempo escolar: como horário de entrada e saída, período de férias.

Já na quarta seção, apreendemos outros elementos que configuravam as culturas escolares em circulação nos grupos noturnos pesquisados na cidade, para isso, investigamos o perfil dos

alunos matriculados, verificando informações quanto ao seu local de moradia, idade, além da profissão e grau de instrução dos pais. Analisamos os dados de frequência e aproveitamento, os números referentes à desistência, às eliminações por falta de frequência às aulas, idade em que deixaram de estudar, número de desistentes, de concluintes e de repetentes nos referidos grupos. Ainda trouxemos dados sobre a formação dos professores que atuavam nessas instituições. Foram analisadas também as práticas escolares, as comemorações, como festividades cívicas, de formatura e encerramento de ano letivo. Através desses dados e também dos referentes às escolas noturnas na cidade, buscamos compreender os caminhos trilhados pela educação de jovens e adultos no município.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL: CAMPANHAS E REPRESENTAÇÕES DE ANALFABETO (1947-1963)

“E andavam para o Sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos.” (RAMOS, 1978, p. 134).

Na presente seção fizemos inicialmente uma revisão bibliográfica sobre a trajetória da educação popular e das escolas noturnas no Brasil, pois por muito tempo a educação de adultos foi abordada juntamente com a educação popular, e as escolas noturnas foram e são os locais destinados a alfabetizar os adolescentes e adultos, por esses motivos vemos a importância de se conhecer a história de ambas.

Posteriormente, buscamos fazer uma revisão bibliográfica sobre a história das campanhas de educação de adolescentes e adultos no Brasil, deflagradas a partir de 1947, no intuito de conhecer seu funcionamento, objetivos e estratégias de expansão até a sua extinção no ano de 1963. Investigamos como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos foi divulgada para a sociedade através dos jornais. Logo após, pesquisamos como foi desenvolvida a campanha no Estado de Minas Gerais.

Em seguida, procuramos investigar as representações construídas do analfabetismo e do analfabeto no país durante período de execução das campanhas. Para atingirmos esses objetivos, utilizamos como fontes os jornais *Correio* e *O repórter*, veiculados na cidade de Uberlândia. Deparamo-nos na documentação com os seguintes termos para (des) qualificar o analfabetismo, e os empregamos como categorias para a análise das fontes: *doença*, *atraso* e *problema*. O analfabetismo, ora era identificado com doença, que precisava ser curada e erradicada. O atraso, por sua vez, seria o responsável por impedir o *desenvolvimento*. Por fim, como *problema*, pois era atribuído ao analfabetismo a causa de muitas mazelas existentes no país, tais como: a fome e a miséria da população.

Nesse aspecto, também buscamos as representações de analfabeto nos jornais, nos quais encontramos, de forma velada, o preconceito. Empregamos essa noção como uma categoria de análise, segundo a qual a alfabetização era tratada como uma abolição, assim também era vista

como um favor, e o analfabeto como uma vítima. Dentro desse item ainda extraímos as seguintes subcategorias: analfabeto como uma pessoa quase primitiva, um peso para a sociedade, ignorante, marginal da cultura, peso morto e dependente de favores.

2.1 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR E DAS ESCOLAS NOTURNAS NO BRASIL

Para entendermos a história da educação de jovens e adultos, foi necessário fazermos um estudo sobre a educação popular no Brasil, visto que por muito tempo essas duas propostas de ensino foram unidas e se complementavam. De acordo com Paiva (1973), inicialmente a primeira era abordada juntamente com a segunda, pois as escolas noturnas para adultos faziam parte da difusão da escola elementar, sendo por um longo período¹¹ a única forma desse tipo de ensino exercida no Brasil.

Todavia antes de iniciarmos a história da educação popular é necessário entender seu significado e a quem se destina. Ao procurarmos esses aspectos encontramos a seguinte definição:

Entende-se educação popular, frequentemente, a educação oferecida a toda a população, aberta a todas as camadas da sociedade. Para tanto, ela deve ser gratuita e universal. Outra concepção da educação popular seria aquela da educação destinada às chamadas ‘camadas populares’ da sociedade: a instrução elementar, quando possível, e o ensino técnico profissional tradicionalmente considerado entre nós como ensino para ‘desvalidos’ (PAIVA, 1973, p. 46).

Esse segundo sentido se identifica com a educação no nível elementar, destinada a adultos, visto que ambas, ou seja, educação de adultos e educação popular, atendem alunos de camadas sociais desprovidas de recursos materiais.

As primeiras ações de educação popular encontradas na história da educação no Brasil foram as ações dos padres jesuítas no período colonial, porém a intenção desse ensino era a catequização dos índios, expansão da fé católica e consolidação do domínio português. No século XVIII essa ação não teve continuidade, devido à atuação do Marquês de Pombal, que, ao chegar ao país, expulsou os jesuítas, impôs a secularização das aldeias indígenas e desmontou toda a estrutura de ensino que havia sido construída anteriormente, fechando todas as escolas que haviam sido abertas no período anterior (ROMANELLI, 2013; PAIVA, 1973).

¹¹ A autora não especifica o período, no entanto informa que, com criação do Fundo Nacional de Educação Primária (FNEP) em 1942, a educação de adultos passou a ser tratada independentemente da educação popular, visto que são destinados 25% dos recursos do programa para a alfabetização e educação da população analfabeto (PAIVA, 1973).

Com a desestruturação do ensino, a educação popular ficou sob a responsabilidade do Império Luso, que deveria garantir educação gratuita à população em todo território colonial e metropolitano, mas não de maneira igualitária e homogênea (GONDRA; SCHUELER, 2008). Com a chegada da família real em 1808, foram criadas escolas para o desenvolvimento da educação das elites, deixando a educação popular de lado.

Em 1824, a primeira Constituição Brasileira decretou que a educação deveria ser ofertada de forma gratuita no ensino primário para todos os cidadãos. Já com o Ato Adicional de 1834, ocorreu a descentralização da administração do ensino, passando a responsabilidade da instrução primária às províncias, o que fez com que a educação fosse desenvolvida desigualmente em todo o país. A partir de 1870, as preocupações referentes à educação elementar se multiplicaram, exercendo um papel de pequena importância nas lutas políticas que precederam a Proclamação da República (PAIVA, 1973).

No ano de 1878 foi apresentada a Reforma Leônicio de Carvalho no município da Corte, que em 1879, foi transformada em lei, a qual além de reformar o ensino primário, secundário e superior no local mencionado também estabelecia como:

obrigatório o ensino entre 7 e 14 anos, eliminando a proibição quanto aos escravos. Preconizava a criação de escolas noturnas para evitar a improvisação de professores, estabelecendo ainda que o Governo Central poderia criar ou auxiliar escolas normais nas províncias, bem como cursos para o ensino primário de adultos analfabetos (PAIVA, 1973, p. 71).

Apesar de a reforma citar que o objetivo era criar escolas noturnas para evitar a improvisação de professores, percebemos que esse ato foi constantemente empregado, uma vez que aqueles que atuavam durante o dia também atuavam à noite, devido à baixa remuneração recebida. No que se refere à improvisação das escolas noturnas, notamos que a preferência era criar escolas diurnas que seriam utilizadas como noturnas.

Segundo Costa (2006), antes da Reforma de Leônicio de Carvalho, em 1879, as atuações das associações filantrópicas referentes à educação de adultos eram mais evidentes que as do Estado. A autora informa que este procurava incentivar a iniciativa particular na maioria das vezes por meio de subsídios. Dessa forma, importantes cursos privados foram subsidiados pelo governo imperial, como a Associação Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa, o Liceu de Artes e Ofícios e a Associação Auxiliadora da Indústria Nacional, instalada no prédio da Inspetoria Geral da Instrução. Costa (2006, p. 5.016) levanta a hipótese de que naquele momento diante dessa postura política: “O lugar da escola noturna não era o lugar de um direito dos trabalhadores pobres e

analfabetos, mas o lugar de dádiva que deveria ser apreciada e devidamente retribuída por estes. Um tipo de caridade conveniente e rentável, como não deixa de ser comum nos atos de caridade.”

Sobre o trabalho realizado por instituições filantrópicas, de acordo com Soares e Galvão (2009), na segunda metade do século XIX houve a criação de associações de intelectuais em muitas províncias, que entre as suas atividades ministram cursos noturnos para adultos, essas ações eram vistas:

como uma forma de regenerar a massa de pobres brancos, negros livres, libertos e até mesmo, em alguns casos, escravos. Era preciso iluminar as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso. A alfabetização de adultos é, ainda, colocada sob a égide da filantropia, da caridade, da solidariedade e não do direito (SOARES; GALVÃO, 2009, p. 261).

Essa visão da educação de adultos como um ato de caridade foi encontrada durante todo o desenvolvimento da pesquisa, assim também como o preconceito com os analfabetos, relatado anteriormente, através do termo “ignorância”. Na Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos ele foi constantemente usado, como forma de tentar se mostrar a importância da desse movimento para o país.

Em 1881, foi aprovada a Lei Saraiva, que excluía às pessoas analfabetas das eleições e consequentemente o direito ao voto. Segundo Saviani (2008, p. 165), Rui Barbosa foi favorável ao projeto, pois acreditava que a população analfabeta passaria a se interessar pela instrução, e os governos iriam investir na abertura de escolas. Ele ainda informa que com a criação do novo critério, o corpo eleitoral, que era de 13% da população livre em 1872, passou a ser de 0,8% em 1886. Dessa maneira, essa norma serviu como uma forma de exclusão dos analfabetos e não como uma maneira de ajudá-los, como esperava Rui Barbosa.

Com a ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o país passou por mudanças. A economia que era baseada na agricultura de exportação orientou-se no sentido de uma sociedade semi-industrial, que influenciou nos demais setores da sociedade brasileira (NAGLE, 2001). Assim, o grupo industrial-urbano se fortaleceu, ocorreu também a ampliação dos setores médios e do proletariado urbano, a guerra suscitou o nacionalismo no país e, consequentemente, uma “pressão pela recomposição do poder político de dentro dos padrões da democracia liberal republicana” (PAIVA, 1973, p. 89).

No campo educacional, as discussões a esse respeito também passaram por modificações. Com a referida guerra, o problema da educação se torna nítido, uma vez que se atribuía à precária difusão do ensino a responsabilidade por todos os problemas existentes no país, iniciando, assim, uma intensa campanha contra o analfabetismo. De acordo com Paiva (1973 p. 89), “Essa luta se

transforma no decorrer dos anos 20, quando aparecem os primeiros ‘profissionais da educação’, introduzindo as ideias da escola renovada¹² e estimulando as preocupações com o ensino”.

Paiva (1973) afirma ainda que o final da Primeira República foi um dos períodos mais importantes para a educação popular, pois nele muitas das suas características foram esboçadas nitidamente, assim também como as ideias pedagógicas passaram a nortear sua evolução e forma de buscar soluções para os problemas educacionais. De acordo com a autora, nesse período:

Adquire força a concepção de educação-panacéia, encobrindo os verdadeiros problemas da sociedade brasileira; nele se difunde ou fortalece uma concepção humanitarista da educação e a ideia do analfabeto como incapaz encontra sua formulação mais radical. Mas é nele, também, que essas concepções são contestadas pela versão primeira do tecnicismo educacional sob a influência dos emergentes “profissionais da educação” (PAIVA, 1973, p. 90).

Nessa época, surge o entusiasmo pela educação, movimento que “se manifesta através da mobilização em favor da difusão do ensino elementar e que está ligado às tentativas de recomposição do poder político através da ampliação do número de votantes” (PAIVA, 1973, p. 98). Segundo Nagle (2001, p. 134), essa reação tinha um acentuado otimismo pedagógico:

De um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro (escolanovismo).

A partir de determinado momento, essas duas formulações se uniram, principalmente na década de 1920, que vivia um momento decisivo, no qual se exigiam outros padrões de relações e convívio humano, dessa forma, logo emana “a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica” (NAGLE, 2001, p. 134). De acordo com Paiva (1973, p. 99), a expressão mais humanista desse entusiasmo pode ser encontrada nos pronunciamentos de Miguel Couto, que:

explicita de forma radical, o que lograra se tornar o consenso para grande parte da população: o analfabetismo como o ‘grande mal’ que cumpre ‘extirpar do organismo nacional’. Com sua ‘autoridade cientista’ membro da academia de medicina do Rio de Janeiro, Miguel Couto afirmava que o analfabetismo não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e ‘das mais graves’.

¹² “A Escola Renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais, em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir de preceitos do trabalho produtivo eficiente, da velocidade das informações, da interiorização de normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão ‘científica’ do humano, tomado na dimensão individual” (VIDAL, 2000, p. 498).

Como podemos observar nesse discurso, o analfabetismo era visto como uma doença grave, que afetava a sociedade e que precisava ser eliminado do país. A autora ainda nos informa que essa opinião era consenso em grande parte da sociedade. Já nos primeiros anos do Estado Novo, a educação popular foi deixada em segundo plano, voltando às discussões somente no início dos anos de 1940. “Entretanto, a criação de condições para seu auxílio só se consolidou quando a ditadura getulista acenava ao povo a reabertura do processo democrático” (PAIVA, 1973, p. 48).

Em relação às escolas noturnas, para Paiva (1973), a primeira dessas instituições que se tem conhecimento no Brasil foi instalada em São Bento no Maranhão e administrada por João Miguel da Cruz no ano de 1860. Apesar de constar essa data, já havia determinações do regulamento de 1854, para que a cada escola de 2º grau que tivesse dois professores deveria ser criada uma escola para adultos. A partir de 1860, as escolas noturnas se multiplicaram na maioria das províncias do império por meio da iniciativa oficial, em 1876 já havia no país 117 delas (PAIVA, 1973).

No que se refere às ações de criação dessas instituições no município da Corte, de acordo com Soares (1995), a primeira escola municipal dessa localidade foi construída por iniciativa da câmara municipal em 1872, visto que até aquele momento o governo geral não tinha adotado nenhuma providência. A referida escola recebeu o nome de São Sebastião, que posteriormente foi substituído por Benjamim Constant; no seu prédio funcionou um curso noturno. Já a segunda escola municipal, denominada São José, foi criada em 1875 também por iniciativa da câmara municipal, ali funcionou o segundo curso noturno.

O governo geral do município da Corte instalou cursos noturnos públicos para adultos somente no ano de 1878 por meio do Decreto nº 7.031. Conforme Soares (1995, p. 24), essa norma “Estabeleceu relação entre o grau de instrução e a reforma eleitoral, uma vez que a eleição passou a ser de forma direta, com restrição ao voto do analfabeto. Visando ampliar as bases eleitorais, o decreto previu a multiplicação das escolas para adultos no Município da Corte.”

Como podemos observar na citação acima, os cursos noturnos foram instalados pelo município da Corte, somente no momento em que foi preciso ampliar bases eleitorais, e não com a intenção de levar educação à classe trabalhadora.

Em relação ao trabalho docente desenvolvido nessas instituições, de acordo com Mafra (1994), os professores recebiam bonificações conforme o número de alunos nas salas, sendo preciso ter no mínimo 20 matriculados para os cursos funcionarem. Nestes os alunos também deveriam decorar as principais disposições do Código Penal e da Constituição.

Ainda sobre o trabalho dos professores nesses locais, de acordo com Soares e Galvão (2009, p. 260), em 1885 no Estado de Pernambuco o regimento das escolas noturnas além de detalhar as prescrições para o funcionamento delas, ainda previa que “outras aulas para adultos poderiam ser estabelecidas por professores que, gratuitamente, a isso se propusessem mediante a autorização do presidente da província funcionando na casa e com os móveis da escola diurna”. A utilização do trabalho gratuito dos professores foi constantemente explorada na história da educação de adultos. Durante a execução da primeira campanha, esse ato foi visto como patriótico pelas autoridades.

Ao citar a estrutura das escolas noturnas de adultos, Mafra (1994) informa que estas não tinham instalações próprias, programação ou organização. O modelo seguido era o mesmo das escolas diurnas. Desse modo, em termos legais, todos teriam acesso ao mesmo tipo de conhecimento, independente de não acontecerem na prática.

As escolas noturnas de adultos não chegaram a ter instalações, programação e organização próprias. A escola diurna e sua proposta pedagógica (currículo, conteúdos, métodos e formas de avaliação) constituíram o modelo a ser seguido e copiado naquelas. Esse parecia ser o entendimento do caráter ‘democratizador’ da oferta dos cursos noturnos. Em termos legais, todos teriam acesso ao mesmo tipo de conhecimento, independentemente de, na prática, tais exigências nunca chegarem a ser concretizadas (MAFRA, 1994, p. 113).

A falta de estrutura das escolas noturnas, instalações e programação e o uso de escolas diurnas para que as aulas ocorressem não era um acontecimento isolado, no decorrer da pesquisa observamos esse fato na Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e na história das instituições noturnas da cidade de Uberlândia, conforme discutiremos adiante.

Nos estudos de Mafra (1994), podemos notar o perfil dos alunos recebidos pelas escolas noturnas. Havia também o estabelecimento de limites de idade para frequência nessas instituições, de 16 a 40 anos. A autora afirma que:

A abertura das escolas noturnas foi feita, predominantemente, para o atendimento aos adultos do sexo masculino (homens livres), estabelecendo-se em algumas províncias limites de idade para a frequência de jovens nessas escolas. De forma semelhante, poucas escolas noturnas aceitavam a presença de mulheres e de índios. Maiores restrições foram ainda estabelecidas para a instrução dos negros. A discriminação racial e a discriminação de gênero são, portanto, estabelecidas desde as primeiras experiências com o ensino noturno (MAFRA, 1994, p. 111-112).

Como podemos constatar, além de usar instalações que não eram próprias, os alunos que tinham acesso a esse estudo passavam por um processo de seleção, na qual é notório o processo de exclusão e preconceito com as mulheres, índios, negros, escravos e as pessoas mais velhas.

De acordo com Mafra (1994), entre os anos de 1900 e 1930 as escolas noturnas continuavam ligadas à educação de adultos, de caráter supletivo, sendo desenvolvidas principalmente em escolas estaduais noturnas, com o intuito de alfabetizar e difundir conhecimentos gerais mínimos. Conforme a autora:

Tais iniciativas se diferenciam quanto: a) à idade de atendimento: 14, 15 e 16 anos; b) aos locais de funcionamento: escolas isoladas, escolas primárias estaduais, firmas e empresas, instituições privadas e sindicatos profissionais, grupos escolares e escolas especiais anexadas aos quartéis; c) ao tipo de curso e de currículo que oferecia. Em algumas escolas, além da linguagem e da matemática, ensinava-se também geografia, história do Brasil, instrução moral e, sempre que possível, noções sobre os ofícios mais comuns. Outras procuravam, também, estabelecer cursos comerciais (MAFRA, 1994, p. 109).

É possível observar na citação acima os aspectos nos quais as escolas noturnas se desenvolviam, o local de funcionamento não era próprio, os conteúdos eram os mesmos das escolas diurnas, o que nos faz refletir que esses alunos recebiam os mesmos ensinamentos que as crianças, não havendo um ensino específico para a sua faixa etária. E também serviam como uma maneira de tentar educar os adultos nos moldes da sociedade, com a educação moral. No que se refere ainda a essas instituições, segundo Paiva (1973, p. 168),

A mobilização iniciada com a Primeira Guerra, ao trazer à tona a necessidade de expandir a rede de ensino elementar, levantou também o problema da educação de adultos. A abordagem do problema, contudo, se faz em conjunto: o tema é a educação popular, ou seja, a difusão do ensino elementar.

Já na Província de Minas Gerais, de acordo Mourão (1959), em 25 de março de 1872 foi instalada em Ouro Preto a Sociedade Propagadora da Instrução Pública, que instituiu cursos noturnos. No ano seguinte, em Lavras foi instalada uma Associação Propagadora da Instrução, que possuía um curso noturno para adultos.

Conforme Mafra (1994, p. 104), em 1879 foi estabelecido na Província de Minas Gerais que poderiam ser criadas escolas para adultos nas cidades mais populosas, em que a idade permitida para se frequentar as escolas noturnas e dominicais seria de 16 a 40 anos. “As escolas eram destinadas ao sexo masculino e poderiam ser instaladas desde que pudessem contar com a frequência mínima de 30 alunos. As lições eram dadas apenas em três horas, todas as noites, com exceção dos domingos”. Com as informações de Mafra (1994), novamente encontramos as formas de seleção dos alunos nas escolas para adultos, tinham acesso à educação os homens com idade mencionada, que provavelmente seria trabalhadores.

Nogueira (2009) registra em suas pesquisas que no ano de 1913 já havia uma escola noturna isolada da capital de Minas Gerais, para atender exclusivamente ao público feminino adulto. Ela funcionou durante o período de 1913 a 1917 nas dependências do 3º grupo escolar da capital. De acordo com a autora, o primeiro grupo escolar noturno do Estado de Minas Gerais foi denominado Grupo Escolar Assis das Chagas, criado em 1917 através do Decreto nº 4.726, o objetivo era atender os operários da capital. O curso primário tinha a duração de quatro anos, e funcionava das 19h às 21h; essas normas foram estabelecidas pelo Decreto nº 4.930, de 6 de fevereiro de 1918.

A partir dos anos de 1940, a educação de adultos começou a desenvolver-se no país. De acordo com Beisiegel (1974), passava-se a reconhecer nesse período a necessidade de que a escola atingisse todos os habitantes, incluindo os adultos. Para que esse objetivo fosse alcançado, a administração pública ficou responsável por providenciar a criação das vagas para o atendimento de todos, já que essa área de ensino se apresentava no país como uma tarefa do Estado.

O censo de 1940 relatou que no Brasil 55% da população acima dos 18 anos era analfabeta. Como o país buscava passar a imagem de uma nação desenvolvida internacionalmente, o analfabetismo passou a ser visto como um problema que precisava ser resolvido imediatamente. Além desse fato, como o país estava no período da industrialização era necessário fornecer mão de obra às fábricas.

De acordo com Beisiegel (1974), para compreender as novas dimensões das ideias desse ensino no país, é preciso analisá-las no âmbito das novas orientações de atuação do Estado. Com a Revolução de 1930, a atuação do poder público no Brasil foi reformulada, e uma das características básicas disso é a centralização da vida política e administrativa do país. “Após a Revolução de 30 é a nação como um todo que se afirma diante de suas divisões internas” (BEISIEGEL, 1974, p. 68). Nesse sentido, muitos problemas passaram a ser vistos como problemas nacionais, entre eles o da educação popular.

Após esse acontecimento, o governo federal se propôs a intervir diretamente na evolução da vida social, política e econômica do país, o que implicou profundas mudanças na estrutura jurídica e no aparelhamento do Estado. Assim, os aparelhos existentes ganharam novas dimensões e foram reorganizados, houve a criação de vários órgãos técnicos e administrativos nas diferentes áreas de atuação do poder público. No campo do ensino, as atividades oficiais “aparecem marcadas pela tendência à centralização e pelo consequente aumento de complexidade dos órgãos técnicos e administrativos” (BEISIEGEL, 1974, p. 69).

No contexto da Revolução de 1930, o governo assumiu o controle exclusivo do poder, uma vez que ocorreu o enfraquecimento econômico e o colapso político da burguesia cafeeira, e não havia outra classe capaz de assumir o poder. O governo foi designado como um Estado de compromisso, visto que as lideranças que o controlavam “não representaram diretamente nenhum dentre os interesses hegemônicos nos setores básicos da economia e da sociedade” (BEISIEGEL, 1974, p. 75).

Com a diversificação da economia, as direções do Estado para o desenvolvimento adquiriram funções necessárias, enquanto instrumento de suavização de tensões, principalmente pela industrialização e a política de incorporação das massas urbanas das bases de sustentação do esquema nacional de poder (BEISIEGEL, 1974). Nesse período, o “Estado Brasileiro encaminharia decisivamente a sua atuação no sentido da ampliação e do enriquecimento dos denominados ‘direitos sociais da cidadania’” (BEISIEGEL, 1974, p. 76). Nos anos de 1930 a 1945, as medidas tomadas pelo governo configuraram claramente uma atuação centralizada e orientada, com o objetivo de diversificar a economia, destacando-se a industrialização. Conforme Beisiegel (1974, p. 77, grifos do autor):

É certo, também que nas condições internas e internacionais vigentes durante esse período os caminhos dessa evolução implicavam o fortalecimento do poder central a luta pela ampliação da autonomia do país. Sem dúvida alguma, as medidas adotadas pelo governo da União logo se configurariam num todo coerente, consistente num modelo de industrialização autônoma, que em sua expressão ideológica mais acabada, o *nacional-desenvolvimentismo*, desde os inícios de sua elaboração histórica, no período da Revolução de 1930, viria a ser validado pela coletividade em escala crescente.

Desse modo, o governo se apresentou ao país como promotor do desenvolvimento nacional, sendo responsável por criar condições propícias à expansão da produção capitalista interna.

É possível afirmar, pois, que o projeto social de desenvolvimento que adquire consistência após 1930, ‘... Além de suavizador das tensões sociais existentes...’ aparecia também como a principal fonte ideológica de legitimação da atuação do poder público. E acima de tudo em nome do desenvolvimento da nação que se justificam as principais medidas adotadas pelo governo central nas diferentes áreas de atividades (BEISIEGEL, 1974, p. 78).

Essas orientações para o desenvolvimento também foram estendidas para a área da educação. Nesse momento, “o caráter de técnica social das várias práticas da educação popular, viria a explicitar-se com maior clareza”. Assim as reivindicações para a melhoria do ensino foram

retomadas sob uma nova linguagem: “a educação reivindicada para todos os brasileiros se apresentaria como condição, como requisito, ou mesmo como fator do desenvolvimento nacional” (BEISIEGEL, 1974, p. 78).

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, segundo Soares (1995), até o Estado Novo o governo central recebeu muitas opiniões técnicas sem, porém, tomar medidas que fossem efetivas e favoráveis à difusão do ensino, continuando a manter os estados incumbidos de seus sistemas de instrução. De acordo o autor, uma “decisão importante foi o estabelecimento do Convênio Estatístico de 1931, desvinculando-se a educação de adultos da educação elementar comum sendo incluída a categoria ‘ensino supletivo’” (SOARES, 1995, p. 41).

A partir desse momento, a educação de adultos começou a ganhar importância, destacando-se como um problema distinto do problema da educação para a população em idade escolar; outro fato que ajuda esse acontecimento são os altos índices de analfabetismo demonstrados através do censo de 1940 e da importância dada à educação de adultos pelo programa do Distrito Federal em 1935, assim também como o programa de educação extraescolar que ocorreu depois de 1937 (PAIVA, 1973). Existem vários acontecimentos que marcaram a inclusão desse ensino entre os objetivos de atuação do Estado, nos quais são destacados:

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, a fixação da idéia de um plano nacional de educação na constituição de 1934, a criação do Instituto Nacional de Estudos pedagógicos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1938; os resultados do recenseamento de 1940; a instituição do Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942, e sua regulamentação, em 1945; e acima de tudo a criação de um Serviço de Educação de Adultos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1947, e a aprovação nesse mesmo ano de um plano nacional de educação supletiva para adolescentes e adultos analfabetos (BEISIEGEL, 1974, p. 68).

No ano de 1934 a constituição propôs um Plano Nacional de Educação, que seria coordenado e fiscalizado pelo governo federal, determinando de forma clara os campos de competência da União, dos estados e municípios referentes à educação que: “Reafirmou o direito de todos e o dever do Estado para com a educação; estabeleceu uma série de medidas que vieram confirmar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e pelo desenvolvimento da educação” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110).

No Plano Nacional de Educação, o ensino primário integral deveria ser incluído entre as suas normas de maneira gratuita e frequência obrigatória. Esse ensino deveria ser extensivo aos adultos. Dessa forma, “pela primeira vez a educação de adolescentes e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110).

Em 1938 foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), e por meio de suas pesquisas, em 1942 foi instituído o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP). Em 1945 este passou a destinar 70% de seus recursos para a construção de prédios escolares, abrindo-se, desse modo, novas possibilidades de expansão da rede elementar de ensino em todo o país. Assim, a multiplicação dos prédios escolares¹³ a partir de 1946 foi visível. Se em 1946 havia 28.300 prédios, em 1958 já havia 77.000, o crescimento continuou notório, pois em 1962 já se contabilizava 98.000 prédios, em 1964 os números já somavam 107.411 e em 1969, 134.909 (PAIVA, 1973, p. 146-149).

De acordo com Beisiegel (1974), o artigo 4º do Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, além de reservar os 70% dos recursos do FNEP para a construção das escolas ainda estabelecia para a educação elementar de adolescentes e adultos analfabetos 25% correspondente desses recursos, que para serem aplicados deveriam obrigatoriamente obedecer ao plano geral de ensino supletivo aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde:

‘Disposições regulamentares destinadas a reger a concessão de auxílio federal para o ensino primário - Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945’.

Artigo 1º - Os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, instituído pelo Decreto-lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942, serão anualmente aplicados, sob a espécie de auxílios federais, com o objetivo de promover a ampliação e a melhoria dos sistemas escolares de ensino primário de todo o país;

Artigo 4º - Os auxílios federais, provenientes do Fundo Nacional de Ensino primário, serão aplicados nos termos seguintes: 1. A importância correspondente a 70% de cada auxílio federal destinar-se-á à construção de escolares [...] 2. A importância correspondente a 25% de cada auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos de um plano geral de ensino supletivo, aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde (BEISIEGEL, 1974, p. 87).

Ao se referir ao desenvolvimento da educação de adultos no Brasil, Beisiegel (1974) afirma que os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Saúde, referentes a esse ensino, após a Segunda Guerra Mundial, mostram a influência internacional exercida pela Unesco, que desde a sua criação em 1945, vinha incentivando a realização de programas de educação de adultos analfabetos (BEISIEGEL, 1974). A organização “denunciava ao mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos, no processo de desenvolvimento das nações categorizadas como ‘atrasadas’” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 111).

¹³ Não encontramos os dados referentes à expansão dos prédios escolares noturnos no país.

2.2 CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS

Em 1947 o Departamento Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação e Saúde, criou o Serviço de Educação de Adultos (SEA), que tinha como objetivo a orientação e coordenação geral dos trabalhos e planos anuais do ensino supletivo. O SEA se desdobra em quatro setores: Administração, Planejamento e Controle, Orientação Pedagógica e Relações com o Públíco. Nesse mesmo ano foi lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), com o financiamento e regulamentação do Fundo Nacional de Educação Primária (FNEP).

De acordo com Paiva (1973, p. 178), seu lançamento ocorreu para atender ao apelo feito pela Unesco, em prol da educação popular. Segundo a autora, em seu plano interno a campanha acenava como uma possibilidade de formar mão de obra alfabetizada nas cidades, de se aprofundar no campo, “além de constituir como um instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo”.

Segundo Paiva (1973, p. 179), a campanha resgatava alguns aspectos do entusiasmo pela educação contaminado de considerações e justificações técnicas:

Deveria ser ‘uma autêntica campanha de salvação nacional; uma nova abolição’, conduzida pelos educadores anteriormente identificados com o Estado Novo e que agora tinham como diretriz política a quantidade e como diretriz técnica a tentativa de conciliar a campanha de massa (extensiva) com a qualidade e a continuidade do ensino (profundidade).

A sua fundamentação política era acompanhada de uma justificativa econômica e social, já que a alfabetização ampliaria as bases eleitorais, integraria socialmente a população e aumentaria a produção do país. “Era preciso impedir a desintegração social, lutar pela paz social e promover a utilização ótima das energias populares através da recuperação da população analfabeta que ficara a margem do processo de desenvolvimento do país” (PAIVA, 1973, p. 179).

Dessa maneira, a educação de adultos seria necessária para organizar e reorganizar a população democraticamente, “desenvolvendo entre as populações ‘adultas marginalizadas’ o sentido de ajustamento social” (PAIVA, 1973, p. 179).

Inicialmente ensinar esse público parecia ser o objetivo primordial da campanha, porém, esse processo era visto como uma das formas de se levar educação de base a toda a população (BEISIEGEL, 1974, p. 96).

Na verdade, o esforço de educação popular realizado no âmbito da campanha visava a ‘recuperação de grandes massas da população que vivia praticamente à margem da vida nacional’: era necessário educar o adulto, antes de tudo, para que esse ‘marginalismo’ desaparecesse e o país pudesse ser mais homogêneo, mais

coeso e mais solidário e para que cada homem ou mulher pudesse ajustar-se à vida social e às preocupações do bem-estar e do processo social. Mais do que isso, era necessário educar os adultos ‘porque essa obra era de defesa nacional, porque concorreria para que todos melhor soubessem defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor no seu próprio lar, na sociedade, em geral.’

Conforme Paiva (1973, p. 180), a justificativa econômica da campanha foi baseada na imagem de que a falta de cultura da população estaria travando a produção do país. De acordo com a autora, Lourenço Filho alegava que os altos índices de analfabetismo mostravam a pequena capacidade de organização do país, afirmando que essa “deficiência” só poderia ser enfrentada por meio da instrução, “pois ignorância da população e escassa produção econômica andam sempre juntas e somente uma política educacional esclarecida seria capaz de concorrer para o crescimento econômico da nação”. Nesse sentido, a difusão da instrução seria uma maneira de “proporcionar recursos humanos para o desenvolvimento e a industrialização do país”. No lançamento da campanha, “O Ministro da Educação explicava que muitos dos problemas sociais deviam ser sanados pela recuperação da grande massa da população brasileira ainda desprovida de instrução para que fosse possível organizar a vida do país em bases democráticas” (PAIVA, 1973, p. 181).

No plano político, o objetivo da campanha era integrar a “massa marginalizada” ao processo político, combatendo as ideias anarquistas e socialistas, já que “as grandes massas, relegadas a um plano secundário de ignorância e estacionamento, eram presas fáceis de ideologias nocivas nas mãos dos demagogos anarquistas” (PAIVA, 1973, p. 182).

Ela era vista por alguns como um instrumento de democracia liberal que deveria, sobretudo, combater nas cidades as ideologias estranhas, “ao mesmo tempo em que colocava em risco o equilíbrio eleitoral da oligarquia no interior” (PAIVA, 1973, p. 182), sendo assim, nem sempre era bem recebida, visto que, ao se formar o novo eleitor, corria-se o risco de modificar e enfraquecer os chefes políticos locais.

Estes preferiam ensinar seus correligionários a “ferrar o nome” e alistar os eleitores do que se expor a um programa que abria suas portas a todos e trazia novas idéias, criando a possibilidade para o fortalecimento das dissidências oligárquicas locais ou para a penetração de novas idéias vindas da cidade (PAIVA, 1973, p. 182).

De acordo com Paiva (1973), durante o desenvolvimento da campanha parece ter prevalecido a sua fundamentação política, embora houvesse preocupações referentes ao seu caráter técnico. Conforme o seu aspecto de seriedade técnica, ia perdendo as forças, “tornava-se mais e mais claro o seu papel político, concorrendo para o crescimento das bases de representação política do país” (PAIVA, 1973, p. 183), a autora ainda informa que:

Se a campanha não educou muitos adultos, de acordo com as exigências dos educadores, ela seguramente alfabetizou ou semi-alfabetizou um número significativo de pessoas que entraram de posse de seus direitos políticos e o predomínio desse fundamento político sobre aspectos técnico-educativos é que deu origem às sucessivas acusações de que o programa se havia transformado numa “fábrica de eleitores” (PAIVA, 1973, p. 183).

A campanha foi lançada em clima de euforia, no intuito de estender a alfabetização a grandes contingentes. Para Paiva (1973), essa fase nunca chegou a ser ultrapassada, pois deveria ser precedida por outra “ação de profundidade”, que ia além da alfabetização:

A ação extensiva não se restringia apenas ao ensino das técnicas elementares da leitura e da escrita, mas pretendia oferecer alfabetização (3 meses) e condensação do curso primário em dois períodos letivos de 7 meses de duração; a ação em profundidade, por outro lado deveria referir-se à capacitação profissional e à atuação junto às comunidades (tentada através da Campanha Nacional de Educação Rural) (PAIVA, 1973, p. 189).

As primeiras atividades da campanha foram desenvolvidas através do plano de ensino supletivo elaborado pelo SEA, em seu primeiro ano estavam previstas a abertura de 10.000 classes e 500.000 matrículas em todo o país, no decorrer dos anos o número de classes deveria aumentar gradualmente, obtendo em 1948 14.110, em 1949 15.204 e em 1950 16.500 (BEISIEGEL, 1974). Elas foram distribuídas pelas regiões do país, por meio de critérios que condicionavam a liberação de recursos conforme a necessidade educacional das comunidades.

De acordo com Paiva (1973), para que não ocorresse o favorecimento político partidário, no que se refere à localização das classes, o Estado deveria criar um serviço semelhante ao SEA para fazer essa fiscalização, além desse serviço, esse setor também ficaria responsável por orientar diretamente as atividades desenvolvidas, dialogando com os municípios e as entidades privadas. Os municípios do interior deveriam criar comissões municipais de educação de adultos, sendo as classes instaladas preferencialmente nas zonas rurais e aos candidatos que estivessem entre 15 e 25 anos. Apesar das considerações para que não houvesse favorecimento político, é possível constatar através dos estudos de Soares (1995) que essa prática acontecia constantemente.

Devido ao grande número de analfabetos no país, aliado aos recursos orçamentários e administrativos disponíveis para a educação de adultos, era impossível criar o número de classes suficientes para atender a todos analfabetos em curto prazo. No entanto, a oportunidade de proporcionar educação a todos em médio e longo prazo, era vista como ponto de referência para se organizar as atividades, definindo a seleção dos meios de execução das atividades, assim também como os “Critérios de recrutamento do pessoal docente, a distribuição relativa dos recursos, o tipo

de orientação pedagógica a ser exercido pela direção central e mesmos os padrões de aproveitamento esperados dos trabalhos de classe" (BEISIEGEL, 1974, p. 93).

Os docentes que trabalhavam nas classes de alfabetização recebiam uma gratificação pró-labore, que segundo Paiva (1973) era menor que os salários recebidos pelos professores que atuavam nas classes de ensino regulares. De acordo com a autora, tudo era uma estratégia que tinha como objetivo: "Conduzir a comunidade a participar da alfabetização de adultos como tarefa cívica e por isso foi aberto o voluntariado, cuja função era manter aceso o interesse pela instrução popular e criar uma mística em torno do problema" (PAIVA, 1973, p. 190-191).

Além da alfabetização através do ensino supletivo, a campanha também pretendia atuar em outras modalidades, buscando interferir diretamente na organização social e econômica da população. Dessa maneira, foram criadas as Missões Rurais de Educação de Adultos, os Centros Sociais de Comunidade e os Centros de Iniciação Profissional (BEISIEGEL, 1974).

Para serem desenvolvidas no meio rural, as missões contavam com diferentes serviços do Ministério da Educação e Saúde. Em seu plano geral de atuação, o intuito era desenvolver programas nos setores, agropecuários, médico sanitário, familiar, economia doméstica, educação geral e serviço social. As equipes eram formadas por profissionais dessas diversas áreas, como medicina, enfermagem, educação sanitária, assistência social, veterinária, agronomia, educação doméstica, administração e logística, o objetivo era realizar diagnósticos das condições de vida das comunidades e promover programas integrados de educação de base, ajudando no desenvolvimento socioeconômico das comunidades (BEISEIGEL, 1974).

Essas atividades previstas para serem desenvolvidas nos diversos estilos educativos não conseguiram preservar a aparente harmonização entre elas, visto que todos os esforços eram voltados para a implantação dos cursos supletivos, dessa maneira, os trabalhos da segunda fase da campanha não ultrapassaram as primeiras experiências e não chegaram a constar entre os resultados alcançados (BEISIEGEL, 1974).

Ela priorizou em seus primeiros anos de atuação, a implantação e expansão das escolas de ensino supletivo. No que se refere aos outros programas: missões rurais, centros sociais de comunidade e centros de iniciação profissional, estes foram iniciados a partir de 1950, no fim da administração do professor Lourenço Filho (BEISIEGEL, 1974). Em 1950 este deixou o cargo. Em janeiro de 1951 o professor Pedro Calmon lhe enviou uma carta, divulgada em um dos jornais de Uberlândia, agradecendo os serviços prestados, conforme se lê a seguir:

O professor Pedro Calmon, ex titular da pasta da educação, endereçou ao professor Lourenço Filho a seguinte carta:

“De posse de sua carta de 23 do corrente, encaminhando outra, da mesma data e dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da república, ambas pleiteando a concessão de sua exoneração do cargo de diretor geral do departamento nacional de educação, à cuja testa se acha desde janeiro de 1947, venho comunicar-lhe que o Exmo. Sr. Presidente da república houve por bem deferir o seu pedido, em virtude dos motivos que o justificaram, tendo assinado o respectivo decreto de exoneração em 29 deste mês.

Ao fazer-lhe esta comunicação, cumpro o grato prazer de apresentar-lhe os melhores agradecimentos do governo federal pelos seus valiosos e inestimáveis serviços na direção daquele departamento, cujas atividades foram conduzidas com a eficiência, altitude e competência técnica que lhe são peculiares.

Cabe-me particularizar, notadamente, o êxito graças a sua ação, pelo serviço de educação de adultos, integrado no departamento nacional de educação em 1947, sob sua direção, não havendo dúvida de que essa iniciativa constituiu uma das mais fecundas realizações do governo, cujo mandato expira nesta data.

Reiterando-lhe os cordiais protestos da minha estima pessoal e formulando votos pela sua felicidade, renovo-lhe as expressões do meu alto preço, Pedro Calmon 31-1-51. (CAMPANHA NACIONAL..., 1951, p. 2).

As atividades iniciais da campanha tinham duas preocupações, a primeira seria a instalação dos cursos supletivos para os adolescentes e adultos analfabetos em todo o país, e a segunda, incentivar e a coordenar esforços, com o objetivo de cooperar com todos os que colaborassem nos trabalhos de difusão da cultura popular, seja de forma individual ou por meio de associações culturais, empresas, indústrias, comércios e outras (BEISIEGEL, 1974).

Desde o início de seu desenvolvimento, a campanha foi planejada para ocorrer em âmbito nacional, no entanto, ela ultrapassava suas possibilidades financeiras, assim como as administrativas da União. No que se refere a esses recursos, assim como a sua distribuição:

A maior parte dos recursos disponíveis nos exercícios de 1948, 1949 e 1950 foi destinada à implantação e ao funcionamento da rede de cursos do ensino supletivo. A soma dos itens diretamente relacionados à criança e ao funcionamento das classes (Auxílios aos estados, territórios e Distrito Federal... e Material didático e auxiliar) representava cerca de 92% dos recursos disponíveis em 1948, cerca de 91% dos recursos existentes em 1949 e cerca de 93% do total de recursos previstos para o exercício de 1950. Os planos financeiros relativos a 1948 e 1949 já reservavam recursos para o equipamento de missões culturais que, todavia, não chegaram a constituir-se nesses exercícios (BEISIEGEL, 1974, p. 104).

Para que o ensino supletivo se estendesse a todo o país, era necessária a articulação de uma grande estrutura administrativa, que envolvesse os poderes públicos federais, estaduais e municipais. De acordo com Beisiegel (1974, p. 106): “A articulação desta estrutura administrativa, capaz de presidir a implantação da rede de escolas e de financiar, orientar e fiscalizar o desenvolvimento dos trabalhos aparecia como o principal problema a ser resolvido pelos organizadores da campanha.”.

A campanha utilizou estratégias para a sua divulgação, um dos meios usados foi através da publicidade. Apesar de ser dirigida à sociedade em geral, o objetivo era estimular a participação e engajamento das administrações regionais no processo de implantação das classes de ensino supletivo.

Todos os meios de divulgação então disponíveis foram mobilizados neste sentido: desde a inclusão sistemática de noticiários nos jornais, estações de rádio e serviços de alto-falantes, até a elaboração e a distribuição de cartazes, folhetos e selos postais e a realização de conferências e concursos públicos alusivos ao tema (BEISIEGEL, 1974, p. 106).

Com o apoio dos meios de comunicação para mobilizar o país para a urgente necessidade de educar os analfabetos, mostrando os seus benefícios e se localizando nos auxílios federais do FNEP e nos meios apropriados para estimular e catalisar o interesse dos estados e territórios em volta do problema, o Ministério da Educação e Saúde buscou comprometer os recursos das administrações regionais na implantação e manutenção de uma rede nacional de ensino supletivo, deixando sob responsabilidade das administrações locais todas as atividades relacionadas à instalação e funcionamento das classes, reservando para si o financiamento e as atribuições mais gerais de coordenação e controle do desenvolvimento do programa (BEISIEGEL, 1974).

Comprometidas com a União, as unidades da federação tinham condições de atender somente aos acordos assumidos no âmbito da campanha, colocando, dessa maneira, os recursos das redes locais de ensino primário a serviço da educação de adultos. Assim sendo, ao colocar sob a sua responsabilidade a execução direta das atividades as administrações regionais, “a União estava necessariamente vinculando a realização dos trabalhos do ensino de adultos à utilização intensiva dos recursos das redes locais do ensino primário” (BEISIEGEL, 1974, p. 113).

Devido ao compromisso assumido, as administrações regionais mobilizaram os únicos recursos disponíveis em condições de comportarem a instalação das redes de ensino supletivo. Assim, as classes deste foram postas em dois períodos: vespertino ou noturno, utilizando as “dependências das escolas primárias existentes: prédios escolares, áreas urbanas, instalações de escolas isoladas e nas áreas rurais” (BEISIEGEL, 1974, p. 118), fato que constatamos nas escolas noturnas no município de Uberlândia e que será discutido adiante. No que se refere ao trabalho administrativo e à fiscalização:

As tarefas administrativas relativas ao funcionamento e à fiscalização das atividades foram naturalmente confiadas ao corpo administrativo já articulado para as redes de escolas primárias. Delegados e supervisores regionais do ensino primário, inspetores escolares e diretores de escolas primárias assumiram, cumulativamente as suas funções no ensino primário, as atribuições de administração da rede de escolas do ensino supletivo. Da mesma forma, os cargos

docentes da nova rede de escolas foram providos mediante o aproveitamento dos professores já engajados no magistério primário dos Estados, Territórios e Municípios. Ordinariamente os mesmos professores encarregados do ensino primário infantil, no período diurno, retornavam à escola à noite, para lecionar em classes de educação de adultos. (BEISIEGEL, 1974, p. 118).

Apesar do esforço em se criar o material específico para a educação de adolescentes e adultos, a campanha acabou se tornando “uma réplica” do ensino infantil. Sobre esse fato Beisiegel (1974, p.118-119) afirma que:

Dependendo, desde o início, das instalações, dos quadros administrativos e do pessoal docente do ensino primário fundamental comum, o ensino supletivo definiu-se como uma réplica do ensino infantil, ministrado a adolescentes e adultos. Delegados regionais inspetores, diretores de escolas e professores levaram para as suas novas tarefas os velhos hábitos de trabalho e os conteúdos da ação educativa que desenvolviam no ensino primário. Independente dos objetivos fixados pela direção central da Campanha, a quaisquer que fossem os conteúdos propostos para a educação de adultos, a natureza e o alcance dos trabalhos, nestas condições, ficavam limitados às possibilidades de seus executores diretos.

Outro fator que levou a isso foi o material utilizado nos trabalhos, conforme Beisiegel (1974, p. 94), apesar de as escolas supletivas receberem “um currículo especial de ensino visual, cartilhas, jornais, folhetos e textos de leitura diversos, elaborados no Setor de Orientação Pedagógica do Serviço de Educação de Adultos”, os conteúdos ensinados aos alunos das classes de alfabetização eram semelhantes aos do ensino primário comum.

Referente ao trabalho dos professores, Paiva (1973) afirma que os baixos salários foram um dos grandes problemas enfrentados pela campanha e um dos responsáveis pelo seu fracasso. De acordo com a autora, “Representantes de vários Estados chamaram a atenção para a irrisória gratificação oferecida aos professores, com a qual só era possível aliciar um corpo docente despreparado e incompetente” (PAIVA, 1973, p. 193).

Além disso, as condições de funcionamento das classes também eram criticadas, pois não havia verba o suficiente para resolver problemas, como de iluminação das classes ou para a aquisição dos materiais escolares, sendo considerados inadequados para as varias regiões do país, observamos esses problemas também nas classes noturnas de Uberlândia. Os aparelhos distribuídos (projeção fixa e diafilme¹⁴) não funcionavam, uma vez que não havia profissionais que soubessem manuseá-los, e devido aos poucos diafilmes distribuídos, eles serviam apenas para “abrilhantar” as festas escolares (PAIVA, 1973). Em 1954 a campanha entrou em declínio, visto que: “Os

¹⁴ “Tira de filme de 35 mm que contém uma série de fotogramas em positivo e é destinada à projeção de imagens fixas.” (DIAFILME, 2014).

problemas colocados pela ação extensiva no interior nem sempre podiam ser superados, como demonstrava a experiência; os recursos necessários à ampliação da ‘ação em profundidade’ eram demasiado vultosos” (PAIVA, 1973, p. 191).

As experiências demonstravam que os problemas colocados pela ação extensiva no interior, às vezes não podiam ser resolvidos. Com a criação dos Centros de Iniciação Profissional em 1951, os cursos se multiplicaram principalmente nas cidades, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) se separou tornando-se um movimento autônomo da campanha, dedicando-se à educação rural por meio de programas comunitários. A CNER era compreendida por ações em conjunto com os Ministérios da Educação, Agricultura e da Saúde.

De acordo com Fávero (2008), o desdobramento da campanha concretizava o entendimento de que somente as ações educativas nas salas de aulas não eram suficientes, assim sendo, iniciou-se um trabalho intensivo com as comunidades rurais, introduzindo técnicas agrícolas e abordando temas, como educação sanitária, higiene e saúde. Fávero (2008, p. 4) afirma que:

Em particular, são realizadas campanhas de água filtrada e fossa sanitária, assim como o atendimento às mães no pré e pós-natal. Um de seus grandes méritos foi formar excelentes quadros médios, principalmente para os trabalhos relativos aos setores da saúde: agentes sanitários, prevenção da malária, tratamento da esquistossomose etc. No início dos anos de 1960, encontravam-se ótimos técnicos, trabalhando no meio rural, embora os serviços a que pertenciam estivessem desprestigiados e sem verbas.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos ainda tentou recuperar-se com a criação do Sistema de Radio Educativo Nacional (Sirena) anexo à campanha em 1957, o intuito era promover a criação de sistemas regionais de rádio educativos. No entanto seus recursos ficaram cada vez mais escassos, devido aos precários resultados obtidos da sua principal atividade: a alfabetização (PAIVA, 1973).

Paiva caracteriza (1973) a campanha em três fases: a primeira, na qual mantém sua ascensão até o inicio dos anos de 1950 em um clima de euforia; a segunda: de 1951 a 1954, fase em que as atividades persistem e se expandem, não provocando tanto entusiasmo como a primeira; a terceira, quando, a partir de 1954, entra em fase de declínio ou desinteresse. De acordo com a autora, o voluntariado praticamente deixa de existir, os estados executavam planos fictícios e o ensino ministrado era extremamente precário.

As dificuldades haviam começado a aparecer desde 1949 quando as autoridades paulistas queixavam-se das irrisórias vantagens oferecidas ao professor, causando falta de entusiasmo e mesmo abandono do trabalho, havendo lugares onde nem mesmo os leigos aceitavam as tarefas da Campanha: assinalavam o desinteresse das Comissões Municipais, as dificuldades encontradas no recrutamento dos

analfabetos que relutavam em inscrever-se ou que facilmente se evadiam, o atraso no pagamento dos professores e a inadequação do período escolar da Campanha (maio-dezembro ou abril-novembro) coincidindo com as férias escolares nas quais os professores deixavam as classes entregues a professores improvisados que mal conseguiam conter a dispersão dos alunos (PAIVA, 1973, p. 192).

Em 1958 aconteceu o II Congresso Nacional da Educação de Adultos, no qual foi reconhecido publicamente o fracasso da campanha em termos educativos. Paiva (1973, p. 192) afirma que neste momento “observa-se que a CEAA havia se mantido fiel ao seu fundamento político, formando novos contingentes eleitorais, e, por outro lado – havia efetivamente contribuído para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil”. A campanha funcionou até o ano de 1963, visto que estava institucionalizada.

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo foi criada em 1958, com a intenção de ser um programa destinado à educação popular em geral. De acordo com Paiva (1973), a CNEA surgiu em um momento em que começava no país uma nova etapa da educação dos adultos.

Reconhecia-se amplamente a ineficácia das campanhas lançadas há alguns anos pelo DNE, mobilizavam-se os educadores em busca de novas soluções para o problema, criava-se no CBPE¹⁵ um setor destinado ao estudo dos problemas de educação e ciências sociais, firmava-se a necessidade de estudos experimentais que oferecessem métodos de atuação pedagógica de rentabilidade assegurada para evitar novos fracassos educativos (PAIVA, 1973, p. 213-214).

De acordo com Paiva (1973, p. 215), a CNEA preocupava-se com a educação popular em geral e com a contribuição potencial ao desenvolvimento econômico-social. Sua programação era destinada a diversas faixas etárias, “visando combater o analfabetismo em todas as suas frentes, enfocando-o como fenômeno social que tem causas socioeconômicas que devem ser conhecidas”. Em 1959 a campanha cresceu de forma surpreendente, sendo reestruturada em 1960, “sob a forma de campanha extraordinária de educação subordinada ao DNE, e sofrendo nos anos seguintes as dificuldades financeiras enfrentadas por todas as campanhas educativas do MEC, até sua extinção em 1963” (PAIVA, 1973, p. 216).

No que se refere à CEAA, mesmo com toda sua precariedade, conseguiu formar grandes contingentes de semianalfabetos, contribuindo com a diminuição das taxas de analfabetismo, juntamente com a maior difusão do ensino primário, as quais reduziram de 55% em 1940 para 49,31% em 1950 e no ano de 1960 para 39,48%, embora se tenha elevado o crescimento da população (PAIVA, 1973).

¹⁵ Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

No que se refere ao desenvolvimento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em Minas Gerais, segundo Soares (1995), em 1947 o professor Duntalmo Prazeres e o Dr. Leônio Ferreira do Amaral foram os representantes do estado na I Reunião dos Delegados dos Estados e Territórios, realizada no Distrito Federal, para tratar dos assuntos relacionados à execução da campanha. Na segunda reunião dos delegados, ocorrida no Distrito Federal em 1948, o representante de Minas Gerais foi o professor Manuel Casasanta, na função de delegado estadual de educação de adultos, na qual ficou previsto para 1948 que Minas Gerais teria 2.000 classes de ensino supletivo (SOARES, 1995).

Sobre esse encontro o jornal *Correio* noticiou:

O mais recente acordo firmado entre o Ministério da Educação e uma unidade federativa, para a execução, no âmbito estadual, do plano de ensino primário supletivo para adolescentes e adultos, ora em sua segunda fase, foi celebrado entre aquela Secretaria de Estado e o governo de Minas Gerais. O ato contou com a presença do Ministro Clemente Mariani e do Sr. Abgar Renault, secretário de Educação de Minas, representando o executivo mineiro e segundo ficou estabelecido no convênio, dois mil cursos de ensino supletivo serão instalados em todo o território montanhês com o auxílio federal. O governo estadual por seu turno deverá manter a fiscalização direta dos serviços, remeter mensalmente os dados estatísticos relativos ao seu funcionamento, frequência e grau de aproveitamento dos alunos e entrar em entendimentos com os municípios, bem como as associações ou empresas que se prontifiquem a colaborar no plano. O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, compromete-se a auxiliar financeiramente o movimento, fornecendo material didático, como textos para a aprendizagem de leitura, educação da saúde, educação cívica e econômica e exercer a orientação técnica, para a boa execução do plano. De acordo com a cláusula sexta, é vedado ao Estado suprimir qualquer das classes de ensino primário que funcionaram a conta de dotação própria devendo o convênio vigorar até o último dia do corrente ano (2.000 CURSOS..., 1948, p. 3).

Em uma reunião realizada no gabinete do ministro da Educação, Clemente Mariani, o secretário de Minas Gerais, ao mostrar as realizações que o estado estava alcançando referentes à educação de adultos, ouviu do professor Lourenço Filho que o exemplo de Minas Gerais era uma lição de entusiasmo para o país, de acordo com o secretário, “Minas teria sido o primeiro Estado a instalar grupos escolares e classes noturnas para a alfabetização de adultos e adolescentes” (SOARES, 1995, p. 95).

Falando à imprensa da Capital, o prof. Lourenço Filho, diretor do Departamento Nacional de Educação, disse que Minas está à frente da Campanha Nacional de Educação de Adultos. De 14.410 cursos em funcionamento em todo o território brasileiro, o nosso Estado concorre com 2 mil (MINAS..., 1949, p. 3).

Desde a fundação da capital do estado em 1897, até o ano de 1930, havia em Belo Horizonte somente 10 grupos escolares. Com a realização da campanha, apenas em 1947 já havia

sido criado mais cinco grupos escolares. Em março de 1947, foi enviado um telegrama ao professor Lourenço Filho, informando novos dados sobre o desenvolvimento da campanha no estado. De acordo com os números enviados, as matrículas de adolescentes e adultos somavam 70.000 alunos e ainda poderiam alcançar 100.000, fato que era considerado como um verdadeiro acontecimento público (SOARES, 1995).

Ainda nesse mesmo mês, foi criada, a Comissão de Educação de Adolescentes e Adultos, que ficou responsável pelo desenvolvimento da campanha no estado. A comissão recebeu da coordenação geral da campanha um grande número de materiais para o desenvolvimento dos trabalhos, entre eles o “1º Guia de Leitura, Instruções aos Professores, livros de registro escolar, quadros murais, boletins mensais e folhas de pagamentos” (SOARES, 1995, p. 96).

Sendo a região de Minas Gerais um território de grande proporção e de densa população, as 1.500 classes que estavam previstas para serem instaladas no estado foram distribuídas entre os 288 municípios, tendo como referência o recenseamento geral de 1940. O município de Uberlândia recebeu sete classes. (SOARES, 1995, p. 97).

Em 1947, ficou estabelecido através da Portaria nº 8 que as classes de alfabetização de adolescentes e adultos seriam instaladas de acordo com o Plano Nacional de Educação de Adultos. Cada uma deveria ter de 50 a 60 alunos, distribuídos em duas turmas, com a regência de um professor que ensinaria em dias alternados em cada uma delas. As aulas seriam ofertadas à noite, de segunda a sábado, com duração de duas horas. (SOARES, 1995).

Uma das principais funções do Serviço de Educação Adultos em Minas Gerais foi a designação de professores para atuar nas classes de educação de adultos. Ela ocorria na maioria das vezes, por indicações de políticos locais, ou então, os docentes eram indicados pelos próprios diretores dos estabelecimentos, o que fazia com que a maioria das atuantes nas classes fosse leiga em relação à educação de um modo geral (SOARES, 1995).

De acordo com Soares (1995, p. 100), o desenvolvimento da campanha no estado parece ter “servido para o fortalecimento de certas estruturas de poder tradicional”, já que em entrevista realizada com uma funcionária do SEA, ela relata ao autor que a campanha teve uma filosofia política, na qual os partidos da situação e os prefeitos agarravam-se aos cursos, visto que, dessa maneira, os votos estariam garantidos.

A avaliação dos professores era feita através dos boletins mensais que eram preenchidos e enviados ao SEA. Eles também enviavam informações sobre a situação dos alunos anualmente, assim, por meio desses informativos “a Coordenação Estadual verificava se a frequência dos alunos

era suficiente para que se mantivessem em funcionamento as classes de ensino supletivo no Estado” (SOARES, 1995, p. 101).

A remuneração recebida pelas professoras foi criticada durante todo o desenvolvimento da campanha, principalmente nos seus últimos anos. No início, o patriotismo, o “amor à causa”, “fazia com que as regentes de classe se encantassem com essa gratificação, muito pequena” (SOARES, 1995, p. 101).

Assim como ocorria em todo o país, Minas Gerais buscava passar a imagem de que a campanha era um sucesso no estado, divulgando através da imprensa seus resultados.

Educando para a Democracia – Voluntários de uma campanha. A campanha Nacional de Alfabetização de Adultos realiza em Minas uma obra excepcionalmente útil, em extensão e profundidade. Em 1948 funcionaram no território mineiro nada menos que 2.233 classes de ensino para adolescentes e adultos, elevando-se a coeficiente de matrícula a 82.156 alunos. Nesse ano, a iniciativa particular fez funcionar 31 cursos de alfabetização com um total de 2.018 alunos frequentes. Se atentarmos bem para a série de dificuldades que representa o recrutamento de moços e homens para o aprendizado das primeiras letras, a cifra total de 101.369 matriculados – em todos os cursos noturnos no Estado – terá representado um grande passo para a extermínio do analfabetismo entre nós. Minas demonstra o desejo de resolver 2 problemas graves: o trigo nacional e o analfabetismo. O Governo do Estado imprime dia a dia novos rumos à causa pública, principalmente no terreno educacional. Este ano o número de classes do ensino supletivo excede à expectativa. Já em 30 de julho último havia mais de 2.000 CURSOS INSTALADOS.

A distribuição dos cursos de adultos pelo nosso Estado é de se notar:

- 69 cursos em funcionamento na Capital.
- 35 em Campo Belo.
- 28 em Teófilo Ottoni
- Mais de 20 em Juiz de Fora, Serro, Leopoldina, Diamantina.
- Mais de 15 em Caratinga, Grão Mongol, Mesquita, Carandaí.
- Mais de 10 classes em 23 municípios.
- Mais de 5 classes em 81 comunas.

A Campanha de Educação de Adultos tem tido em Minas a mais franca aceitação por parte das autoridades públicas, eclesiásticas e militares. E já se observaram os melhores e mais promissores resultados.

Estamos assim recuperando o nosso Estado. O Dr. Francisco Campos partia da idéia de que se devia dar livro aos professores, aos alunos, e às escolas. E que as escolas deviam ser em primeiro lugar Escolas Normais para a formação de professores. RURAIS para a formação do povo. Secundárias para a formação da raça. Depois, superiores. Seguindo seu pensamento e diretriz pedagógica, criou escolas normais, ginásios e escolas primárias pelo Estado todo. Os governos que se seguiram diminuíram gradativamente os ordenados dos professores, cortaram escolas normais, suprimiram escolas primárias e rurais, fecharam grupos escolares. O governo atual luta com a reabertura de escolas e a criação de outras mais, enfrentando velhos e novos problemas (O ENSINO..., 1949, p. 3).

Além das docentes que recebiam uma baixa remuneração, a campanha no estado também contou com a colaboração de voluntários individuais, instituições, igrejas e empresários. No entanto, com o decorrer dos anos, esse tipo de participação se tornou escassa. No congresso de 1958 ocorreu o aumento das queixas referentes à baixa remuneração e qualificação dos professores utilizados na campanha (SOARES, 1995).

Assim como no restante do país, a partir de 1958, ela foi perdendo as suas forças em Minas Gerais. Em 1958 ainda foi lançada a experiência de Leopoldina, vinculada à Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que se tornou referência nacional. Embora a sua execução previsse o combate do analfabetismo em todas as idades, ela se limitou ao Ensino Infantil, como uma expansão do sistema regular de ensino (SOARES, 1995).

No que se referia à Campanha de Educação de Adolescentes Adultos em Minas Gerais, não era constada diferenças significativas em relação ao restante do país, e, assim como outros estados, os índices de analfabetismo em Minas Gerais eram parecidos com os dos outros.

QUADRO 2 – Número de analfabetos por estado

ESTADO	Nº DE ANALFABETOS
Guaporé	56,3
Acre	65,63
Amazonas	57,15
Rio Branco	55,5
Pará	51,29
Amapá	53,92
Maranhão	74,78
Piauí	74,11
Ceará	58,81
Paraná	47,32
Santa Catarina	35,8
Mato Grosso	43,73
Rio Grande do Norte	68,92
Paraíba	70,82
Pernambuco	68,23
Alagoas	76,35
Sergipe	65,37
Bahia	68,45
Minas Gerais	56,19
Espírito Santo	52,99
Distrito Federal	15,44
São Paulo	34,7
Rio Grande do Sul	34,78
Goiás	68,76

Fonte: quadro elaborado a partir das informações de O Analfabetismo... (1954, p. 3).

Ainda em 1958, com o objetivo de discutir a ampliação do ensino e as dificuldades enfrentadas na Campanha de Educação de Adultos, Minas Gerais realizou um seminário regional em Belo Horizonte. Além desse, foram realizados outros com o intuito de discutir problemas em termos regionais e locais para serem abordados no II Congresso de Educação de Adultos. Porém, o estado não teve uma participação significativa no evento, já que apresentou somente dois trabalhos, que não se diferenciaram dos apresentados por outros estados (SOARES, 1995). Dessa forma, assim como no restante do país, após o congresso a campanha entrou em declínio, sendo extinta em 1963.

2.3 AS REPRESENTAÇÕES DO ANALFABETISMO NO BRASIL DURANTE A EXECUÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS

Segundo Pesavento (2005, p. 40), “A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”. Ao pesquisarmos a representação do analfabeto durante a execução da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, conseguimos identificar todos esses termos citados pela autora. As representações de analfabeto no país funcionaram como uma forma de exclusão dessas pessoas, que eram identificadas e reconhecidas como um problema para o país, além de serem classificadas como incapazes e motivo de atraso; o termo foi utilizado como uma legitimação para o desenvolvimento da campanha.

Notamos que o analfabetismo era apresentado para a sociedade como uma doença que atrasava o desenvolvimento do país. De acordo com as reportagens pesquisadas, ele não deixava o Brasil ficar entre os países mais cultos do mundo, logo, era necessário submetê-lo a um tratamento em que Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos seria o remédio para a sociedade.

O analfabetismo era uma desgraça irremediável. Já nos havíamos habituado a desprimatorosa situação que nos colocava entre os povos menos cultos do mundo. Estávamos, sem que talvez nos apercebêssemos, cavando a sepultura onde, mais cedo ou mais tarde, veríamos baixar o corpo inanimado da pátria. O Brasil encontrava-se nas condições desses organismos aos quais a simples panacéia já de nada adiantava: convinha submetê-lo a um tratamento que, contrariando a terapêutica geralmente empregada, viesse a atuar de maneira mais pronta e enérgica. Poderá parecer que exageramos. Quem quer, porém, que considere que 55% da população brasileira acima de 18 anos são analfabetos concluirá imediatamente pela gravidade do sintoma, cuja etiologia é, sem dúvida, esta Campanha desencadeada na hora decisiva do recrudescimento do mal. Tenhamos confiança na ciência dos que procuram salvar o grande enfermo. A sua vida é a nossa vida. É a vida dos que virão depois de nós e perguntarão o que fizemos para preservar o Brasil (FALCÃO, 1947, p. 2).

O índice de atacados daquele mal é em nosso país simplesmente aterrado e decorrem todas as causas de nosso quase agrilhado progresso em todos os pontos. Quer política quer economicamente os nossos passos têm sido de um tal modo lentos, que, não culpamos em grande parte aquele mal, fora trazermos as causas originais para o âmbito de uma enfermidade cuja cura só a medicina explicaria (EDUCAÇÃO..., 1947, p. 2).

Considerava-se que o problema da educação envolvia todos os outros já existentes no país. Dessa maneira, a alfabetização era divulgada como sendo necessária para que toda a população tivesse acesso aos seus direitos:

É a inteligência que dirige o homem e a humanidade. Por isso todos os problemas humanos e sociais estão contidos dentro do problema da educação, que os abrange a todos. E por sua vez o problema da educação igualmente está contido dentro do problema da alfabetização. Todos os atos e atitudes humanas são determinados pela inteligência, de que a vontade é uma das faculdades integrantes. Tal o problema do Brasil e dos brasileiros. Disso dependem os destinos de todos os 45 milhões de brasileiros. Não dando a todos eles a alfabetização, de fato negamos-lhes todos os direitos (PELA ALFABETIZAÇÃO..., 1947, p. 1).

O analfabetismo chegou a ser divulgado como um problema de calamidade pública, e os municípios foram pressionados pela imprensa para cooperar na sua extinção. De acordo com ela, se cada um deles fizesse a sua parte eliminando o problema, estariam contribuindo para a imediata extinção dessa questão em todo o país.

E assim se todas as 1.700 Municipalidades ou Prefeituras do Brasil decretarem e executarem essa extinção do analfabetismo, cada uma em seu território, teremos a eliminação imediata dessa calamidade pública. Se é a inteligência que dirige todos os atos do homem e da humanidade, dando a alfabetização a todos os brasileiros sem exceção, os habilitaremos a um completo aperfeiçoamento de si mesmos (PELA ALFABETIZAÇÃO..., 1947, p. 1).

O analfabetismo no Brasil era associado a outros problemas, como a fome e a miséria da população. Segundo as notas pesquisadas, ao alfabetizar os analfabetos o Brasil seria capaz de produzir mais, solucionando o problema da fome e contribuiria para o progresso do país.

Acreditava-se que com a alfabetização da população o país iria se desenvolver em todos os aspectos, e através do ensino ele se progrediria e conseguiria alcançar todas as suas metas.

A porcentagem de analfabetismo que as estatísticas registram para a nossa população é desoladora e revela a impossibilidade do nosso desenvolvimento sob qualquer aspecto. [...] O Brasil país novo e de população rarefeita em muitas regiões precisa disseminar o ensino para que possa progredir (EDUCAÇÃO..., 1947, p. 2).

Se o analfabetismo era avaliado como uma doença, problema de calamidade pública, logo os termos utilizados para representar o analfabeto eram depreciativos e variados, ele era tido como “quase primitivo”, “um peso para a sociedade”, e o desenvolvimento da campanha no país seria como “iluminar” a inteligência e fazer com que as energias perdidas e mal aproveitadas fossem redirecionadas.

Estará então lançada a semente que estimula o espírito e abre novas luzes à inteligência, trazendo o aproveitamento racional de tantas energias mal aproveitadas ou de todo perdidas. Não se pode negar que é este um passo fundamental para a desejada melhoria do nível de vida de nosso povo elevando-o a posição em que ele deve colocar-se para a projeção de nossa pátria no cenário universal, onde ela aparece ainda desfigurada e amesquinhada pela sobrecarga de uma vasta população deseducada, quase primitiva (EDUCAÇÃO..., 1947, p. 2).

Além de ser apresentado como um peso para a sociedade, o analfabeto era considerado ignorante. De acordo com as reportagens, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos seria capaz de fazer com que a população se livrasse desse “mal”. “Livrá-los dos males terríveis da ignorância não será apenas prestar lhes um serviço inestimável: será também trabalhar pela grandeza de nosso país, cujo progresso está intimamente ligado à solução do problema cruciante da alfabetização” (OS VOLUNTÁRIOS..., 1947, p. 1).

De acordo com o cenário divulgado pela imprensa local, a população trabalhadora vivia desanimada e doente por causa da ignorância, e se ela aprendesse os saberes elementares, como ler, escrever e contar, seria mais bem aproveitada no reerguimento econômico do país.

Quanta gente trabalhadora, de ínole boa, que vive desanimada e doentia por ignorância e a margem dos deveres políticos de cidadão, poderia ser melhor aproveitada na obra do reerguimento econômico da Nação, se lhe fosse possível ensinar a leitura, a escrita e o cálculo elementar, além de algumas noções sobre como defender-se das doenças mais comuns e como melhor alimentar-se! (BUSEH, 1947, p. 3).

Ao convidar voluntários para ajudar no desenvolvimento da campanha, termos como “humildes” eram constantemente utilizados:

E você que teve a felicidade de nascer e crescer num lar onde sempre houve fartura e possibilidades de boa instrução, num gesto de puro patriotismo ou de amor ao próximo, por que não resolve hoje mesmo a dar um pouco de si para um humilde e ignorante que serve à sociedade, ensinando-o a pacientemente a ler, escrever e contar? (BUSEH, 1947, p. 3).

Além das citadas, encontramos também a palavra “marginais” da cultura. Ao se referir ao trabalho de alfabetização de adultos no município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, uma nota do jornal *Correio* menciona que, ao realizar a alfabetização de adultos, o município estaria contribuindo para a recuperação destes.

O analfabeto também era colocado com um “peso morto”. Além dessas palavras, era posto como um legado de vergonha que manchava a civilização brasileira, no entanto, é interessante observar que após esse discurso preconceituoso, a matéria diz que nenhum traço semelhante a esse aspecto discriminativo poderia existir frente à campanha.

Esses milhões de analfabetos que pesam em nossa civilização, como um tremendo peso morto. Mais do que isso, porém pesam também na consciência de cada um de nós, pois que se não somos responsáveis pela existência do mal, tantas vezes permitimos que ele exista ao nosso lado, sem sequer um movimento para a sua extinção (VÍTIMA..., 1947, p. 1).

O analfabeto era visto como dependente da boa vontade da sociedade que teria o dever de ajudar a acabar com problema do analfabetismo. “É da boa vontade alheia que eles dependem. Negar-lhes essa boa vontade seria faltar com um dever de consciência” (VÍTIMA..., 1947, p. 1).

Notamos nas reportagens pesquisadas, um grande preconceito em relação a esses sujeitos. Ao tentar expor argumentos em defesa da Campanha de Alfabetização Adolescentes e Adultos, nesses textos era dito que

Todos os homens têm antes de tudo, direito ao amplo e integral desenvolvimento de todas suas faculdades físicas e mentais. E o que realiza a educação no sentido mais amplo da expressão, isto é, como o aperfeiçoamento completo do indivíduo. E assim como base de tudo é indispesável que se proclame agora no Brasil a extinção do analfabetismo, como outrora se proclamou a extinção da escravidão (PELA ALFABETIZAÇÃO..., 1947, p. 1).

A alfabetização era colocada como um favor para os iletrados, seja nas manchetes, seja no corpo dos textos. Encontramos uma matéria com o seguinte título: *Papagaio velho não aprende a falar?*. De acordo com esta última, essa frase era um provérbio de sabedoria popular que não podia mais ser atribuído aos adultos analfabetos, pois a campanha estava desmentindo-o. No decorrer da nota, são colocados com “incultos”, mas que, no entanto, seriam capazes de aprender mais rápido que uma criança. Outro fato que chama a atenção é o de que ao se referir ao primeiro aluno que aprendeu a ler na classe de adultos e tinha 60 anos, a reportagem o expõe como um caso “curioso, digno de espanto e admiração”, o que nos faz refletir: se nessa mesma situação é informada a rapidez de aprendizado desse indivíduo em relação a uma criança, por que então o sentimento de surpresa em relação a tal fato?

Há mesmo certos casos curiosos, dignos de espanto e admiração. Exemplo: em Jundiaí Estado de São Paulo, o primeiro aluno que aprendeu a ler conta sessenta anos de idade! No outro município paulista, Guaratinguetá, há um aluno com cento e doze anos e que, apesar de sua avançada idade, apresenta progressos dignos de nota. Aí temos, certamente, na figura desse ancião que deve servir de exemplo a tantos milhares de brasileiros o mais velho aluno do Brasil! No estado do Rio, há ainda um aluno com setenta e sete anos que está aprendendo a ler regularmente. Outros exemplos, sem dúvida não faltam, e bastaria isso para desmentir, como dissemos o provérbio que afirma que “papagaio velho não aprende a falar”... A este, oporíamos um outro provérbio, contendo uma verdade incontestável: “Nunca é tarde para se começar” (PAPAGAIO..., 1947, p. 3, grifo nosso).

Outra representação que nos chamou a atenção foi a de que o analfabeto é uma “vítima e não réu”. De acordo com a nota, o analfabeto seria uma vítima, devido ao meio em que vivia, o qual o deixava longe das conquistas da sociedade e sem acesso aos conhecimentos básicos. No que se

refere às crianças, estas cresciam desamparadas por não terem ninguém que as indicasse os caminhos da educação. Segundo o jornal *Correio*, a campanha seria uma maneira de lutar contra o analfabetismo que “asfixiava” parte da população do Brasil. Aqueles que eram alfabetizados tinham a “tarefa de arrancar a desgraça e a miséria do analfabetismo os numerosos milhões de concidadãos, suas vítimas” (VÍTIMA..., 1947, p. 4).

O analfabeto adulto não é um réu: é uma vítima. Vivendo num meio inculto frequentemente distante de todas as conquistas da civilização, as crianças atingem a idade adulta sem sequer conhecer os mais rudimentares conhecimentos do ensino primário. O que lhes falta a estas crianças abandonadas á sua própria sorte, é, muitas vezes alguém que as guie e oriente, encaminhando-as pela educação, para realização do nobre destino que a todos nós cumpre realizar na vida, por simples imperativo da dignidade humana que a ninguém é recusada.

Ser perfectível seria inconcebível que o homem não procurasse o seu aperfeiçoamento por meio da educação. A muitos analfabetos adultos não terá faltado jamais curiosidade intelectual, desejo de saber e aprender. Não lhes terá faltado, muitas vezes, boa vontade. Entretanto, quando consultamos a estatística verificamos o número desolador de analfabetos que possui o Brasil (VÍTIMA..., 1947, p. 1).

Ao verificarmos a divulgação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, assim como a representação do analfabeto feita pela imprensa, observamos que o analfabetismo e, por conseguinte, o analfabeto eram responsabilizados por todos os problemas do país, acreditava-se que estes seriam resolvidos através desse ensino. Analisando as reportagens, podemos observar que o primeiro era representado como uma doença, e o segundo um ser incapaz de pensar, sendo tratado de forma preconceituosa pelas autoridades responsáveis e, consequentemente, pela sociedade. Os meios de comunicação foram utilizados pela campanha de forma estratégica, já que era necessário pressionar as autoridades estaduais e municipais para participarem dela e também mobilizar a sociedade. Era divulgada como um ato de patriotismo, no qual notamos um clima de clamor nos jornais e nas reportagens encontradas, para a conquista de voluntários para fazerem parte da campanha, entendemos que essa era mais um meio atrativo usado pelas autoridades.

3 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA E AS ESCOLAS NOTURNAS COMO LÓCUS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (1947-1963)

“Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas” (RAMOS, 1978, p. 21).

O objetivo inicial desta seção é o de analisar a divulgação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos nos jornais da cidade de Uberlândia. Encontramos registros nos documentos mencionados a respeito da iniciativa pública, com a abertura de classes para alfabetização de adultos em grupos escolares já existentes e também por parte de particulares que, por vontade própria, faziam o mesmo.

Posteriormente, verificamos as escolas que, possivelmente, recebiam os alunos da educação de adolescentes e adultos no município de Uberlândia. Dessa maneira, optamos por investigar os grupos noturnos e escolares que ofereciam aulas de ensino primário nesse período. Nesse sentido, apresentamos e analisamos alguns aspectos das características do funcionamento daqueles que disponibilizaram aulas à noite a partir do ano de 1947, sendo cinco urbanos e um rural.

Fizemos um histórico das instituições escolares que se encaixavam nessas características no município de Uberlândia no período de 1947 a 1963, no qual localizamos seis instituições. Entre as escolas urbanas, destacamos: Grupo Escolar Felisberto Alves Carrejo, Grupo Noturno Governador Valadares, Grupo Noturno Augusto César, Escola Modelo Governador Valadares e Escola Municipal Padre José de Anchieta, as duas últimas também funcionavam durante o dia. Por fim, havia a escola noturna rural para alfabetização de adultos da Cerâmica “Eldorado”. Todas sob responsabilidade da cidade de Uberlândia. Ao encontrarmos essas instituições, verificamos o ano de fundação, período de funcionamento e o número de matrículas recebidas.

Além desses aspectos, pesquisamos os espaços onde foram instaladas e analisamos os usos dos tempos escolares por elas. Notamos que não possuíam um local próprio para funcionamento, utilizavam espaços cedidos por outros grupos escolares (estaduais) que funcionavam durante o dia. A Escola para Adultos da Cerâmica Eldorado também não tinha um local próprio, pois utilizava o da escola municipal rural Professor José Felix Bandeira. As exceções foram encontradas no Grupo Escolar Padre Anchieta e no Grupo Escolar Governador Valadares, construídos para funcionar em três períodos.

3.1 CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO DIVULGADAS NOS JORNais DE UBERLÂNDIA-MG

A primeira reportagem encontrada no jornal *Correio* em 1947, referente à Campanha Educação de Educação de Adolescentes e Adultos, continha o apelo feito pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, que argumentava ser necessário eliminar o analfabetismo no país. Ao leremos o teor da nota, é possível visualizar o clima no qual a campanha seria desenvolvida, sendo o analfabetismo visto como um mal para o país e responsável pelo atraso da nação.

Acaba o Sr. Presidente da República de lançar através do rádio, a todo o Brasil, um fervoroso apelo, no sentido de ser levada a efeito, uma conjugação de esforços para o objetivo da eliminação do analfabetismo em nossa pátria. Não cremos ficará em vão as suas palavras. [...] Povo alfabetizado significa o valor demográfico da nação triplicado; se quisermos tornar o nosso Brasil de simples expressão geográfica que é aos olhos dos povos evoluídos política e economicamente, tomemos na devida conta as palavras do Sr. Presidente da República a fim de que se transforme em realidade o apelo embora tardio, mas em tão boa hora lançado (FERVOROSO..., 1947, p. 2).

De acordo com a imprensa, a campanha não tinha somente o objetivo de alfabetizar, mas buscava educar a população brasileira. Conforme as notas divulgadas, o que faltava para o país era a educação antes de tudo, mesmo havendo problemas mais importantes para serem resolvidos. Segundo o jornal, educar o povo faria com que este fosse capaz de compreender as necessidades do país e de estimular o seu progresso e civilização.

A campanha de Educação de Adultos empreendida pelo Ministério da Educação, não pretende apenas alfabetizar. Alfabetizar seria pouco: o alfabeto é tão somente instrumento meio para atingir... que se visa. E o que se visa é a educação. Educar o povo brasileiro – eis o programa diante do qual ninguém poderá permanecer indiferente. Falta-nos ao nosso país, educação, educação antes de tudo. É verdade que muitos outros problemas existem, de maior importância, e que estão por isso mesmo, a exigir solução breve e eficiente. É preciso, por exemplo, elevar o nível de vida de nosso povo, ninguém o contestará. Mas é preciso, antes, fazer compreender ao nosso povo essa necessidade, estimulando-o ao progresso e a civilização. Tal estímulo é o que se obtém através da alfabetização (EDUCAÇÃO..., 1947, p. 2).

Outro fato notável é que, segundo a reportagem, a campanha não tinha caráter político nem o objetivo de criar fábrica de eleitores.

Não se trata de alfabetizar apenas, já o dissemos. Não se pretende ensinar exclusivamente ao adulto a desenhar o próprio nome, ou distinguir algumas letras do alfabeto. Não se está fundando uma fábrica de eleitores, pois a campanha está acima das disputas políticas, não pertence a qualquer facção ou corrente: é uma

campanha do povo, para o povo. Por isso mesmo, foi idealizada e vem sendo executada fora dos simples quadros burocráticos, entregue em grande parte, à boa vontade dos que compreendem o seu alto sentido patriótico (EDUCAÇÃO..., 1947, p. 2).

No entanto, ao contrário do afirmado, as campanhas de alfabetização sofreram críticas nos anos seguintes, por serem consideradas “fábricas de eleitores”. De acordo com Paiva (1973), elas não tinham profundidade, o que as reduzia à mera alfabetização.

Para os responsáveis pela execução da campanha, a imprensa tinha um papel fundamental no desenvolvimento do programa, tendo como dever alertar todos os municípios na tarefa de eliminar o analfabetismo, ou seja, uma forma de pressioná-los para que fossem desenvolvidas ações da campanha e mobilizar a sociedade para o desenvolvimento desta.

A imprensa brasileira querendo pode fazer a alfabetização imediata do país. Como? Há atualmente cerca de 2.000 jornais no Brasil inteiro, em todos os Estados, e se todos esses jornais das Capitais como do interior exigirem o impuserem que todas as 1.700 municipalidades ou prefeituras do país decretarem e executem imediatamente a extinção do analfabetismo, é claro que será isso uma questão liquidada. E também a imprensa pode conseguir que em todos esses 1.700 municípios o povo inteiro se levante, reclame e conclame e imponha a realização desse supremo decidirá um nacional realizaremos a façanha mais assombrosa da história do mundo (IMPRENSA..., 1947, p. 1).

A alfabetização imediata do Brasil inteiro depende exclusivamente da imprensa, que, como outrora na Abolição, levante esse lábaro sagrado e imponha a todas as 1.700 municipalidades que decretarem e executem essa extinção imediata do analfabetismo, o mais alto ideal nacional em toda a história do país (IMPRENSA..., 1947, p. 1).

Além dessa forma de divulgação, outra estratégia empregada já mencionada na seção I, foi a de se utilizar voluntários para a campanha, passando uma imagem de campanha patriótica, na qual todos deveriam ajudar no seu desenvolvimento.

A campanha contra o analfabetismo, iniciada oficialmente no começo do corrente ano, não é obra que deva ser empreendida apenas por funcionários do governo, técnicos e pessoal do Ministério da Educação, pelo seu sentido e por seus objetivos ela adquire foros de verdadeiro movimento nacional, a que não podem faltar a cooperação de todos os brasileiros, por simples obediência a um imperativo patriótico (OS VOLUNTÁRIOS..., 1947, p. 1).

Os jornais divulgavam notas convocando as pessoas alfabetizadas para ajudar na tarefa de erradicar o analfabetismo do país. Além de chamar os voluntários, eram também passadas instruções de como agir com os analfabetos:

O voluntário da campanha de educação de adultos deve conversar com o maior número possível de pessoas a respeito da situação alarmante do analfabetismo no Brasil. [...] deve aconselhar os analfabetos que conhece, ou venha a conhecer, a que se matricule nas aulas que as dez mil classes fundadas em todo o país estão dando. [...] deve se encarregar, por si mesmo, do ensino de um dois, ou mais analfabetos. Se você é voluntário da campanha de educação de adultos, e está precisando de material, escreva para a autoridade do ensino do seu Estado (CAMPANHA DE EDUCAÇÃO, 1947, p. 3).

De acordo com as reportagens, para a campanha alcançar o sucesso desejado, deveria ser realizada não somente pelos governos, mas também por particulares e o povo. Todos os brasileiros deveriam cooperar.

A verdade é que a campanha de educação de adultos necessita dessa cooperação. Auxiliada pela iniciativa particular ela atingirá mais facilmente o seu escopo. Trazendo mais rapidamente, incontáveis benefícios ao país. Exatamente por isso, o Departamento Nacional de Educação recebe com especial simpatia e lhe atribui a maior importância a colaboração de voluntários na obra meritória em prol da alfabetização. Numa ação extraoficial, se bem que em coordenação com os órgãos administrativos em cada Estado, o voluntário muito pode realizar, dependendo em grande parte deles, a perfeita eficiência da campanha agora empreendida (OS VOLUNTÁRIOS..., 1947, p. 1).

Os jornais também orientavam os voluntários a entrar em contato com os órgãos responsáveis para receberem instruções de como colaborar com a campanha:

Os voluntários devem pôr-se em contato com esses órgãos a fim de que se orientem no sentido da colaboração que desejam patrioticamente prestar. Cabem-lhes importantes tarefas, entre as quais convém salientar o trabalho de propaganda da campanha de educação dos adultos. Para tanto, o voluntário deve informar-se de situação, do analfabetismo em sua cidade ou em seu estado e, de posse dos dados indispensáveis, trabalhar em favor da alfabetização, procurando por em relevo, em todas as oportunidades os males que traz ao nosso país o elevado índice de analfabetos que possuímos e que de maneira tão pesada e dolorosa entrava o progresso do Brasil (OS VOLUNTÁRIOS..., 1947, p. 1).

Os voluntários, além de ajudar na tarefa da alfabetização, deveriam também fazer propaganda da campanha junto aos analfabetos que conhecessem, convencendo-os a participar das classes de alfabetização:

É da maior importância o trabalho pessoal de propaganda da campanha de educação dos adultos. Vale não esquecer que esse trabalho deve estender-se, sobretudo aos analfabetos, convencendo-os a que frequentem uma das dez mil classes noturnas de alfabetização que estão sendo instaladas por todo o território nacional. A cooperação do voluntário pode ainda ir além, encarregando-se ele próprio da alfabetização de um ou de mais adultos. Essa tarefa não é impossível nem apresenta aspectos de uma dificuldade intransponível. Todos nós conhecemos,

no círculo em que se desenvolve nossa atividade, um ou mais analfabetos (OS VOLUNTÁRIOS..., 1947, p. 1).

Os jornais buscavam noticiar ações dos voluntários da campanha como forma de estimular a participação de mais pessoas no movimento, como a divulgação da participação de uma criança de nove anos que alfabetizou a sua babá:

Dentre os jovens voluntários da Campanha, segundo dados colhidos no Ministério da Educação, encontra-se Pedro Neto Rodrigues Chaves. Tem apenas nove anos de idade e reside em Ituiutaba. A história desse jovem voluntário é simples. Como uma empregada de sua casa não pudesse ir ao curso existente nessa localidade escreveu Pedro Neto uma carta ao Ministro da Educação, Sr. Clemente Mariani, pedindo uma cartilha para “ensinar sua babá”. E pedia a cartilha, explicava ele, porque a sua, de que há pouco tinha saído, estava muito rasgada... O Ministério da Educação, é claro, enviou a cartilha. E o jovem Pedro Neto conseguiu realizar o seu objetivo que era alfabetizar a sua babá. Exemplos como esse são frequentemente registrados no Departamento Nacional de Educação. E é graças a esse apoio espontâneo de estudantes e de todos quantos têm colaborado voluntariamente na Campanha que o movimento de recuperação de adultos tem alcançado um êxito excepcional (AJUDE..., 1949, p. 2).

Além de utilizar voluntários e anunciar que não tinha interesses políticos, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos causou disputas entre municípios e escolas, que lutavam para alfabetizar o maior número de pessoas, disputa que foi vista como sadia pela imprensa.

E um fato curioso, que veio estimular a campanha, é a sadia competição que nasceu entre cidades vizinhas, ou entre escolas de um mesmo lugar. Há cidades que realmente tomaram a peito a questão e já anunciam que são as primeiras a poder anunciar que já não possuem mais um único analfabeto. Outras há que invadem a zona rural vizinha, abrindo toda a sorte de classes, desde verdadeiras escolas até o ensino doméstico ministrado à noite, e querem possuir o maior número de classes funcionando (ALFABETIZAÇÃO, 1947, p. 2).

Durante o seu desenvolvimento, a campanha encontrou críticos, que viam a educação das crianças como mais importante que a dos adultos naquele momento. Para a imprensa, essas críticas eram um problema paralelo de pessoas “pessimistas” e “opositores do programa”.

O relatório das atividades no exercício de 1947, apresentado pelo superintendente do Serviço professor Lourenço Filho, diretor do D.N.E, evidencia essa colaboração, numa exposição minuciosa e completo de tudo quanto se fez no ano passado em favor da alfabetização dos adultos. Apesar dos resultados magníficos, que não se fizeram esperar, há, todavia, os pessimistas, prontos a lançar maus presságios sobre uma campanha que ganhou todo o território nacional e que, no futuro, com o amadurecimento de seus frutos, demonstrar a evidência do imenso serviço prestado à causa do Brasil. Será essa, de resto, a resposta aos opositores (pouquíssimos, é verdade) da Campanha de Educação de Adultos (PROBLEMAS..., 1948, p. 3).

O jornal *O repórter*, ao discorrer sobre os problemas que estavam sendo apontados na campanha, disse que eram normais, visto o tamanho desta e por ser nacional. Em algumas regiões poderia não estar tendo os resultados desejados. Reiterando que, apesar desses problemas, ela estava alcançando os resultados esperados.

A campanha de alfabetização de adultos e adolescentes,posta em prática pelo Ministério da Educação no exercício de 1947 e revigorada para 1948, é apontada por muitos como defeituosa na sua concepção ou na sua execução. Não se pode duvidar que tal suceda. Plano de enorme amplitude, para produzir efeitos nos mais variados pontos do país, em centros de alguma cultura e em regiões de incultura quase integral, seria muito difícil de início estabelecer bases impecáveis e dar-lhes o mesmo método e a mesma eficiência em toda parte onde seria aplicada. Mas, sem excluirmos os prováveis erros e as deficiências que por acaso revele essa patriótica campanha, o que é certo é que ela vai produzindo resultados compensadores para os esforços e as despesas em que tem importando. É preciso compreender que em primeiro lugar, antes da alfabetização desejada, faz-se mister criar um ambiente de confiança onde o trabalho possa ser desenvolvido sem os obstáculos opostos geralmente pelo ceticismo inerente às massas brasileiras, mesmo, ou, principalmente, entre as parcelas que não são ignorantes (INSTRUÇÃO..., 1948, p. 2).

Ao discorrer sobre as críticas de que era preferível alfabetizar as crianças aos adultos, o jornal *O repórter* concordava que era preciso alfabetizar obrigatoriamente as primeiras, e que se deixasse de forma facultativa o ensino dos segundos, visto que estes “já tinham a inteligência sem agilidade para aprender e não têm tempo para as lições”. Ainda nessa mesma mídia é dito que no ensino supletivo era preciso ir além de ensinar a assinar o nome mecanicamente para votar nos candidatos do governo, seria necessário que o adulto se familiarizasse com a educação.

A instrução dos adultos tem recebido algumas restrições. Não procedem em nossa opinião. Certamente se formos armar a alternativa entre ensinar os adultos e ensinar o infante, é forçoso dar preferência ao último. Do ponto de utilidade coletiva, do ponto da facilidade de assimilação, do ponto da economia nacional, antes educar a criança do que o homem, que já transpôs os limites da época apropriada que tem a inteligência já sem agilidade, que nem sempre dispõe de tempo suficiente para as lições. Não se trata, porém, de escolher entre os dois. O nosso problema tem de ser resolvido educando-se obrigatoriamente todas as crianças e facultando-se ao adulto os recursos para que ele adquira embora tarde os conhecimentos que não pode conquistar na ocasião oportuna. Demais – é necessário que seja acentuado – não está adstrito o ensino supletivo a fazer com que os analfabetos desenhem o nome mecanicamente para votar nos candidatos do governo ou aprendam a gaguejar as palavras em assimilar-lhes a significação. Cogita-se mais de educar do que instruir, e educar é familiarizar se com a leitura e a escrita, mas ao mesmo tempo ler rudimentos de higiene e de asseio, de nutrição e de economia? De sociabilidade e de civismo (INSTRUÇÃO..., 1948, p. 2).

Em 1953 começaram a aparecer boatos de que a campanha seria extinta pelo governo, o que fez com que algumas autoridades se manifestassem contra essa possibilidade. Em Minas Gerais

o deputado Cícero Dumont discursou sobre o assunto na Assembleia Legislativa e fez um apelo a todas as outras assembleias para que apoiassem o pedido dos mineiros junto ao Presidente da República e ao ministro da educação, para que fossem mantidos os cursos (SOB AMEAÇA..., 1953). O deputado apresentou os seguintes dados estatísticos da campanha no Estado de Minas Gerais:

QUADRO 3 – Dados estatísticos da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Estado de Minas Gerais

ANO	Nº DE CURSOS	MATRÍCULAS	FREQUÊNCIA	APROVAÇÃO
1947	1.849	79.241	40.923	21.301
1948	2.230	82.116	43.008	22.131
1949	1.894	79.715	42.557	21.926
1950	2.146	107.300	54.820	27.682
1951	2.317	122.301	63.308	33.824
1952	2.311	128.483	63.824	31.266

Fonte: quadro elaborado a partir das informações de Sob ameaça... (1953, p. 1).

Analisamos e buscamos nessas informações a porcentagem de alunos aprovados e frequentes nos cursos do estado e encontramos os resultados apresentados no quadro a seguir. Notamos que o maior número desses discentes ocorreu em 1949 com 53,3% deles, já o ano de menos frequência foi 1952, com 49,6%, curiosamente o ano que obteve o maior número de matrículas, com 128.483, este mesmo ano obteve o menor número de aprovação dos frequentes, com 49% dos alunos. Observando os dados, podemos pensar que estes podem ter sido um dos motivos para as ameaças de extinção dos cursos pelo governo.

QUADRO 4 – Dados estatísticos da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Estado de Minas Gerais – porcentagem de frequência e aprovação

ANO	MATRÍCULAS	FREQUÊNCIA	%	APROVAÇÃO	%*
1947	79.241	40.923	51,6	21.301	52%
1948	82.116	43.008	52,3	22.131	51%
1949	79.715	42.557	53,3	21.926	51,5%
1950	107.300	54.820	51,0	27.682	50%
1951	122.301	63.308	51,7	33.824	53%
1952	128.483	63.824	49,6	31.266	49%

*Porcentagem de aprovação sobre o número de frequentes apresentado.

Fonte: quadro elaborado a partir das informações de Sob ameaça... (1953, p. 1).

Referente aos materiais utilizados na Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, de acordo com o jornal *O repórter*, nos seus primeiros três anos foram enviadas para as unidades da federação 130 toneladas de materiais, tais como: texto de leitura para alunos, instruções a professores, impressos de propaganda e para controle, jornais editados; para o ensino visual, foram providenciados 1.438 aparelhos de projeção fixa; no tocante ao número de livros destinados aos alunos, consta um total de 2.376.065 exemplares.

Assim é que nos 3 primeiros anos da campanha, o serviço nacional de educação de adultos remeteu às unidades da federação 130 toneladas de material, constituído de texto de leitura para os alunos, instruções aos professores, impressos de propaganda e para controle, jornais editados pelo Departamento Nacional de Educação, Ciência e Cultura. Além disso, foram enviados, para o ensino visual, 1.438 aparelhos de projeção fixa e dia filmes sobre 7 assuntos diferentes acompanhados dos respectivos folhetos explicativos. Cabe ainda assinalar que, no conjunto das remessas, os livros destinados aos alunos somam 2.376.065 exemplares (VIGOROSO..., 1950, p. 3).

O jornal ainda informava que para o ano de 1950 já tinham sido registrados 36.076 quilos de material, sendo 724.600 exemplares dos guias de leitura 1 e 2, para os estados próximos à entrega estava sendo feita por estrada de ferro e de rodagem; nos demais territórios estavam sendo entregues via aérea, com destaque para a cooperação do Correio Aéreo Nacional e até mesmo a Marinha de Guerra.

No que se refere à disputa entre os municípios para a execução da campanha citada, o professor Eurico Silva¹⁶ escreveu uma nota no jornal *O repórter*, em que afirmava ser preciso que o município de Uberlândia também entrasse na disputa, por ser “progressista e vanguarda” e que tal gesto além de ser nobre ainda poderia trazer benefícios para os políticos, visto que, no final do ano, seriam feitas as eleições para o próximo mandato. Com essa afirmação, podemos observar que a campanha também trazia segundas intenções, além de alfabetizar, ela estava formando eleitores que poderiam beneficiar os partidos políticos.

Notamos o prenúncio de uma competição entre inúmeros municípios brasileiros e sabemos já de diversos em Minas que instituem prêmios – tudo sobre e a respeito da classificação proporcional do número de alfabetizados, a partir de Abril. [...] É bem possível que este município, com os foros de progressista e vanguarda, não se deixara diminuir no êxito dessa empreitada entre os demais da região, pela iniciativa e pela atividade dos seus homens validos e muitos espertos e fortes, quase todos, na arregimentação de adeptos ideológicos, associativos e políticos, e na contração de forças habilitada a dar lhes... prestígio para uso e gozo próprio. Agora é que vamos botá-los todos à prova, embora poucos já estejam salvos e

¹⁶ Foi professor de desenho e colaborador de diversos jornais, para os quais escrevia regularmente.

redimidos nessa laviçareira cruzada bastante humana e muito cívica. E mister finalmente os alertemos a todos os que são políticos partidários que esse trabalho poderá beneficiá-los nas próximas eleições municipais do fim deste ano, ficando consequentemente realizado o plano federal de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos (SILVA, 1947, p. 3).

Em relação ao desenvolvimento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no município de Uberlândia, é necessário ressaltar que de acordo com Carvalho e Alves Filho (2000), os anos de 1950 e 1960 foram de grande importância em aspectos econômicos, políticos e sociais para o local. Nesse período, conforme Soares (2008), começava uma nova fase de crescimento da cidade, impulsionada pelas transformações que aconteciam no país.

Com a construção de nova capital federal (Brasília) e de estradas que interligavam a São Paulo, o município apreciou o rápido crescimento e as transformações que ocorriam no país. Isso permitiu que houvesse benefícios para Uberlândia, devido ao fato de que fornecia mão de obra para a construção civil e também com as políticas de interiorização do país, propostas pelo governo de Juscelino Kubtcheck (SOARES, 2008).

Segundo Soares (2008), as elites de Uberlândia tinham uma grande preocupação em acompanhar o desenvolvimento do Brasil, chegando a tentar copiar e imitar projetos arquitetônicos que levassem a cidade a se aproximar da modernidade.

A elite local tinha uma constante preocupação em acompanhar o desenvolvimento do país, a partir do início do século XX, tentou copiar e/ou imitar principalmente, projetos arquitetônicos que pudessem levar a cidade a se aproximar da modernidade (SOARES, 2008, p. 148).

Dessa maneira, o município também procurou ajudar no desenvolvimento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos que estava ocorrendo em todo o país, de modo que buscou contribuir com programa abrindo classes para o ensino de adultos, muitas destas em espaços não escolares (tema que será discutido no item 2.2 da segunda seção e em toda a terceira seção desta pesquisa), destinados às escolas noturnas desse local. Um dos exemplos de como a campanha divulgada pela imprensa estava motivando a sociedade e a população de Uberlândia encontra-se em carta recebida pelo jornal *Correio* de um aluno do Colégio Estadual que se oferecia para dar aulas aos analfabetos em sua própria residência:

De um estudante do Colégio Estadual recebemos o seguinte comunicado:
Uberlândia, 8 de Maio de 1947.

Ilustradas Gerência e Redação do – CORREIO DE UBERLÂNDIA.
Rua Santos Dummont, 567.

Nesta,

Desejando comemorar o segundo aniversário da vitória das Nações Unidas contra os do Eixo Totalitário, na Europa, com uma iniciativa de alcance patriótico dentre

de minhas diminutas possibilidades de estudante do curso científico do colégio Estadual de Uberlândia acabo de tomar a resolução de contribuir para a CAMPANHA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DOS ADULTOS, destinando uma hora do tempo disponível que tenho para o ensino diário e gratuito de analfabetos. Para levar avante tal resolução e para que isso possa chegar ao conhecimento dos interessados, solicito dessas ilustradas Gerências e Redação, o obséquio de dar publicidade a esta afim de que as pessoas interessadas nesta patriótica campanha, em boa hora levantada pelo eminentíssimo Ministro Clemente Mariani, possam encaminhar analfabetos a minha residência a Rua Duque de Caxias nº634, nesta cidade, onde das 19 às 20 horas os atenderei. Grato pela atenção que for dispensada a esta com os meus protestos de alta estima e consideração, subscrevo-os (PELA ALFABETIZAÇÃO..., 1947, p. 1).

Ainda no ano de 1947, foram divulgados os dados sobre a alfabetização de adultos no município, no corrente ano 840 alunos estavam matriculados nos cursos distribuídos nas escolas estaduais, municipais e em iniciativas particulares. Segundo nota, a cidade de Uberlândia estava empenhada em ajudar na luta contra o analfabetismo:

A Campanha de Alfabetização de Adultos em Uberlândia foi recebida com geral agrado, e grandes têm sido os progressos verificados. Com apenas três meses de trabalho, nossos estabelecimentos já possuem recebendo a instrução, nada menos de 840 alunos adultos, uma cifra que bem retrata o interesse de nossa população analfabeta pela instrução.

Uberlândia, como todas as cidades do Brasil, vem dando a sua contribuição para que arranque de nosso povo, pela raiz esse grande mal que é o analfabetismo. [...] A campanha tem sido muito bem compreendida e amparada. Bons resultados já foram colhidos, e em toda parte se cogita de encetá-la em maior escala. É o que se vem fazendo em Uberlândia. Excetuando as escolas mantidas pelo município várias pessoas têm se entregado a esse trabalho, lecionando grupos de adultos analfabetos em suas próprias residências. Somente no Grupo Escolar em curso Noturno, estão matriculados 337 alunos. Em outras duas Escolas Agrupadas, 503 alunos estão recebendo a instrução. Os estabelecimentos mencionados acima são mantidos pelo município. O Estado mantém em nossa cidade 10 escolas. Nessas, também a campanha vem sendo desenvolvida com grande carinho e o número de matrículas é de 337 alunos adultos (O QUE SE FAZ..., 1947, p. 1).

Apesar de a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos ter sido bem recebida pela sociedade, o fato de as mulheres que eram empregadas domésticas saírem mais cedo para estudar causou revolta entre as patroas, que criticaram o horário de entrada nas aulas. Sobre esse acontecimento o jornal *Correio* (1950, p. 4) escreveu com ironia que “as empregadas domésticas se diferenciavam dos demais estudantes do mundo, devido a sua pontualidade nas aulas”, visto que às 18h30min. no máximo elas estavam se arrumando para as aulas, e o trabalho ficava sem fazer ou para depois, eles só não sabiam se às 19h horas elas estavam nas carteiras. Assim, as patroas tinham que cuidar do jantar. A matéria finalizava com a sugestão de começar as aulas às 20h e terminar às 22h, ou então que se começasse a partir das 19h.

O horário dos cursos escolares para adultos nesta cidade é das 7 às 9 da noite. O calor anda muito forte. Ninguém quer jantar cedo demais. Principalmente, com o horário de verão que adianta por decretos governamentais as horas das refeições. Acontece também que em quase todos os lares überlandenses há gente que trabalha fora, no comércio. Ora, o comércio fecha às 5.30 da tarde para as suas atividades externas. Mas, o trabalho interno ainda vai forçosamente até 6 ou mesmo 6.30. Resulta disso tudo que pessoas que tiveram um dia penoso de trabalho fora de casa, aonde chegam para descansar um pouco, tomar um banho antes do jantar, tem de dispensar o descanso e talvez o banho, adiá-los talvez. Isso porque as empregadas têm de estar no seu curso às 7 horas. E elas se empenham em serem alunas pontuais, diferem neste particular de todos os estudantes do mundo. Exigem para si mesmas a pontualidade às aulas. Não sabemos se elas lá estão na sua carteira escolar, às 7 horas em ponto, ao soar da campainha do professor. O que sabemos é que as 6.30 no máximo estão se aprontando para as aulas. E deixam o trabalho para depois ou não o fazem. Se as patroas se queixam, deixam o emprego na certa. E as patroas, para terem suas empregadas pelo menos parte do dia, têm de ser a cozinheira de seu jantar, a arrumadeira de sua cozinha pela tarde, a copeira de sua mesa. Duvidamos muito da assiduidade de tais alunas, de sua pontualidade, de seu desejo de aprender e estudar, dado que os estudantes são por natureza vadios. Mas não somos nós quem vai julgar do esforço consciente e forte dos estudantes que têm emprego, nos dias quentes de verão. Após um dia de trabalho pesado. As tardes são frescas e agradáveis para um passeio ao jardim para uma fuga rápida do serviço, para um ensejo de entregar parte da tarefa obrigatória de todos os dias à responsabilidade dos outros. As patroas estão reclamando contra o horário das aulas e estamos com elas. Por que não se estabelecer o curso noturno das 8 às 10, ou das 7 e pouco em diante? (ESCOLAS..., 1950, p. 4).

Analizando essa situação, vemos que os trabalhadores ficavam em difíceis condições, pois os patrões, apesar de apoiarem, em tese, a campanha, não abriam mão de ter seus empregados, as escolas eram rigorosas com os horários dos alunos e se fossem alterados para mais tarde, tendo esses alunos que deixarem as aulas às 22h, possivelmente enfrentariam grandes problemas, tais como: locomoção nos bairros da periferia da cidade e horários, visto que tinham que estar cedo em seus locais de trabalho. Fatos como esses nos faz pensar nos possíveis motivos de a maioria dos discentes abandonar os estudos.

No que se refere aos jornais pesquisados, *O repórter* e *Correio*, constatamos que estes também atenderam o apelo das autoridades, divulgando notas sobre o desenvolvimento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos pelos vários estados do país, Minas Gerais e na cidade de Uberlândia. Ao analisarmos esses textos, observamos que essas mídias buscavam mobilizar a sociedade, mostrando que a campanha precisava da ajuda de todos para acabar com o analfabetismo no país, objetivo que pensamos ter sido alcançado, visto que um aluno do Colégio Estadual, conforme apresentamos nas páginas antecedentes, escreveu ao jornal *Correio* para informar que estava disponibilizando seu tempo livre para alfabetizar alguém.

Observamos contradições nas reportagens, sendo uma delas a de que, de acordo com as notas divulgadas, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos não tinha caráter político, o que foi comprovado o contrário pelas pesquisas de Soares no Estado de Minas Gerais.

Em relação ao desenvolvimento da campanha na cidade de Uberlândia, observamos que o município buscou contribuir com as atividades que estavam sendo realizadas em todo o país. Já que estava passando por um período de crescimento em termos econômicos, sociais e políticos e buscando ser moderna, não poderia estar atrasada em relação a um pedido que vinha do Presidente da República. No entanto, quando a campanha entrou em atrito com os interesses das elites da cidade, começou a receber críticas, como o fato de as patroas reclamarem dos horários das aulas noturnas. A seguir, faremos um histórico dos grupos e escolas noturnas de Uberlândia atuantes no período da pesquisa, assim como apresentaremos as investigações sobre o espaço e o tempo por eles ocupados.

3.2 HISTÓRICO DAS ESCOLAS NOTURNAS DE UBERLÂNDIA (1947-1963)

Ao buscar as instituições que ofereciam aulas noturnas no município de Uberlândia, no momento em que vigora o Decreto nº 19.513 do FNEP, que institui 70% dos seus recursos para a construção de prédios escolares e 25% para a educação de adultos, notamos que a partir de 1945, período em que coincide com a liberação desses recursos, houve a criação de cinco grupos noturnos na cidade. Estes ofereciam o ensino primário elementar, que ia do 1º ao 4º ano. Em alguns deles, a partir do ano de 1949, houve a inclusão do 5º ano como parte do ensino oficial oferecido pelo estado. De acordo com o jornal *Correio*, essa série tinha como disciplinas:

Leitura e linguagem; aritmética e noções de geometria; geografia e história do Brasil e noções de geografia geral; ciências naturais; higiene; conhecimento das atividades econômicas da região; desenho; trabalhos manuais e práticas educativas relacionadas com as atividades econômicas da região; canto orfeônico; educação física; noções de economia doméstica e puericultura (para os estudantes do sexo feminino) (O CURSO..., 1948, p.1).

No que se refere à história das escolas noturnas na cidade, de acordo com Vieira (2009), em 1924 foi instalada uma escola noturna para rapazes maiores de 16 anos. As aulas eram ministradas para uma turma que oscilava de 45 a 72 alunos matriculados nos 1º, 2º e 3º anos do ensino primário, sendo uma professora apenas para todos estes. Segundo o autor, a escola durou menos de um ano, pois, devido à falta de frequência dos alunos, foi extinta antes do término do ano letivo.

Conforme o Quadro 5, a seguir, no período de 20 anos, de 1937 a 1957, existiram as seguintes escolas e grupos municipais em funcionamento no turno da noite na cidade de Uberlândia:

QUADRO 5 – Data de instalação das escolas noturnas

ANO DE INSTALAÇÃO	ESCOLA
1937	Grupo Noturno Augusto César
1945	Escola Municipal Modelo Governador Valadares
1946	Escola Municipal Padre Anchieta
1947	Escola Noturna para Alfabetização de Adultos da Cerâmica “Eldorado”
1948	Grupo Noturno Felisberto Carrejo
1957	Grupo Noturno Governador Valadares

Fonte: elaborado pela autora a partir das informações pesquisadas nos livros de atas das referidas escolas.

Das escolas noturnas encontradas, quatro receberam o nome de políticos considerados importantes para a cidade. O primeiro, Augusto César, foi agente executivo nesta nos anos de 1892 a 1894; o segundo, Governador Valadares, governou o Estado de Minas Gerais de 1935 a 1945; o terceiro, Felisberto Alves Carrejo, foi considerado fundador de Uberlândia (ARANTES, 2003), e novamente outro grupo recebeu o nome do Governador Valadares (o primeiro não permaneceu com seu nome, visto que a partir de 1947 os grupos não poderiam receber nomes de pessoas vivas).

Segundo Souza (1998), a prática de dar nome de personalidades importantes para os grupos escolares ocorria como uma forma de perpetuar a memória dos políticos republicanos e seus empenhos e promover a educação escolar. O estado utilizava essa estratégia para arrecadar recursos para a construção dessas instituições, e como retribuição elas recebiam o nome daqueles que colaborassem com a causa da instrução pública, recebendo assim uma homenagem perene, que seria enaltecida e cultuada por todos nas escolas e na sociedade, especialmente nas comemorações de aniversário destas.

Especificamente, cada um dos grupos noturnos em funcionamento no período por nós pesquisado apresentou os seguintes aspectos, no que concerne ao seu histórico de funcionamento: o Grupo Noturno Augusto César funcionava no prédio do Grupo Estadual “Júlio Bueno Brandão”¹⁷, localizado na Praça da República (atual Tubal Vilela), sendo mantido pelo município. De acordo com Tereza (1951), ele existia desde 1937, no entanto não sabemos a exata data de sua instalação. Encontramos registros de suas atividades a partir do ano de 1948, juntamente com o livro de

¹⁷ O grupo escolar Júlio Bueno Brandão, atual Escola Estadual Bueno Brandão, foi criado em 1911 pelo então governador do estado, Júlio Bueno Brandão, mas suas atividades somente tiveram início em 1 de fevereiro de 1915, pelo Decreto 3.200 (CARVALHO, 2002).

matrículas do Grupo Noturno Benedito Valadares. Pressupomos que este possuía anteriormente outro nome, sendo substituído por Augusto César a partir de 1948. Encontramos atas das reuniões realizadas nessa escola até o ano de 1955, porém a sua documentação de matrículas consta até o ano de 1958. No ano de 1949 foi acrescido o 5º ano como parte do ensino oficial ofertado pelo estado.

A Escola Municipal Padre José de Anchieta localizava-se na Avenida Rio Branco. De acordo com o jornal *Correio*, foi construída com o mesmo padrão da Escola Modelo Governador Valadares. Funcionava em três turnos, iniciando seus trabalhos no ano de 1946 (NOVOS..., 1945, p. 4). A partir de 1956, o Grupo Noturno Padre José Anchieta começou a ser registrado separadamente dos outros turnos da escola, constando somente três turmas, um 1º, um 2º e um 3º ano, sendo uma professora para cada (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1947a). Não encontramos livros de atas e reuniões dessa escola, somente livro de matrículas e frequência de alunos e livros de ponto de professores.

A Escola Municipal Modelo Governador Valadares foi criada em 19 de fevereiro de 1945 através do Decreto-Lei nº 125 (DECRETO-LEI..., 1945). De acordo com este, a escola serviria como modelo para as escolas rurais mantidas pela prefeitura. Estava localizada na Praça Nossa Senhora do Carmo, no centro da cidade, sendo considerada como um estabelecimento padrão, não só pela sua construção, mas por sua organização interna. Funcionava em três turnos, do 1º ano ao 4º ano. Em 1947 houve uma reunião entre o inspetor escolar do município, Jerônimo Arantes, e professoras para tratar da mudança do nome da escola, devido a não se poder dar nome de pessoas vivas a estabelecimentos escolares. Após várias sugestões, ficou decidido que passaria a se chamar a partir daquele ano Escola Municipal “Nossa Senhora do Carmo”, em referência à padroeira de Uberlândia (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1947d, p. 10).

No ano de 1947 havia três salas no período noturno: um 1º, um 2º e um 3º ano. Encontramos registros de reuniões da escola até o ano de 1955, a partir deste começaram a constar no livro da escola atas referentes ao Grupo Governador Valadares, porém não sabemos informar se ele voltou a ter esse nome. Já em 1957 começou a constar como Grupo Noturno Governador Valadares (utilizando as instalações do Grupo Escolar Bom Jesus).

O Grupo Escolar Noturno Felisberto Carrejo foi criado em 31 de dezembro de 1947, através do art.1 do Decreto-Lei nº 165, por autorização do prefeito da cidade, Cleanto Vieira Gonçalves¹⁸ (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1948b, p. 2). Sua instalação aconteceu em fevereiro de 1948, em uma solenidade na qual compareceram importantes personalidades da época,

¹⁸ Como prefeito nomeado atuou no ano de 1947.

tais como: o prefeito eleito José Fonseca e Silva¹⁹ e o chefe do Serviço de Educação e Saúde (atual Secretaria Municipal de Educação), Jerônimo Arantes, além das professoras que fariam parte do corpo docente do grupo.

No ano de 1962 o grupo passou a atuar em três turnos diurnos e um noturno, constando os horários das 7h30min. às 10h30min., 11h às 14h, 14h às 17h e das 19h às 21h30min. De acordo com a ata analisada, o objetivo da criação desses horários era o de facilitar o ensino e ampliar a matrícula de alunos no mesmo grupo, acabando com duas escolas isoladas: Jerônimo Arantes e São Pedro. Dessa forma, o grupo deixou de ser nomeado como Grupo Noturno, sendo chamado Grupo Escolar Felisberto Alves Carrejo (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1962).

A partir do ano de 1956 começou a constar no livro de matrícula do Grupo Municipal Nossa Senhora do Carmo o Grupo Governador Valadares, não especificando se era somente noturno ou estava funcionando nos três turnos. A partir de 1957 começou a constar nas atas como Grupo Noturno Governador Valadares. Há a menção em um desses documentos da instalação deste no prédio da Avenida Paranaíba, bairro Tabocas (atual bairro Bom Jesus), sede do Grupo Bom Jesus. Encontramos atas do Grupo Noturno Governador Valadares até o ano de 1959, a partir dessa data não há nenhum registro preservado sobre a escola.

A única instituição encontrada que se registrava como sendo de adultos e fazendo parte da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos foi a Escola Noturna para Alfabetização de Adultos da Cerâmica Eldorado, que funcionava no período da noite. Mantida pelo município, utilizava o salão da Escola Municipal Professor José Felix Bandeira, instalada na Fazenda Eldorado. A turma tinha 17 alunos, sendo apenas duas do sexo feminino. Encontramos registro da escola noturna somente no ano de 1947. É importante ressaltar que foram encontrados poucos documentos referentes a ela, e estes estavam juntos com os documentos da Escola Municipal Professor José Felix Bandeira (diurna e rural).

Em relação a classes avulsas de alfabetização de adolescentes e adultos, encontramos algumas através de registros dos jornais *Correio* e *O repórter* de Uberlândia. A classe estava aberta na Avenida Mato Grosso, por iniciativa de professores que alfabetizariam crianças e adultos em três turnos.

Esteve ontem em nossa redação o Sr. José Sobral que nos comunicou a próxima abertura de uma escola de alfabetização na Avenida Mato Grosso, nas imediações da fábrica de fósforos. Trata-se de uma escola criada pelos esforços dos Sr. Levindo Neto de Souza e João Cabral, pertencendo a este o prédio onde irá ela funcionar. O Sr. José Cabral é o professor deste estabelecimento, cuja matrícula já está iniciada,

¹⁹ Como prefeito eleito atuou nos anos de 1948 a 1950.

podendo concorrer todos os interessados, que recebem a notificação por estas linhas. O salão dessa escola, com as dimensões de 7 por 6 metros, abriga confortavelmente trinta alunos, devendo haver três turnos diárias entre crianças e adultos. Ao que nos informou o prof. Cabral, o Senhor Prefeito deverá ir hoje àquele bairro a fim de verificar as condições do prédio e marcar o dia da inauguração das aulas (UMA ESCOLA..., 1947, p. 1).

Encontramos também uma nota informando um professor que dizia ter um método próprio para ensinar adultos a ler e escrever em 90 dias, as aulas seriam ministradas aos alunos gratuitamente (ALFABETIZAÇÃO..., 1951).

Localizamos nos jornais registros de classes para adultos em escolas que já funcionavam, como no Ginásio Brasil Central, no Colégio Estadual e no Grupo Escolar Coronel Carneiro. Encontramos a abertura de um grupo escolar noturno chamado “João Luiz” em 1952, anexo ao Grupo Escolar Coronel Carneiro, no entanto, não notamos nenhum registro sobre este último. Neles há ainda a informação de um curso supletivo na Escola Mato Grosso, instalada na Vila Aparecida, na Avenida João Pinheiro.

Em cumprimento aos pedidos do Secretário da Educação, o Ginásio Brasil Central cedeu uma de suas salas para funcionamento de uma classe para o Curso de Alfabetização de Adultos. Esse curso está em pleno funcionamento desde sua instalação em 2 de junho último. E curso noturno a cargo da normalista Hilda Ferreira da Cunha. O referido curso apresenta uma matrícula de 32 alunos e uma frequência no mês passado de 29 alunos. Os alunos matriculados, todos maiores de 15 anos, são 14 de sexo masculino e 18 sexo feminino. Esse estabelecimento de ensino secundário ginásial, onde funciona também a Escola Normal com os ciclos de Formação de Professores é de Regentes do Ensino, oferece assim seu interesse e adesão a essa campanha que vem empolgando todo o país (ALFABETIZAÇÃO DE..., 1947, p. 4).

No que se refere ao número de matrículas efetuadas em todas as séries nos grupos e escolas noturnas encontramos os seguintes dados:

QUADRO 6 – Total de matrículas nas escolas e grupos noturnos

ANO	FELISBERTO CARREJO	AUGUSTO CÉSAR	PADRE ANCHIETA	GRUPO ESCOLAR GOVERNADOR VALADARES	GRUPO NOTURNO GOVERNADOR VALADARES	ESCOLA MUNICIPAL “ELDORADO”
1947	-	*	186	43	-	17
1948	323	554	197	*	-	-
1949	408	515	104	*	-	-
1950	490	490	156	*	-	-
1951	681	526	168	*	-	-
1952	1063	521	189	*	-	-
1953	558	416	139	*	-	-
1954	484	495	138	*	-	-
1955	*	599	148	*	-	-
1956	*	535	250	*	-	-
1957	*	507	*	-	126	-
1958	*	444	118	-	132	-

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (1948a, 1951a, 1952a, 1953e, 1945a, 1948c, 1951b, 1954, 1946, 1945b, 1947b, 1957, 1958a). * Embora tenham sido localizados registros que atestem a existência da escola não foram encontrados os dados. - Não foram localizados registros sobre a existência da escola no período em questão.

Em relação ao número de matrículas recebidas pelos grupos noturnos, notamos que no ano de 1953 sofreram uma brusca redução em relação aos anos anteriores, no Grupo Augusto César as matrículas diminuíram em 20%, no Grupo Felisberto Carrejo, 47.5%, na escola Padre Anchieta reduziram em 26% (sendo que anteriormente, no ano de 1949, a escola havia apresentado um decréscimo de 47%). Nos anos seguintes, continuaram apresentando quedas e também alguns aumentos. No Quadro 7, a seguir, optamos por fazer a comparação entre os três grupos que possuímos os números de matrículas em mais de quatro anos, eles encontram-se discriminados.

QUADRO 7 – Acréscimo e decréscimo de matrículas nos grupos escolares noturnos

ESCOLA	FELISBERTO CARREJO		AUGUSTO CÉSAR		PADRE ANCHIETA		
	ANO	Total	%*	Total	%*	Total	%*
1947	-			-		186	
1948	323			554		197	6,0
1949	408	26,0		515	-7,0	104	-47,0
1950	490	20,0		490	-5,0	156	50,0
1951	681	39,0		526	7,0	168	8,0
1952	1063	56,0		521	-1,0	189	12,5
1953	558	-47,5		416	-20,0	139	-26,0
1954	484	-13,0		495	19,0	138	-1,0
1955	-	-		599	21,0	148	7,0
1956	-	-		535	-11,0	250	69,0
1957	-	-		507	-5,0	-	-
1958	-	-		444	-12,0	118	-53,0

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (1948a, 1951c, 1952, 1945, 1948c, 1951b, 1954, 1946). * Percentual obtido da relação do ano antecedente.

No que se refere aos números de matrículas, pelo Quadro 7 podemos observar que no ano de 1947 o turno noturno da Escola Padre Anchieta efetuou 186 matrículas, em 1948 recebeu maior número de matrículas durante seu funcionamento: 197 alunos. No ano de 1949 matriculou 104 alunos, o menor número de matrículas registrado em seu funcionamento. Em 1958, ano em que encontramos os últimos registros da escola, foram matriculados 118 alunos. Não encontramos registros do ano de 1957 nos livros de matrículas.

No Grupo Noturno Augusto César, em 1948 constam 512 matrículas efetuadas, já no ano de 1950 foram matriculados 490 alunos, em 1951 foram feitas 526 matrículas, em 1952 foram feitas 521 matrículas, em 1953 foram efetuadas 416 matrículas, os outros dados seguem conforme o quadro mostrado anteriormente.

O Grupo Noturno Felisberto Carrejo em seu primeiro ano de atuação recebeu 323 matrículas, distribuídas entre os quatro anos em que eram oferecidas. No ano de 1951 as classes aumentaram, tendo, dessa forma, o 1º ano A, B e C, o 2º ano A e B, 3º ano A e B, e uma turma do 4º ano. Nos anos seguintes o número de matrículas continuou aumentando. Em 1952, dobrou em relação ao ano anterior, como demonstra o Quadro 7, porém no ano seguinte o número de alunos reduziu pela metade, e em 1954 diminuiu novamente em relação ao anterior.

No Grupo Noturno Governador Valadares em 1957 consta o total de 126 matrículas efetuadas. Já em 1958 encontramos o total de 132 matrículas. Na escola Noturna para Adultos da Cerâmica Eldorado encontramos apenas uma turma de 17 alunos no ano de 1947.

Em 1948 a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos estava em seu segundo ano de atuação, consideramos que esse fato pode ter sido uma influência para a criação do Grupo Escolar Noturno Felisberto Carrejo na cidade, visto que este expandiu as matrículas no ensino noturno, passando de mais de 300 vagas em seu primeiro ano de instalação para 1.000 vagas em 1952.

Outro fato que podemos perceber é que o maior número de matrículas nos grupos noturnos ocorreu nos anos de 1947 a 1954, período que coincide com o da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos que, conforme Beisiegel (1974), passou por duas etapas distintas, a saber: a primeira de 1947 a 1950 ocorreu no mesmo momento da permanência do professor Lourenço Filho na direção geral da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e marca as principais conquistas do movimento, tais como: o alcance das metas quantitativas estabelecidas para os primeiros anos, o número de classes registrado em 1947 era 10.416 e subiu para 17.000 período de 1951-1953; a matrícula geral alcançou em 1947 659.606, subindo para 850.685 em 1953. As tiragens do material de leitura, produzido e editado pelo próprio Departamento Nacional de Educação (DNE), atingiram 1.695.00 exemplares em 1947, totalizando 5.438.500 entre 1947 e 1950 (PAIVA, 1973).

A segunda etapa se estende até o ano de 1954, na qual continuou se desenvolvendo normalmente, porém, apoiada nas atividades organizadas na anterior. Segundo Beisiegel (1974, p. 89), a partir de 1954, a campanha passou a ser absolvida pela rotina administrativa, dessa forma, “aos poucos os trabalhos deixariam de apresentar características de um movimento de mobilização nacional e começariam a configurar-se somente como prática regular das administrações da União e das Unidades Federadas”.

No que se refere ao número de matrículas das classes avulsas para adultos, de acordo com uma nota do jornal *Correio*, no Grupo Escolar Coronel Carneiro em 1948 havia três classes com 150 alunos no total, no entanto, apesar desse número, apenas 50 foram alfabetizados.

Sexta-feira última encerrou suas atividades no corrente ano o curso de alfabetização instalado no Colégio Estadual de Uberlândia, do qual é professora D. Adelina Bernardes. A reunião festiva deu-se às 19 horas com a presença de quase todos os alunos da professora da classe e dos professores Osvaldo Vieira Gonçalves e D. Lourdes Carvalho, aquele diretor do colégio Estadual de Uberlândia e esta diretora do Grupo Escolar “Bueno Brandão”.

Foram apresentadas as provas escritas realizadas pelos alunos, demonstrando as mesmas excelente aproveitamento por parte de quase todos. D. Lourdes de Carvalho e o Prof. Osvaldo Vieira Gonçalves dirigiram algumas palavras aos presentes, exaltando o esforço dos alunos e a boa vontade da professora D. Adelina Bernardes do que resultou a magnífica porcentagem de aprovação.

A reunião foi encerrada às 20 horas, tendo antes dos alunos entregue uma pequena lembrança ao reitor do Colégio Estadual e a diretora do Grupo “Bueno Brandão”.

Também o Grupo Escolar “Cel. Carneiro”, fez uma festinha de encerramento dos cursos supletivos. Três classes mantêm aquela casa de ensino, num total de 150 alunos. Ontem às 14 horas, reunindo no galpão do Grupo o corpo docente e presentes a senhorinha Maria Aparecida Lomônaco diretora do mesmo e prof. Osvaldo Vieira Gonçalves, reitor do Colégio Estadual, fez-se a leitura dos resultados obtidos pelas três classes no ano corrente, havendo em seguida a apresentação, por parte dos alunos de alguns números de declamação. Falou aos alfabetizados o prof. Osvaldo Vieira Gonçalves que enalteceu a obra que vem sendo feita em todo o país no sentido de diminuir o número de analfabetos. Referiu-se lisonjeiramente ao trabalho das professoras senhorinhas Adair Zoocoli, Militina Silveira e Esmeralda de Freitas, de cuja dedicação resultou o notável aproveitamento dos alunos. Cinquenta alunos foram considerados alfabetizados. A solenidade encerrou-se às 15 horas (ENCERRAMENTO..., 1948, p. 1).

Em 1950 foram divulgadas as estatísticas dos dados escolares pelo jornal *O repórter*, no qual informava que foram matriculados nos grupos escolares urbanos 931 alunos, desses, 720 eram adultos (EDUCAÇÃO..., 1950). Conforme podemos observar, os dados informados não coincidem com os dados dos diários dos grupos noturnos, fato interessante, já que somente a soma das matrículas de três grupos noturnos (Felisberto Carrejo, Augusto César e Padre Anchieta) ultrapassa o valor informado, no total eram 1.136 alunos.

O mesmo fato ocorre com as estatísticas do ano de 1951, no qual foi divulgado que nos grupos escolares foram matriculadas 1.177 pessoas, dessas, 500 eram menores de 18 anos, já os adultos somavam 980. (ESTATÍSTICA..., 1951). No entanto somando novamente as matrículas dos três referidos grupos o número novamente ultrapassa esse valor, o total é de 1.375 alunos.

3.3 ESCOLAS NOTURNAS: USOS DO ESPAÇO E DO TEMPO

Para Viñao Frago (2000), o espaço e o tempo não são elementos neutros, eles são determinados e determinam os modos de ensino e são elementos essenciais na organização escolar:

Ni el espacio ni el tiempo son estructuras neutras en las que se vacían los procesos educativos. Siempre se aprende y se enseña en lugares y en tiempos concretos. Y estos lugares y tiempos son determinados y determinan unos u otros modos de enseñanza: no sólo promueven e inculcan unas determinadas concepciones de

ambos, sino que, al mismo tiempo, constituyen elementos fundamentales de la organización escolar, [...] en síntesis, el espacio y el tiempo escolares no solo conforman el clima y cultura de las instituciones educativas, sino que también educan (VIÑAO FRAGO, 2000, p. 99).

Viñao Frago (2000, p. 99) afirma, ainda, que “Todo el espacio escolar, en suma, nos habla, de modo expreso o simbólico, del tipo de educación que en él se imparte”. Dessa forma, a partir do espaço escolar podemos ver a importância da educação para uma determinada sociedade, como também podemos constatar a sua marginalidade no âmbito dos projetos políticos e dos investimentos públicos. Nesse sentido, ao pesquisar o local utilizado pelos grupos escolares noturnos, descobrimos que apesar de serem de responsabilidade do município, essas escolas usavam locais cedidos por outros grupos escolares (estaduais) que funcionavam durante o dia, com exceção Grupo Municipal Padre Anchieta e o Grupo Escolar Governador Valadares, que tinham espaços próprios e funcionavam em três períodos.

Segundo Viñao Frago (2000, p. 99) “La existencia o no de espacios específicos para su enseñanza, y su disposición interna, reflejan, asimismo, las concepciones que se tienen [...] de las mismas y qué importancia se les concede”. Assim, ao refletirmos sobre o papel desempenhado e a importância dada aos grupos noturnos, notamos o desprestígio dessas escolas, pois não tinham um espaço próprio. O Grupo Noturno Augusto César, por exemplo, funcionava no prédio do Grupo Estadual “Júlio Bueno Brandão”, já o Grupo Noturno Felisberto Carrejo, nas salas do Grupo Dr. Duarte Ulhôa Pimentel, localizado na Avenida Vasconcelos Costa, na Vila Martins. Segundo Borges Netto e Santos (2008), a escola ficava no coração da cidade, entre máquinas de beneficiar arroz, a Estação de Trem Mogiana e a Fábrica de Farinha dos produtos Regina.

em 1926, quando por determinação do Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, foi autorizada a construção do *Grupo Escolar Minas Gerais*, criada pelo Decreto nº 7966 no Órgão Oficial, *O Minas Gerais*, no dia 01/07/1930, que posteriormente veio a ser chamado de *Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa*. [...] A solenidade para a instalação oficial da escola com o nome de Grupo Escolar Minas Gerais se deu em 03 de julho de 1932 e contou com a presença de personalidades ilustres como o Sr. Tubal Vilela, Sr. Angelino Pavan, Sr. Honório Guimarães e outros que marcaram a História de Uberlândia. Crescendo dia a dia em prestígio e, segundo testemunhas, com um ensino de alta qualidade, em 1934, a escola passou a se chamar Grupo Escolar “Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa” em homenagem ao Juiz de Direito da Comarca de Uberlândia (BORGES NETTO; SANTOS, 2008, p. 3).

Em 1961 o grupo foi instalado no Bairro Tabocas, em 1962 passou a atuar em três turnos diurnos e um noturno. Dessa forma, deixou de ser nomeado como grupo noturno, sendo chamado como Grupo Escolar Felisberto Alves Carrejo (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA,

1962). A única instituição encontrada especificamente como sendo de adultos foi a Escola Noturna para Alfabetização de Adultos da Cerâmica Eldorado, que, como dito, funcionava no período da noite e utilizava o salão da Escola Municipal Professor José Felix Bandeira instalada na Fazenda Eldorado.

Há exceções encontradas dos grupos noturnos que possuíam espaços próprios, como a Escola Municipal Padre José de Anchieta, localizada na Avenida Rio Branco, que, de acordo com o jornal *Correio*, teria sido construída com o mesmo padrão da Escola Modelo Governador Valadares. Ela funcionava em três turnos, iniciando seus trabalhos no ano de 1946 (NOVOS..., 1945). Havia também o Grupo Escolar Governador Valadares, que estava localizado na Praça Nossa Senhora do Carmo, sendo considerado como um estabelecimento padrão, não só pela sua construção, mas por sua organização interna. A partir de 1957 nas atas começam a constar como Grupo Noturno Governador Valadares. Há um documento deste de instalação do Grupo Noturno no prédio da Avenida Paranaíba, sede do Grupo Estadual Bom Jesus. Na reprodução do Mapa 1 a seguir, é possível notar que os grupos escolares ficavam localizados na área central do município, o que provavelmente dificultava o acesso da população mais afastada do centro. No Mapa 1, reproduzido a seguir, a localização dessas escolas está identificada.

MAPA 1 – Localização dos grupos escolares em Uberlândia



Fonte: Arquivo Público de Uberlândia/Planta geral da cidade em 1953.

Grupo Escolar Governador Valadares

Grupo Escolar Noturno Felisberto Carrejo

Grupo Escolar Noturno Augusto César
Escola Padre Ancheta

Além da falta de sede própria, pela análise do uso do espaço disponível, percebemos que muitos desses grupos escolares funcionavam de maneira precária, sendo noticiado nas atas escolares que haveria aulas somente se houvesse energia elétrica. De acordo com a ata do Grupo Noturno Governador Valadares, os exames continuariam sendo aplicados no dia seguinte se houvesse a disponibilidade desse recurso.

Aos quatorze de novembro de mil novecentos e cinquenta e sete [...] determinou o início dos exames das classes do 3º e 4º anos. [...] Foram aplicados os testes apresentados pela Secretaria da Educação e Saúde. Matéria: Português. Aos dezoito dias do mesmo mês *haveria exames se houvesse Energia Elétrica* (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1957, p. 67, grifos nossos).

Em 1949 os alunos do Grupo Noturno Felisberto Carrejo ficaram mais de uma semana sem aulas por esse motivo, em 1953 foi registrado o mesmo problema no Grupo Noturno Augusto César, conforme constam nos registros dos diários de classe reproduzidos a seguir.

FOTO 1 – Diário de frequência do Grupo Escolar Felisberto Carrejo em 1949

A Professora Célia Guerra Chamada de
Mês de

alunos do Grupo Noturno Felisberto Carrejo
Julho de 1949

NOMES

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1. Carmelita Pivoto	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
2. Darys Belo	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
3. Maria Olavo	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
4. Maria Gonçalves	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
5. Zilda Belo	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
6. Lúcio Pereira de Melo	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
7. Francisco Machado	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
8. Jairo Pinto	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
9. Jésses Pinto	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
10. José Matias Faria	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
11. José Rodrigues Souza	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
12. Mário Batista	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
13. Olavo Pinto	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
14. Otávio Lago	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
15. Sebastião Matias Faria	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
16. Zédiri Vítor Lago	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	

Aluno
1949
Julho
1949

SOMA

Dias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
22	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
23	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
24	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
25	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
26	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
27	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
28	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
29	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
30	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
31	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	

Observações

Alunas eliminadas
uma falta de bateria
quando as necessidades
alunas: Fábia Pinto
rafa Melo e Graça
ainda M. Lachado.

RESUMO MENSAL

20%

51,5% Matrícula geral
16

62,5% Vieram do mês anterior
16

51,5% Matrículados no mês
0

50% Eliminados
2

Passam para o mês seguinte
14

Comparecimentos
114

33,5% Faltas
38

66,5% Dias faltos
104

75% Frequência média
59,5

62,5% Percent de frequência
59,5

61,7% Faltas do professor
0

Célia Guerra
Professora

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (1949d, p. 6). * Na área demarcada na foto, a professora explica que não houve aula nos dias marcados devido à falta de energia elétrica (12 dias sem aulas no total).

FOTO 2 – Diário de frequência do Grupo Escolar Noturno Augusto César em 1953

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia (1953f, p. 25). * Na foto 2 ocorre o mesmo problema, o grupo noturno ficou uma semana sem aula por falta de energia elétrica.

Em 1957 o Grupo Noturno Governador Valadares se instalou na sede do Grupo Estadual Bom Jesus. Lima (2011, p.45-46) o descreve da seguinte maneira:

O prédio, pessimamente adaptado, não possuía as mínimas condições de higiene e arejamento era assim constituído: nove salas de aulas, uma sala para biblioteca, uma salinha para diretoria, um cômodo para o almocharifado, um cômodo bem pequeno para depósito de material, quatro instalações sanitárias e um galpão coberto, sendo que apenas oito salas eram forradas.

Ao relatar a transferência, a diretora do grupo informou que os alunos ocupavam cinco salas distribuídas em: duas classes de 1º ano, uma classe de 2º ano, uma classe de 3º ano e outra de 4º ano. Ela afirmava, ainda, que fazia uso somente das cinco salas e da sala dos professores, explicitando que o corpo docente desconhecia a escola para a qual estava se mudando. Os móveis que seriam usados eram os mesmos da antiga sede e mais 18 carteiras novas do grupo estadual.

Sobre as condições de funcionamento dos grupos noturnos, buscamos informações em pesquisas de pós-graduação, sobre as condições dos grupos escolares diurnos do município, descobrimos que muitos se encontravam em condições precárias de funcionamento, assim como os

grupos noturnos. Segundo Lima (2011, p. 47), “Após a criação e instalação dos grupos escolares, muitos deles sofreram com a falta de verbas, com más condições físicas, falta de manutenção dos prédios, falta de recursos materiais, má formação e baixos salários do corpo docente”.

De acordo com Lima (2010), desde o final dos anos de 1930 que a monumentalidade dos edifícios dos grupos escolares da cidade não correspondia às condições vivenciadas por alunos e professores, pois os mobiliários usados estavam em condições precárias. Sobre esse fato o jornal *Correio* também noticiou:

Quem visita os grupos escolares de nossa cidade se entristece ante a pobreza do mobiliário que há por todos eles. Edifícios verdadeiramente suntuosos, não se concebe que no seu interior os alunos estudem em carteiras que mal podem sustentar se de pé. Não se comprehende também que as suas professoras não tenham uma mesa adequada ao mister que exercem (OLIVEIRA, 1944, não paginado).

O Grupo Escolar Bom Jesus, criado em 1955, contava com instalações precárias para funcionamento. Em 1958 o Grupo Escolar Coronel Carneiro foi interditado, por não ter condições de funcionar, ameaçando desabar, o que gerava falta de segurança para todos.

Segundo veio ao nosso conhecimento, o grupo escolar “Cel. Carneiro” desta cidade, situado na Av. Floriano Peixoto, foi fechado porque as suas instalações estão ameaçando desabar e matar as 900 crianças que nele estudam. São meninos e meninas pobres que precisam educar-se e não podem pagar colégios (900 CRIANÇAS..., 1958, p. 1, p. 6).

Em 1961 o prédio do Grupo Escolar Bueno Brandão foi interditado e demolido²⁰, pois suas instalações estavam em estado precário, não mais atendendo às necessidades do município.

Segundo Souza e Faria Filho (2006, p. 44), apesar de os grupos escolares terem sido implantados durante a Primeira República, a difusão efetiva destes ocorreu a partir de 1930. “Essa expansão acarretou de muitas maneiras a deterioração das condições de atendimento do ensino primário. Os grupos escolares deixaram de representar o moderno em educação pública e se tornaram precárias escolas primárias”.

Em 1951 os problemas de infraestrutura enfrentados por alunos e professoras do Grupo Noturno Augusto César foi relatada pelo jornal *Correio*:

Com uma matrícula de 500 estudantes, maiores de 12 anos, têm uma frequência de 300 rapazes e meninas. Somente uma servente e nem um porteiro. Apenas 9 professoras esforçadas, lecionando em 5 salas. Claro é que as salas não são em

²⁰ No mesmo local foi construído o prédio atual, o qual foi inaugurado em 1965.

número suficiente. Dá-se então o caso de funcionarem duas classes diferentes na mesma sala (TEREZA, 1951, p. 4).

Nessa citação, podemos identificar os vários problemas enfrentados pelos alunos e professores, tais como: a defasagem entre o número de salas de aula e a quantidade de discentes atendidos pelo grupo noturno, que pode ser comprovado pelo livro de matrículas da escola, em que constam 526 alunos matriculados; o número escasso de funcionários, sendo apenas uma funcionária para atender todo o grupo; a dificuldade das professoras no que se refere ao ensino multisseriado. Nesse cenário, podemos ver as difíceis condições enfrentadas pelas docentes e alunos.

Em 1952 foi relatado em visita pela inspetoria do município que a escola possuía matriculados 395 alunos de ambos os sexos, com 310 frequentes, classificados como 155 do 1º ano, 44 do 2º, 62 do 3º e 54 do 4º, funcionando as aulas em seis classes, porém no livro de matrícula constam 521 alunos matriculados.

Nesse registro, foi descrito que havia excesso de alunos nas classes, o que, porém, não interferia no aproveitamento por parte destes, devido ao esforço empregado pelas professoras que dispunham somente de 2h30min. para as aulas. A única reclamação relatada foi relativa à falta de feixe no armário destinado a guardar os livros da biblioteca e outros objetos de uso das docentes (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1952b).

De acordo com essa descrição, podemos perceber que os problemas do ano anterior persistiram no ano seguinte, e também é possível identificar outros obstáculos que as docentes enfrentavam, como a falta de materiais didáticos para lecionar e a sobrecarga de trabalho, no entanto é interessante observar que diante disso a “única” reclamação registrada em ata foi a citada acima.

A Escola Padre Anchieta no ano de 1947 possuía no turno noturno quatro classes, sendo um 1º, 2º, 3º e 4º ano. No relatório de ponto dos professores constam duas professoras lecionando em quatro turmas diferentes, uma era responsável pelos 1º e 2º anos, respectivamente, e outra pelos 3º e 4º anos, simultaneamente, o que leva a concluir que as turmas eram multisseriadas. No mês de junho, consta um professor para cada turma, sendo 1º C, 2º B, 3º B e 4º ano (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1947a).

Podemos observar que a escola funcionava da mesma maneira que o Grupo Noturno Augusto César, no qual uma professora lecionava em duas classes diferentes, que provavelmente dividiam o mesmo espaço. No mês de junho, as classes passaram a ser dirigidas cada uma por uma professora, no entanto, não sabemos informar se estas ainda dividiam o mesmo espaço.

A partir de 1956 o Grupo Noturno Padre José Anchieta começou a ser registrado separadamente dos outros turnos da escola, em que constavam somente três turmas, um 1º, um 2º e um 3º ano, sendo uma professora para cada. No ano de 1957, notamos que o número de docentes diminuiu, visto que uma professora passou a assinar o livro de ponto como responsável por duas turmas, o 1º e 2º anos, respectivamente, tendo também uma professora para o 3º ano (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1947a).

O Grupo Escolar Dr. Duarte possuía oito salas de aula, mas o Grupo Noturno Felisberto Carrejo usava apenas quatro, divididas do 1º ao 4º ano, sendo uma professora responsável por cada classe. No entanto verificamos que ao final do ano letivo o grupo já estava com cinco classes, sendo duas de 1º ano, divididas entre as turmas A e B (PREFEITURA MINICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1948d). Em 1949, as aulas iniciaram com seis turmas, duas do 1º ano, uma do 2º, uma do 3º, uma do 4º e uma do 5º ano²¹. No ano de 1951 as classes aumentaram, tendo, dessa forma, o 1º ano A, B e C, o 2º ano A e B, 3º ano A e B e uma turma do 4º ano, utilizando, assim, todas as salas do grupo escolar.

Quanto aos usos do tempo, verificamos que quando o Grupo Felisberto Carrejo foi instalado no Bairro Tabocas passou a atuar nos seguintes horários: das 7h30 min. às 10h30min., 11h às 14h, 14h às 17h e das 19h às 21h30min. De acordo com uma ata, o objetivo da criação desses horários era o de facilitar o ensino e a colocação em maior quantidade de alunos no mesmo grupo, extinguindo duas escolas isoladas: Jerônimo Arantes e São Pedro. Nesse sentido, o grupo deixou de ser nomeado como noturno, sendo chamado como Grupo Escolar Felisberto Alves Carrejo (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1962).

No que se refere à duração do ano letivo, de acordo com os diários pesquisados, as aulas começavam no mês de fevereiro e terminavam em novembro, com férias no mês de julho. Em 1947 encontramos registros de que elas iniciavam às 18h40min. e terminavam às 20h45min., podemos notar que as escolas noturnas tinham apenas duas horas de aulas, coincidentemente a mesma quantidade estabelecida para o funcionamento das escolas para adultos. A partir de 1956 os horários passaram a ser registrados das 19h às 21h.

²¹ De acordo com o jornal *Correio*, em janeiro de 1948 foi assinado o Decreto nº 2.576 pelo secretário da educação de Minas Gerais, Abgard Renault, no qual o curso primário passava a ser de cinco anos. (O CURSO..., 1948, p.1).

4 ESCOLAS NOTURNAS: SUJEITOS E PRÁTICAS ESCOLARES

“Por isso não conseguia defender-se, botar as coisas nos seus lugares. [...] Era para um cristão endoidecer. Se lhe tivessem dado ensino, encontraria meio de entendê-la. Impossível, só sabia lidar com bichos” (RAMOS, 1978, p. 38).

A presente seção tem como objetivo apreender os demais elementos que configuraram as culturas escolares em circulação nos grupos noturnos pesquisados no município de Uberlândia. Para tanto, analisamos duas categorias, a saber: os sujeitos, ou seja, os alunos matriculados nas referidas escolas e ainda buscamos alguns dados sobre a formação dos professores (encontrados apenas no Grupo Noturno Augusto César) e práticas escolares construídas e postas a circular no interior das mesmas instituições.

Dessa forma, no que diz respeito ao perfil, buscamos primeiramente saber a idade dos alunos, o gênero e a sua origem social; no que concerne a esse último aspecto, investigamos os seus locais de moradia e buscamos o perfil de seus pais por meio das seguintes subcategorias: profissão e instrução escolar. Relativamente à frequência e aproveitamento, analisamos os números referentes à desistência, eliminações por falta às aulas, idade em que deixaram de estudar, número de desistentes, de concluintes e de repetentes.

Pesquisamos as práticas escolares por meio de consulta das atas das reuniões pedagógicas e também dos diários de frequência dos alunos. Das primeiras, destacamos as práticas docentes, como as reuniões pedagógicas e as maneiras de as docentes lecionarem, as imposições feitas a elas pela diretora e inspetor escolar e as condições enfrentadas para o desenvolvimento de seu trabalho pedagógico. Outras práticas escolares analisadas foram as comemorações realizadas nos grupos escolares noturnos, das quais verificamos as festividades cívicas, festividades de formatura, encerramento de ano letivo e semestre.

4.1 SUJEITOS DAS ESCOLAS NOTURNAS

Ao pesquisarmos o perfil dos alunos matriculados nos grupos escolares noturnos, constatamos que esses discentes eram originários das camadas populares. Encontramos o fato a seguir, o qual ilustra nossas constatações: em uma ata do Grupo Escolar Augusto César relativo à

solenidade do ano de 1951, a diretora pediu auxílio ao prefeito para que os alunos que não tivessem condições de pagar pudessem continuar os estudos. Além desse episódio, ela cita que essa autoridade teria ficado admirada de encontrar no grupo escolar alunos carentes com grandes talentos.

No decorrer da festa o prefeito mostrou-se muito interessado em conhecer de perto a vida dos nossos artistas, informando de que classes eram, de quais famílias, se eram bons alunos, aproveitando eu, para pedir o seu auxílio para os dois melhores alunos do 4º ano: João Nery e Antônio Dias, que, desejam continuar seus estudos e não dispõem de meios. O Sr. Prefeito prometeu-me auxiliá-los e disse-me que no final do ano, por ocasião dos exames, deseja presentear os melhores alunos do grupo e também os artistas. Mostrou-se admirado de encontrar em um grupo de operários e alunos humildes, tanto talento (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1951a, p. 2).

Além de informar sobre a condição de alguns alunos, o trecho anterior permite apreender certo preconceito em relação aos alunos pobres, ou seja, o seu talento é ressaltado ao lado da informação de serem humildes, como se essas duas possibilidades fossem contraditórias.

Ao verificar a idade dos alunos atendidos pelos grupos escolares noturnos nos livros de matrículas das escolas, constatamos que a maioria era maior de 14 anos, o que nos permite concluir que essas escolas se destinavam a adolescentes e jovens, ainda que nas atas dessas instituições não constasse a informação de que as aulas eram direcionadas para esse público.

Em 1948 foi noticiado pelo jornal *Correio* que as matrículas para esse tipo de ensino estavam abertas, e que seriam admitidos nas classes noturnas apenas alunos maiores de 12 anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1948a, p. 4), no entanto verificamos que menores também eram aceitos, pois observamos que recebiam alunos de 6 a 13 anos. A matrícula de alunos menores de 16 anos era justificada pelo fato de serem trabalhadores.

Havia também aqueles alunos mais velhos do que a maioria (encontramos, por exemplo, os dados de um aluno com 57 anos em um dos grupos escolares pesquisados). Ao observar esse fato, pensamos que como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos estava naquele momento em seu segundo ano de execução, sendo divulgada nos jornais da cidade como um movimento de salvação nacional (CAMPANHA DE EDUCAÇÃO, 1947, p. 3), pode ter tido influência para levar esses alunos às escolas.

Nesse mesmo grupo em 1949, o inspetor Jerônimo Arantes, em uma visita à escola, registrou que a maioria dos alunos era maior de 18 anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1949b), no entanto, ao verificarmos no livro de matrículas, observamos que essa quantidade era de 57 alunos, enquanto os menores somavam 310. Ao visualizarmos esse fato,

consentimos com Marc Bloch (2001, p. 80), quando adverte que o historiador não pode utilizar apenas um tipo de documento para confrontar a história.

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza. Que historiador das religiões se contentaria em compilar tratados de teologia ou coletâneas de hinos? Ele sabe muito bem que as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e os mobiliários dos túmulos têm tanto a lhe dizer sobre as crenças e as sensibilidades mortas quanto muitos escritos.

Ao buscar as causas que provavelmente levaram o inspetor escolar a informar os dados incorretos, lembramos que a fiscalização dos trabalhos desenvolvidos através da campanha era feita pela inspeção de ensino ou por comissões locais. No acervo de Jerônimo Arantes (o inspetor em questão), depositado no Arquivo Público de Uberlândia, encontramos um cartão de votos de “Boas Festas” e “Feliz Ano Novo” enviado pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e do Ministério da Educação e Cultura (MINISTÉRIO..., [195-?]), o que nos leva a pensar que ele era um dos responsáveis pela execução do programa no município e que lhe interessava divulgar dados positivos de sua responsabilidade.

No que se refere à idade e quantidade de alunos menores de 18 anos atendidos pelo Grupo Escolar Felisberto Carrejo em 1948, segue o Quadro 8:

QUADRO 8 – Grupo Noturno Felisberto Carrejo: idade e quantidade de alunos menores de 18 anos

IDADE	Nº DE ALUNOS
6	1
9	1
10	5
11	9
12	59
13	49
14	54
15	45
16	51
17	36
Total	310

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1948a).

Podemos observar que a maioria dos alunos com menos de 18 anos tinha entre 12 e 16 anos. É necessário ressaltar novamente que o grupo admitia alunos com idades de 12 anos acima por motivo de trabalho, dessa maneira, podemos pensar que estes últimos eram trabalhadores. Em relação aos alunos com idade inferior a esta, eles podem ter sido aceitos devido à falta de vagas no período diurno no município. No entanto, não podemos descartar a hipótese de que eles tivessem emprego. Quanto à idade dos alunos matriculados com idade inferior a 18 anos, podemos notar que a quantidade daqueles que possuíam entre 18 e 20 anos era maior no grupo escolar.

QUADRO 9 – Grupo Noturno Felisberto Carrejo: idade e quantidade de aluno atendidos em 1948
com idade acima dos 18 anos

IDADE	Nº DE ALUNOS
18	22
19	9
20	10
21	5
22	2
23	2
24	3
25	1
26	2
35	1
Total	59

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1948a).

Na Escola Padre Anchieta, encontramos discentes com faixa etária que variava entre 7 e 30 anos. Ao fazer a comparação desse aspecto do Grupo Noturno Felisberto Carrejo e a Escola Padre Anchieta, observamos que o primeiro recebia mais alunos acima dos 18 anos, sendo a idade máxima registrada de 57 anos, enquanto na escola a idade máxima encontrada foi de 30 anos. Observamos também que a segunda recebeu 29 alunos com 14 anos, enquanto o grupo noturno recebeu 60 alunos com 13 anos.

Ao comparar as duas instituições, podemos pensar que o grupo noturno era visto como que voltado para o ensino de adolescentes e adultos, e por esse motivo recebia alunos com idades maiores, como a pessoa com 57 anos. Já a escola, como funcionava em três turnos, poderia ter a imagem de uma instituição voltada para o ensino de crianças, e ter recebido o aluno com sete anos. Em relação ao número de matriculados, a estrutura física da Escola Padre Anchieta era menor que a estrutura do grupo escolar, dessa forma, este pode ter recebido menos alunos do que aquela.

QUADRO 10 – Grupo Escolar Padre Anchieta e Felisberto Carrejo: idades dos alunos

	1947	1948
IDADE	ESCOLA PADRE ANCHIETA	FELISBERTO ALVES CARREJO
7	1	-
8	4	-
9	2	-
10	5	-
11	3	10
12	9	48
13	28	60
14	29	41
15	20	39
16	15	39
17	19	19
18	10	18
19	9	11
20	4	2
21	2	6
22	-	4
23	-	2
24	3	2
25	2	-
26	-	2
27	-	1
28	-	1
29	1	-
30	1	1
31	-	1
32	-	1
34	-	1
35	-	2
37	-	1
38	-	1
48	-	1
57	-	1
Não consta	19	8

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1946, 1948a).

Das idades encontradas na Escola para Adultos Eldorado em 1947, notamos que variavam entre 7 a 14 anos, fato que nos leva a observar que ela, apesar de ser destinada a adultos, também recebia crianças. Os registros desses alunos foram encontrados no livro de matrícula da escola diurna Professor José Felix Bandeira, desse modo, podemos refletir que, ao ser implantada a escola para adultos, eles podem ter se transferido para o período noturno, para ajudar os pais no trabalho, já que a escola funcionava na zona rural.

QUADRO 11 – Escola Noturna para Adultos Eldorado: idade dos alunos

ALUNOS ESCOLA DE ADULTOS ELDORADO		
NOMES*	IDADE	DATA DE NASCIMENTO
Aluno 1	13	10/02/1934
Aluno 2	10	13/02/1937
Aluno 3	11	23/08/1936
Aluno 5	11	20/01/1936
Aluno 6	11	20/01/1936
Aluno 7	07	10/11/1940
Aluno 8	10	06/11/1937
Aluno 12	14	08/04/1933

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1947b, 1947c). *Para preservar a identidade dos alunos, foi feita a substituição de seus nomes por numeração conforme o Livro de Matrículas.

Para traçar o perfil dos alunos dos grupos e das escolas noturnas, também observamos a sua origem social e, para tanto, buscamos as profissões dos pais e o bairro onde a família residia. No que concerne ao primeiro aspecto, verificamos que estes exerciam as mais variadas atividades, desde a de ambulante a banqueiro²², no entanto as profissões informadas com maior frequência eram aquelas que não necessitavam de qualificações para o exercício, tais como: empregada doméstica, lavradores, pedreiros, carroceiros e operários. Ao lado dessas, outra que tem destaque é a de comerciante, conforme podemos observar no Quadro 12 a seguir, elaborado a partir dos dados de todas as escolas em conjunto.

²² De acordo com o dicionário Aulete, banqueiro pode ser definido como “1. Dono de banco ou de casa bancária; 2. Pessoa que dirige um banco privado, 3. P.ext. Capitalista, homem de negócios muito rico 4. Pessoa que tem banca para o jogo de roleta ou jogo do bicho. 5. Pessoa que, no jogo, dá as cartas e recebe e paga as apostas”(BANQUEIRO, 2015).

QUADRO 12 – Profissão dos pais dos alunos dos grupos noturnos: quadro geral

PROFISSÃO	TOTAL	PROFISSÃO	TOTAL	PROFISSÃO	TOTAL
Açougueiro	2	Eletricista	2	Lenhador	2
Alfaiate	3	Encanador	1	Lustrador	1
Ambulante	3	Engenheiro	2	Mascate	1
Amolador	1	Escriturário	1	Maquinista	3
Aposentado	2	Inválido	1	Marceneiro	8
Bancário	5	Farmacêutico	1	Mecânico	4
Barbeiro	3	Fazendeiro	8	Mensageiro	1
Boiadeiro	4	Ferreiro	5	Motorista	6
Cabeleireira	1	Ferroviário	11	Negociante	7
Capataz	1	Fiscal	1	Oleiro	5
Carpinteiro	12	Folheiro	4	Operário	38
Carroceiro	33	Funcionário público	4	Padeiro	2
Carteiro	2	Garimpeiro	3	Pedreiro	30
Chacareiro	7	Guarda-trem	2	Pintor	3
Charqueador	1	Guarda	1	Professor	2
Chofer	18	Guarda civil	1	Quitandeiro	1
Cisterneiro	1	Guarda noturno	2	Raizeiro	1
Comerciante	27	Hortelão	1	Retireiro	1
Comerciário	6	Industriário	1	Sapateiro	7
Comissário	1	Inválido	1	Seleiro	1
Conferente	1	Investigador	1	Serrador	7
Conj.diamantes ²³	1	Jardineiro	5	Serralheiro	4
Construtor	2	Jogador	1	Servente	3
Corretor	2	Joguista	1	Sorveteiro	1
Costureiro	9	Jornalista	1	Técnico de agricultura	1
Cozinheiro	2	Lavadeira	7	Tintureiro	3
Curtidor	2	Lavourista	4	Vendedor ambulante	1
Doceiro	2	Lavrador	136	Verdureiro	2
Doméstica	180	Leiteiro	4	Viajante	4

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1945a; 1945b, 1946; 1947b, 1948a).

²³ Profissão escrita conforme documentos.

Ainda sobre os alunos, encontramos alguns dados relativos à instrução dos pais dos estudantes do Grupo Noturno Augusto César, dos anos de 1956 a 1958. Embora sejam dados de uma só escola, permitem completar o perfil da origem social dos estudantes.

QUADRO 13 – Grupo Noturno Augusto César: instrução dos pais dos alunos

INSTRUÇÃO DOS PAIS						
	1956	%	1957	%	1958	%
Analfabetos	35	7	16	3	20	3,5
Primário	293	60	206	41	289	65
Secundário	18	4	6	1	3	1
Superior	3	1	0	0	2	0,5
Não consta	139	28	279	55	133	30
Total	488	100	507	100	444	100

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1954).

Ao ler essas informações, podemos constatar que no ano de 1956 60% dos pais declarou que possuía o ensino primário como instrução. Diante desse dado, pensamos que, como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos começou a partir de 1947, ela pode ter influenciado esse número. No ano de 1957 predominou o número daqueles que não informavam a instrução e, portanto, esse dado não foi registrado no livro de matrícula, sendo desses 55%, seguidos de 41% dos que possuíam essa escolaridade.

Sobre o bairro onde residiam os alunos, verificamos que muitos moravam nas proximidades dos grupos escolares, assim como na própria avenida ou rua onde estavam instaladas as instituições, como no Grupo Escolar Padre Anchieta, no ano de 1947 encontramos 31 alunos residentes na Avenida Rio Branco (mesma avenida da instituição pesquisada), 15 alunos na Rua 24 de maio, 13 alunos na Avenida Cesário Alvim, 18 alunos na Rua Ipiranga e 10 alunos na Vila Saraiva (locais próximos da escola). Conforme mostra o Quadro 14 a seguir:

QUADRO 14 – Grupo Escolar Padre Anchieta: local de moradia dos alunos do turno noturno em

1947

LOCALIZAÇÃO	Nº DE ALUNOS	LOCALIZAÇÃO	Nº DE ALUNOS
Rua 24 de maio	15	Rua Cruzeiro dos Peixotos	3
Rua Agenor Paes	6	Rua dos Pereiras	1
Av. Cipriano Del Fávero	1	Rua Ipiranga	18
Av. Rio Branco	31	Rua Oriente	3
Rua Benjamim Constant	6	Rua particular	1
Rua Buenos Aires	4	Rua Quintino Bocaiuva	2
Rua Cel. Antônio Alves	7	Rua Rezende	5
Av. Cesário Alvim	13	Rua Tapajós	2
Curtume ²⁴	2	Rua Tenente Virmondes	1
Av. Floriano Peixoto	1	Rua Uberaba	5
Patrimônio ²⁵	1	Santa Maria	2
Rua Bernardo Cupertino	1	Vila Nova	1
Rua Campo Alegre	1	Vila Povoa	1
Rua Duque de Caxias	1	Vila Saraiva	10
Não consta	41	*	*

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1946).

No que diz respeito à Escola Governador Valadares nesse quesito, os alunos também moravam próximos a esta, como demonstra o Quadro 15, o que é diferente dos alunos atendidos pelo Grupo Escolar Felisberto Carrejo e Augusto Cesar, os quais moravam em várias partes da cidade, como na área central e nas Vilas Operária e Martins, locais afastados do centro da cidade que, segundo Soares (2008, p.153), eram chamados de vilas ou subúrbios do município. Ainda de acordo com a autora, “Nesses bairros, persistia o problema da falta de água para abastecer a população; as ruas transformavam-se em verdadeiros lamaçais no tempo das chuvas, a iluminação pública era muito precária, os terrenos vazios viravam depósitos de lixo e entulho” (SOARES, 2008, p. 153). A partir dessas características apontadas, é possível refletir sobre alguns dos problemas enfrentados por essas pessoas. Os grupos noturnos Felisberto Carrejo e Augusto César tinham suas estruturas físicas maiores, por esse motivo pensamos que recebiam alunos de todas as partes da cidade.

²⁴ No documento não informa se é rua, avenida, bairro, etc.

²⁵ No documento não informa se é rua, avenida, bairro, etc.

QUADRO 15 – Grupo Escolar Governador Valadares: local de moradia dos alunos em 1948.

LOCALIZAÇÃO	Nº DE ALUNOS	LOCALIZAÇÃO	Nº DE ALUNOS
Rua Agenor Paes	1	Rua Fernando Vilela	1
Rua Alexandre Marquês	1	Rua Goiás	1
Av. Monsenhor Eduardo	1	Rua Marquês Póvoa	3
Rua Melo Viana	1	Rua Padre Pio	1
Patrimônio ²⁶	3	Rua Princesa Isabel	1
Ponte Marquinho	3	Rua Rafael Rinaldi	2
Praia Clube	2	Rua Tiradentes	2
Rua Bernardo Cupertino	1	Rua Tupinambá	1
Rua Bernardo Guimarães	3	Rua Vigário Dantas	1
Rua Bueno Brandão	2	Vila Martins	1
Rua Dom Barreto	2	Não Consta	8
Rua Estados Unidos	1	*	*

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1945b).

²⁶ No documento não informa se é rua, avenida, bairro, etc.

QUADRO 16 – Grupo Escolar Felisberto Carrejo e Grupo Escolar Augusto César: local de moradia dos alunos em 1948

LOCALIZAÇÃO		
Rua Alexandre Marquês	Rua Benjamim Constant	Rua Quintino Bocaiúva
Av. Afonso Pena	Rua Bernardo Cupertino	Rua Rafael Reinaldo
Av. Belo Horizonte	Rua Bueno Brandão	Rua Rodrigues da cunha
Av. Cesário Alvim	Rua Buenos Aires	Rua S. Salvador
Av. Cipriano Del Fávero	Rua Buriti Alegre	Rua Sacramento
Av. Fernando Vilela	Rua Caiapós	Rua Santa Maria
Av. Floriano Peixoto	Rua Cel. Antônio Alves Pereira	Rua Santos Dumont
Av. João Pessoa	Rua Cruzeiro dos Peixotos	Rua Simões
Av. João Pinheiro	Rua Dos Pereiras	Rua Tabajaras
Av. Mato Grosso	Rua Duque de Caxias	Rua Tabocas
Av. Monsenhor Eduardo	Rua Eduardo Marquês	Rua Tapajós
Av. Osvaldo	Rua Estados Unidos	Rua Tenente Virmondes
Av. Rio Branco	Rua Estrela do Sul	Rua Tupaciguara
Av. Vasconcelos Costa	Rua Felisberto Carrejo	Rua Vigário Dantas
Bairro Aparecida	Rua Getúlio Vargas	Rua Vitória
Córrego dos Caetanos	Rua Goiás	Vila Carneiro
Fazenda dos Saltos	Rua Guarani	Vila Estrela do Sul
Miraporanga	Rua Ipiranga	Vila Gardênia
P. Minas Gerais ²⁷	Rua Ituiutaba	Vila Martins
Pátio da Estação	Rua Itumbiara	Vila N. S. Fátima
Praça Antonio Carlos	Rua Marquês Póvoa	Vila Nova
Rua 24 de maio	Rua Melo Viana	Vila Operária
Rua Agenor Paes	Rua México	Vila Osvaldo
Rua Araguari	Rua Natal	Vila Saraiva
Rua Artur Bernardes	Rua Niterói	Rua Belém
-	Rua Padre Feijó	Rua Particular
-	Rua Padre Pio	Rua Barão de Camargos

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1948a, 1945a).

No que concerne à questão de gênero, mais um item para compor o perfil dos alunos, ainda que, de acordo com Souza (1998), a criação dos grupos escolares tivesse facilitado o ingresso da mulher na escola primária, visto que houve o crescimento de um grande número de escolas mistas,

²⁷ No documento não informa se é rua, avenida, bairro, etc.

constatamos que a quantidade de alunos do sexo masculino atendidos sobressaía o sexo feminino em todas as instituições. Sobre essa mesma questão Louro (2006, p. 445) afirma nos seus estudos que “desde muito cedo, as meninas das camadas populares estavam, envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas”, fato que pode explicar o maior número matrículas de pessoas do sexo masculino.

No Grupo Noturno Felisberto Alves Carrejo, no ano de 1953 registrou-se que 70% das matrículas foram efetuadas por alunos do sexo masculino. No Grupo Noturno Augusto César, no ano de 1948 constam 512 matrículas efetuadas; dos alunos matriculados, 66% eram do sexo masculino. Verificamos essa ocorrência nos anos seguintes, nos quais a quantidade de matrículas desse gênero se sobressaiu a das matrículas femininas. Em 1957 pela primeira vez o número destas últimas se sobressaiu o masculino, sendo 52% para as alunas e 48% para os alunos. Em 1958 as matrículas ficaram em 50% para cada sexo. Os quadros 17 e 18 a seguir apresentam de forma detalhada essa informação.

QUADRO 17 – Grupos Felisberto Carrejo e Augusto César: alunos distribuídos por gênero 1948 -

1954

ESCOLA FELISBERTO CARREJO					ESCOLA AUGUSTO CÉSAR			
ANO	MASC.	%	FEM.	%	MASC.	%	FEM.	%
1948	175	54	148	46	364	66	190	34
1949	231	57	177	43	322	62,5	193	37,5
1950	328	67	162	33	327	67	163	33
1951	420	62	261	38	318	60	208	40
1952	765	72	298	28	301	58	220	42
1953	390	70	168	30	229	55	187	45
1954	328	68	156	32	251	51	244	49

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1948a, 1951c, 1952a, 1953e, 1945a, 1948c, 1951b, 1954).

QUADRO 18 – Grupos Augusto César e Grupo Noturno Governador Valadares: alunos distribuídos por gênero 1955-1958

	GRUPO ESCOLAR NOTURNO AUGUSTO CÉSAR				GRUPO NOTURNO GOVERNADOR VALADARES			
ANO	MASC.	%	FEM.	%	MASC.	%	FEM.	%
1955	309	52	290	48	*	*	*	*
1956	295	55	240	45	*	*	*	*
1957	243	48	264	52	81	64	45	36
1958	222	50	222	50	86	65	46	35

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1954, 1957, 1958a).

Podemos perceber essa situação também no Grupo Noturno Governador Valadares, onde no ano de 1957 constam 126 alunos matriculados, desses, 81 eram do sexo masculino e 45, do feminino, o que corresponde a 64% sendo do primeiro e 36% do segundo, distribuídos nas séries do 1º ano A e B, 2º ano, 3º ano e 4º. No ano de 1958 foram matriculados 132 alunos, distribuídos nas séries do 1º ano A e B, 2º ano, 3º ano e 4º ano, sendo que o número de alunos do sexo masculino sobressai novamente o número do sexo feminino, sendo 65% daquele e 35% deste, conforme o Quadro 19. Por fim, na Escola Noturna para Adultos, das 17 matrículas efetuadas apenas 2 eram do sexo feminino.

QUADRO 19 – Grupo Noturno Governador Valadares: alunos distribuídos por gênero e por série 1957 - 1958

1957						1958					
SÉRIE	TOTAL	MASC.	%	FEM.	%	SÉRIE	TOTAL	MASC.	%	FEM.	%
1º A	24	15	62,5	9	37,5	1º A	24	15	62,5	9	37,5
1º B	24	16	67	8	33	1º B	25	16	64	9	36
2º ano	35	21	60	14	40	2º ano	35	21	60	14	40
3º ano	24	16	67	8	33	3º ano	24	16	67	8	33
4º ano	19	13	68	6	32	4º ano	24	18	75	6	25
Total	126	81	64	45	36	Total	132	86	65	46	35

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura (1957, 1958a).

Relativamente à frequência e aproveitamento, a qualidade do ensino ofertado pelas escolas primárias no início do período de redemocratização era bastante precário, o que acabava contribuindo para os altos índices de desistências, evasão e repetência. O ensino de má qualidade

oferecido não conseguia manter a motivação e o rendimento escolar dos alunos. Outro fato que contribuía para isso era o de que a maior parte dos estudantes do país vivia em más condições de sobrevivência. Os índices mais elevados de reprovação e evasão ocorriam nos primeiros anos desse nível de educação (PAIVA, 1973).

Os índices de deserção imediata não variaram muito em todo o período, embora diminuíssem levemente (de 14 para 11%), mantendo-se mais elevados nos primeiros anos da escola primária. Quanto à retenção, ela sempre foi elevada principalmente nas primeiras séries, o mesmo se observando para a evasão. No início da década de 60 os índices ainda atingiam cerca de 45% de retenções na primeira série (com relação à matrícula efetiva), descendo nas demais séries, mas concentrando-se nas áreas rurais do país. Em consequência são também elevados os índices de evasão escolar: de 1000 alunos matriculados na primeira série em 1958 somente 411 (41,1%), matricularam-se na segunda série, 305 na terceira e 203 na quarta concluindo o curso primário em 1961 menos de 20% do contingente matriculado em 1958. Tais índices, entretanto, tendem a baixar. Os índices de retenção vêm decrescendo progressivamente (de 59,3% em 1947 para 41,6% em 1962) e devem diminuir à medida que se qualifica o magistério e em que a população se urbaniza (PAIVA, 1973, p. 151).

Notamos esse fato ocorrendo também nos grupos e escolas noturnas por nós pesquisados, visto que as eliminações²⁸ de alunos por falta de frequência era grande, assim como o maior número de evasão ocorria no primeiro ano. O Grupo Noturno Felisberto Carrejo, por exemplo, em seu primeiro ano de atuação recebeu 326 matrículas, distribuídas entre as quatro séries que eram oferecidas pela instituição, dessas 326 matrículas, 218 alunos foram eliminados, somando 67% deles. O maior número registrado nesse caso, no primeiro ano, é de 141 alunos, no entanto esse mesmo ano obteve a maior quantidade de eliminações, sendo 104, perfazendo, assim, 74% dos alunos da série.

QUADRO 20 – Grupo Noturno Felisberto Carrejo: total de alunos eliminados por série – 1948

SÉRIE	TOTAL	ELIMINADOS	%	ELIMINADOS POR INFREQUÊNCIA	%
1º ano	141	104	74	67	64
2º ano	85	53	62	39	73,5
3º ano	65	39	60	21	54
4º ano	35	22	63	14	64
Total	326	218	67	141	43

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1948a).

Ao buscar os fatores que podem ter levado a esse grande número de eliminações no primeiro ano, verificamos que 64% ocorreram por falta de frequência às aulas, problema encontrado igualmente nas outras séries oferecidas na escola. No total de 326 alunos, 141 foram eliminados por

²⁸ O termo “eliminações” era utilizado nos livros de matrículas e frequência dos alunos nos grupos noturnos.

essa razão, perfazendo, assim, 43% do total. Ao analisarmos esses números, é preciso lembrar as dificuldades enfrentadas pelos alunos, como a falta de estrutura dos bairros, o que dificultava sua locomoção; o horário de trabalho, que provavelmente seria até às 18h, e local de moradia longe dos grupos escolares; o tipo de função desempenhada, provavelmente um trabalho pesado que os deixava cansados para ainda irem à escola.

Além disso, encontramos outras causas de eliminações, como: indisciplina, com 9% dos alunos, justa causa com 2% e mudança, sendo 24% dos alunos. Em relação à indisciplina, é necessário refletir que, de acordo com os quadros analisados, a maioria dos alunos era adolescentes, o que pode ter influenciado a indisciplina e justa causa nas aulas.

QUADRO 21 – Grupo Noturno Felisberto Carrejo: causas e quantidade de alunos que deixaram de estudar em 1948

CAUSAS	Nº DE ALUNOS	%
Indisciplina	19	9
Infrequência	141	65
Justa causa	4	2
Mudança	54	24
Total	218	100

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1948a).

Ao buscar a idade dos alunos que deixaram de estudar na escola, verificamos que o maior número tinha 13 anos, sendo 41 alunos (19%), seguidos daqueles com 12 anos, sendo 33 (15,6%). Como podemos observar, os mais novos deixavam a escola, pensamos que seja pelo fato de o grupo escolar ser voltado para adolescentes e adultos, o que fazia com que tivessem que conviver com alunos mais velhos, ou por serem novos e terem a opção de voltar novamente no ano seguinte. Podemos considerar ainda a opção de eles conseguirem vagas para estudar no período diurno.

QUADRO 22 – Grupo Noturno Felisberto Carrejo: idade e quantidade de alunos que deixaram de estudar em toda a escola

IDADE	Nº DE ALUNOS	%
11	7	3,0
12	33	15,6
13	41	19,0
14	26	12,0
15	27	13,0
16	27	13,0
17	12	6,0
18	9	4,3
19	8	3,7
20	2	1,0
21	4	1,9
22	2	1,0
23	1	0,5
24	1	0,5
26	2	1,0
27	1	0,5
28	1	0,5
30	1	0,5
31	1	0,5
32	1	0,5
35	2	1,0
38	1	0,5
48	1	0,5
Total	211	100

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1948a).

A evasão escolar foi um problema encontrado em todos os anos e em todas as séries. Como descrevemos, a falta de estrutura dos bairros de periferia pode ter dificultado a locomoção dos alunos até os grupos escolares, assim como o horário de trabalho deles. Pressupomos que como eram atendidos pela escola e eram filhos de pessoas que faziam parte da população de baixa renda, esse fato pode ter contribuído para que ocorresse essa situação, visto que, associada à origem social, a idade registrada nos livros de matrícula permite inferir que possivelmente esses alunos eram trabalhadores.

Segundo Paiva (1973), as condições socioeconômicas não favoreciam a permanência dos estudantes nas instituições primárias, além das dificuldades de acesso por falta de vagas, a distância

das escolas existentes e ainda havia outros fatores, como a “escassa qualificação do professor, currículos inadequados, programas excessivos, horários reduzidos, instalações precárias, etc. que prejudicavam o aproveitamento escolar” (PAIVA, 1973, p. 152). Ainda sobre esse assunto, Freitas e Biccas (2009, p. 54) afirmam:

Se matricular o filho na escola era um desafio para a maioria das famílias brasileiras, permanecer na escola até obter dela a certificação conclusiva era um desafio ainda mais expressivo para a maior parte das crianças, especialmente as mais pobres. No Brasil todos os números que demonstraram a expansão no número de vagas para a escola pública no transcorrer do século XX demonstraram igualmente elevados e persistentes índices de evasão escolar.

QUADRO 23 – Grupo Noturno Felisberto Carrejo: total de alunos e evasão escolar (todas as séries por ano)

ANO	TOTAL DE ALUNOS POR ANO	EVASÃO	%
1948	323	167	52
1949	408	165	40
1950	490	200	41
1951	681	205	30
1952	1063	319	30

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1948a, 1951b, 1952a).

No Grupo Escolar Felisberto Carrejo a evasão escolar ocorreu em maior número no ano de 1948, na qual mais da metade dos alunos abandonou os estudos, conforme o Quadro 23. Nos anos seguintes essa quantidade diminuiu em relação ao primeiro ano de atuação do grupo. O fato de esse problema ter diminuído nos anos posteriores a 1948 pode ter ocorrido devido ao trabalho desenvolvido pelos professores, assim como as condições de estrutura dos bairros podem ter melhorado, e pode ter ocorrido uma maior exigência pelo ensino primário nos locais de trabalho dos alunos.

Conforme o Quadro 24, encontramos os números a seguir de desistentes no Grupo Noturno Augusto César. Notamos que no ano de 1953 a evasão escolar aumentou em relação aos anteriores. Pensamos que isso ocorreu nesse ano, por causa da abertura de outros grupos escolares no município, o que fez com que houvesse a disponibilização de vagas em locais mais próximos da moradia desses alunos.

QUADRO 24 – Grupo Noturno Augusto César: número de matrículas efetuadas em todas as séries, n° de alunos desistentes.

ANO	N° DE MATRÍCULAS EFETUADAS	N° DE ALUNOS DESISTENTES	%
1948	554	127	23
1949	515	103	20
1950	490	65	13
1951	526	129	24,5
1952	521	146	28
1953	416	190	47
1954	495	43	9
1955	599	69	11,5
1956	535	249	46,5
1957	507	245	48
1958	444	288	65

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura (1945a, 1948b, 1951b, 1954).

Outro fator que nos chamou a atenção foi que o maior número de evasão ocorreu no 3º ano. Dos 85 alunos matriculados, 50 desistiram, sendo 59% do total da turma. Conforme descrevemos, eles podem ter se mudado para outras instituições de ensino no município, ou desistiram devido ao trabalho desempenhado pelos professores, ou ainda por causa da estrutura dos bairros que dificultavam o acesso à escola.

QUADRO 25 – Grupo Noturno Augusto César: números de matriculados, desistentes e concluintes no ano de 1953

1953					
SÉRIE	N° DE MATRICULADOS	N° DE DESISTENTES	% DE DESISTENTES	N° DE CONCLUINTES	% DE CONCLUINTES
1º	182	74	41%	108	59%
2º	89	46	52%	43	48%
3º	85	50	59%	35	41%
4º	60	31	52%	29	48%

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1951b).

No que diz respeito ao aproveitamento, no Grupo Governador Valadares consta em 1957 o total de 126 alunos matriculados, distribuídos nas séries do 1º ano A e B, 2º ano, 3º ano e 4º. Podemos observar que a maior quantidade de reprovações ocorreu no 1º A, com 58% dos alunos. Refletindo sobre esse fato, é necessário ressaltar que nas salas havia alunos em diferentes níveis de

aprendizagem, como também totalmente analfabetos, repetentes, com dificuldades de aprendizagem, o que pode ter agravado o trabalho do professor e ocasionado esse número, no entanto, é preciso lembrar que outros fatores podem ter influenciado, como a falta de frequência dos estudantes nas aulas. Ao final do ano letivo, 33 deles não conseguiram aprovação, sendo 14 do 1º ano A, 6 do 1º ano B; já no 2º ano foram reprovados 9 alunos; no 3º ano não houve nenhum reprovado e no 4º ano foram reprovados 4 alunos.

Dessa forma, podemos ver que dos 126 discentes, 74% foram aprovados e 26% reprovados, conforme o Quadro 26:

QUADRO 26 – Grupo Governador Valadares: número de alunos aprovados e reprovados nas provas aplicadas em 1957 e 1958

	SÉRIE	TOTAL	APROVADOS	%	REPROVADOS	%
1957	1º ano A	24	10	42	14	58
	1º ano B	24	18	75	6	25
	2º ano	35	26	74	9	26
	3º ano	24	24	100	0	0
	4º ano	19	15	79	4	21
	Total	126	93	74	33	26
1958	1º ano A	24	10	42	14	58
	1º ano B	25	22	88	3	12
	2º ano	35	26	74	9	36
	3º ano	24	24	100	0	0
	4º ano	19	15	79	4	21
	Total	127	97	76	30	24

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1957, 1958a).

No ano de 1958 consta o total de 127 alunos, distribuídos conforme o ano anterior. Do total, 30 foram reprovados, sendo no 1º ano A, 14 alunos, no 1º ano B, três alunos, no 2º ano foram reprovados nove alunos, no 3º ano todos foram aprovados, no 4º ano quatro foram reprovados, dessa forma, podemos dizer que dos 127 alunos, 24% foi reprovado. O 1º ano A novamente teve o maior número nesse sentido, o que nos faz pensar que os motivos citados podem ter influenciado o trabalho do professor.

Outro fato que nos chama a atenção foi a quantidade de alunos repetentes encontrados no Grupo Escolar Augusto César, o qual em 1955 possuía dos 599 matriculados, 266 eram repetentes, perfazendo 44% dos alunos. Em 1956 a escola contava com o maior número de alunos repetentes,

sendo 53% do total. No que se refere ao número de desistentes, verificamos que no ano de 1958 ela obteve o maior número de desistentes, sendo 65% dos alunos.

O fato de os alunos repetentes voltarem a estudar nos faz pensar que nesse período, por cauda da modernização, as fábricas e indústrias passaram a exigir a alfabetização dos trabalhadores, que foram obrigados a voltar à escola para continuar os estudos. No que se referem aos desistentes do grupo, as dificuldades citadas podem ter influenciado para que ocorressem esses números.

QUADRO 27 – Grupo Noturno Augusto César: número de repetentes matriculados (todas as séries reunidas)

ANO	ALUNOS	REPETENTES	%	DESISTENTES	%
1954	495	93	19	40	8
1955	599	266	44	61	10
1956	488	257	53	232	47,5
1957	507	132	26	245	48
1958	444	227	51	288	65

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia, 1954.

Em relação à escola Noturna da Cerâmica Eldorado, observamos que muitos dos alunos que frequentavam as aulas noturnas faziam parte da Escola Professor José Felix Bandeira no período diurno. Não encontramos os livros de matrículas ou livros de frequência específicos da escola noturna para adultos, no entanto, descobrimos que dos 17 alunos matriculados no período, 8 faziam parte do turno diurno. Em relação às notas obtidas pelos estudantes dessa instituição noturna, encontramos os seguintes dados:

QUADRO 28 – Escola noturna para adultos: notas dos alunos

ALUNOS*	NOTAS		
	ANUAL	EXAME	FINAL
-			
Aluno 1	60	80	70
Aluno 2	56	80	68
Aluno 3	60	80	70
Aluno 4	56	78	80
Aluno 5	35	43	39
Aluno 6	35	43	39
Aluno 7	53	61	56
Aluno 8	95	96	95
Aluno 9	36	36	36
Aluno 10	36	36	36
Aluno 11	36	36	36
Aluno 12	36	46	56
Aluno 13	36	63	49
Aluno 14	68	63	65
Aluno 15	36	40	38
Aluno 16	36	40	38
Aluno 17	36	40	38

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1947c).
(obs.: os alunos em negrito faziam parte da escola diurna).*Para preservar a identidade dos alunos, foi feita a substituição de seus nomes por numeração, conforme o livro de matrículas.

Ao observar as notas dos alunos que já participavam das aulas diurnas, notamos que todos tinham notas altas, com exceção do aluno 12, que não teve média encontrada, situação diferente dos estudantes que não foram encontrados registrados nos livros de matrícula da escola diurna; possivelmente eram mais velhos, pais ou parentes daqueles do turno diurno. Pensamos que o ensino ofertado durante esse período era mais rigoroso que o ofertado durante a noite, e os alunos do primeiro recebiam o mesmo ensino que os do segundo (ensino de crianças), o que dificultava o aprendizado.

QUADRO 29 – Escola noturna para adultos: comparação das notas dos alunos com as da escola diurna

ALUNOS*	NOTAS OBTIDAS NA ESCOLA NOTURNA			NOTAS OBTIDAS NA ESCOLA DIURNA
	ANUAL	EXAME	FINAL	
Aluno 1	60	80	70	80
Aluno 2	56	80	68	90
Aluno 3	60	80	70	90
Aluno 5	35	43	39	90
Aluno 6	35	43	39	90
Aluno 7	53	61	56	90,5
Aluno 8	95	96	95	100
Aluno 12	36	46	56	Não foram encontradas notas

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1947c). Para preservar a identidade dos alunos, foi feita a substituição de seus nomes por numeração, conforme o livro de matrículas, a numeração dos alunos está conforme quadro 28.

Em relação à instrução dos professores, conforme já mencionado não conseguimos localizar dados que nos informassem a respeito, com exceção do Grupo Noturno Augusto César dos anos de 1954 a 1958, conforme o Quadro 30:

QUADRO 30 – Grupo Noturno Augusto César: instrução dos professores

ANO	Nº DE PROFESSORES	NORMALISTAS	EFETIVO OU CONTRATADO	QUADRO ORDINÁRIO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO
1954	7	3	Efetivos	Ordinário
1956	9	1	Efetivos	Ordinário
1957	8	0	Efetivos	Ordinário
1958	8	0	Efetivos	Ordinário

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1954).

Ao observar o quadro, podemos perceber que todos os docentes eram efetivos e faziam parte do quadro ordinário da prefeitura, no entanto, nem todos eram normalistas. Não encontramos os dados do ano de 1955.

4.2 PRÁTICAS ESCOLARES

Uma das práticas escolares mais comuns encontradas pela pesquisa refere-se às reuniões pedagógicas que aconteciam nos grupos escolares. Ao ler as atas das reuniões, percebemos a grande imposição e pressão feita sobre as docentes quanto à realização de seus trabalhos. Eram-lhes impostas desde a observação do horário de entrada dos alunos até o bom desenvolvimento do ensino das disciplinas.

Realizou-se no dia 27 de fevereiro de 1948, a primeira reunião do corpo docente do Grupo Noturno Municipal Felisberto Carrejo. Nesta reunião, eu, diretora, falei às professoras sobre o regulamento deste educandário, mostrando-lhes a necessidade da observância ao mesmo. Os assuntos comentados foram os seguintes:

- I-Observância ao horário;
 - II- Zelar pela frequência, disciplina e ordem das classes,
 - III- Organizarem plano de aula;
 - IV- Conservar em ordem o Livro de Chamada;
 - V- Obedecer ao programa, desenvolvendo o mais possível as matérias reais, Português e Aritmética;
 - VI- Comemoração de datas cívicas;
 - VII- Distribuição das classes.
- (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1948b, p. 2)

Nas reuniões eram estabelecidas às docentes que observassem o horário de funcionamento das aulas, que cuidassem e observassem o horário de entrada e frequência dos alunos, a disciplina

na sala de aula, que deveria ser cobrada rigorosamente para o ensino ser ministrado mais facilmente, e que se mantivessem em ordem as classes, de acordo com o que se depreende das transcrições a seguir.

Nesta reunião eu, diretora, falei às professoras sobre o regulamento deste educandário, mostrando-lhes a necessidade da observância ao mesmo. Lembrei-as também que o horário de entrada das mesmas é seis e quarenta e cinco e não às sete horas. Falei também sobre a disciplina, e sobre a ordem do livro de chamada. Pedilhes que me apresentem os cadernos de planos de aula diariamente. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1949a, p. 12)

Esta reunião teve por objetivo e tratou-se de vários pontos do regulamento deste educandário, inclusive a mudança do horário das aulas. Estas terão início às 6h, 45 e terminarão às 8,45 horas. Solicitou a diretora observância exata deste horário porque um curto período de aula traz como consequência deficiência no ensino. Foi também acentuado nesta reunião que a disciplina deve ser rigorosamente exigida para que se possa com mais facilidade ministrar o ensino. Os planos de aula deverão ser apresentados diariamente. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1950, p. 26)

No que se refere ao horário de entrada nas aulas, notamos que esse aspecto era cobrado rigorosamente dos alunos, antes mesmo do período estudado. Encontramos uma nota no jornal *Correio*, na qual uma aluna reclama:

Venho por meio de seu conceituado jornal, pedir ao Dr. Vasconcelos Costa, prefeito de Uberlândia, a fim de que as aulas do GRUPO ESCOLAR NOTURNO DR. BENEDITO VALADARES²⁹ passem a começar às 7 horas e não às 6,30, pois somos empregadas, e sempre quando servimos o jantar aos nossos patrões, são 6 horas, até arrumarmos tudo são 6,30. Acontece que quando chegamos ao Grupo já passou da hora, e o portão está fechado. E todos os dias, ficam 20 ou 30 alunos do lado de fora (QUEIXAS..., 1945, p. 1).

Esse episódio nos retrata o processo de exclusão pelo qual passavam os alunos do período noturno, que mesmo trabalhando não conseguiam um horário flexível para chegarem a tempo nas aulas, como podemos constatar, esse processo ocorria antes da execução da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em 1947. Em relação ao desenvolvimento do ensino, as professoras deveriam organizar os planos de aulas diariamente (eram obrigatórios em todas as classes) e apresentá-los à diretora, que teria o direito de criticar e orientá-las na sua elaboração. O livro de chamada deveria ser conservado em ordem, e o programa de ensino deveria ser obedecido de forma a desenvolver bem as disciplinas de Português e Aritmética, sem se esquecerem das datas cívicas e a distribuição das classes.

²⁹ Encontramos registros do Grupo Escolar Noturno Dr. Benedito Valadares no livro de matrícula do Grupo Noturno Augusto César, no entanto não sabemos informar se o primeiro foi extinto ou se alterou seu nome para este último.

No que se refere a essas disciplinas, Português e Aritmética, notamos que tinham preeminência sobre as outras. Segundo Chervel (1990, p. 180), “Estima-se ordinariamente de fato que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha”, o que nos faz lembrar que nesse período o país estava lutando contra o analfabetismo, e essas matérias eram consideradas básicas para acabar com o analfabetismo da população.

No momento das decisões de quais formas seriam cobradas nas avaliações, essas duas eram exigidas nos exames orais e escritos, enquanto outras disciplinas, como Geografia, História e Ciências, eram feitas apenas de forma oral. Ao analisarmos essas maneiras de avaliar na instituição, nos servimos dos estudos de Anne-Marie Chartier (2002, p. 22), nos quais a autora constatou que “existe uma hierarquia indiscutível entre as disciplinas”, as mais importantes são registradas através de exames escritos, e as consideradas menos importantes “não deixam traços”.

Aos três dias do mês de novembro do ano de 1949, às oito horas eu, diretora, convoquei uma reunião das professoras para discutirmos a organização dos exames. Respeitando a opinião de todas e aproveitando o parecer de algumas, ficou resolvido que as classes de primeiro ano “A”, “B”, de segundo e terceiro anos, fariam exames em um só dia. [...] Resolvemos que Português e Aritmética em todas as classes teriam exame escrito e oral. As outras matérias em primeiro, segundo e terceiro anos, só escritas. Em quarto e quinto anos, assim: Português e aritmética, oral e escrito. Geografia, História e Ciências, só orais (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1949c, p. 13).

Constam nos relatórios mensais que, quando necessário, seria comunicado à inspetoria o número de vezes em que as professoras teriam deixado de elaborar os planos de aula, assim como nos atestados mensais seriam anotados os nomes das docentes que durante o mês não estivessem presentes no início das aulas; nesses textos também deveriam ser fixadas as informações sobre as classes que fossem dispensadas por falta de aulas, constando as causas disso, segundo se constata na transcrição a seguir:

A reunião teve como objetivo transmitir às professoras os avisos, que recebeu D. Nísia Guerreiro do Chefe de Educação e Saúde, Dr. Eudoxio Casasanta Pereira.

A diretora transmitiu os seguintes avisos:

- 1) Será obrigatório, em todas as classes, o planejamento das aulas.
- 2) Em relatório mensal, quando necessário comunicar a Inspetoria o número de vezes que a professora deixou de elaborar o plano de aula.
- 3) A diretora terá o direito de criticar os planos de aula e mesmo orientar a professora na elaboração dos mesmos.
- 4) Nos atestados mensais serão anotados os nomes das professoras que durante o mês não estiverem presentes no início das aulas.
- 5) Fixar em relatórios mensais as classes que forem dispensadas por falta de aulas bem assim como a causa da dispensa (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1958b, p. 70).

A despeito das imposições feitas e das inúmeras imposições, as docentes não encontravam condições favoráveis ao trabalho, como podemos perceber no ano de 1951 quando, em uma visita ao Grupo Noturno Augusto César, o jornal *Correio* informou que havia nove professoras para lecionar em cinco salas. O grupo ainda sofria com a falta de material didático e também de água.

Apenas 9 professoras esforçadas, lecionando em 5 salas. [...] Dá-se então o caso de funcionarem duas classes diferentes na mesma sala, obrigando as mestras a uma ginástica de conciliação: enquanto uma dá aula em voz alta, a outra usa de exercícios escritos para obter o silêncio necessário à preleção da companheira. São assim mais de 100 alunos a estudarem com duas professoras matérias diversas, pois, em média, as classes têm 60 alunos – o que é antipedagógico (TEREZA, 1951, p. 4).

Podemos analisar acima que as docentes encontravam situações difíceis e precárias para o desenvolvimento do ensino, sofrendo com a falta de materiais didáticos e espaço, como mencionado, assim também como o grande número de alunos por salas, problemas que eram enfrentados por todos os grupos escolares noturnos.

Com as citações, observamos que elas eram constantemente cobradas para desempenharem um bom trabalho com as turmas, no entanto, não encontravam situações favoráveis para isso. Esse acontecimento pode ser notado em todos os grupos escolares noturnos, porém é importante ressaltar que mesmo com os problemas, as professoras conseguia desempenhar um bom papel com as classes, visto que, conforme podemos analisar no Quadro 31, mais de 50% dos alunos conseguiram concluir as séries que cursavam.

QUADRO 31 – Grupo Noturno Augusto César: número total de matrículas efetuadas e total de alunos concluintes

ANO	Nº DE MATRÍCULAS EFETUADAS	Nº DE ALUNOS CONCLUINTE	%
1948	554	427	77
1949	515	412	80
1950	490	425	87
1951	526	397	75
1952	521	375	72
1953	416	226	54
1954	495	452	91
1955	599	530	88
1956	535	286	53
1957	507	262	52

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em Prefeitura Municipal de Uberlândia (1945a, 1948c, 1951b, 1954).

Outra dificuldade encontrada pelas professoras principalmente da 1^a série eram as classes heterogêneas, pressupomos que como havia muitos repetentes nos grupos escolares, elas encontravam alunos com diferentes níveis de aprendizagem. “Deu logo após algumas orientações às professoras em geral e principalmente às professoras da 1^a série que apresentavam dificuldades no ensino da Língua Pátria. Dificuldades provocadas por serem as classes heterogêneas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1958b, p. 70).

As docentes a todo o momento passavam por pressões exercidas pelos seus superiores, que utilizavam estratégias, ou imposições, para determinar como deveria ser desenvolvido o seu trabalho. Ao observarmos essas situações vividas por essas profissionais, podemos nos lembrar de Certeau, o qual nos fala sobre as estratégias e as táticas. Aquelas, de acordo com ele, são a “arte dos fortes”:

A estratégia implicava a existência de um sujeito de querer e poder, instalado em um lugar suscetível de ser concebido como próprio e, simultaneamente, a base de partida de ações visando a uma exterioridade de alvos. Por próprio, devia se entender a vitória do lugar sobre o tempo. Baseando-se no princípio panótico, usava a metáfora do lugar para indicar as propriedades das instâncias do poder. (CERTEAU, 1994, p. 277)

No entanto apesar das imposições e das dificuldades enfrentadas, as docentes conseguiram desenvolver táticas para realizar o seu trabalho, tal como, segundo já mencionado, a divisão de uma

sala com duas turmas, enquanto uma professora ministrava aula a outra passava atividades escritas para obter silêncio dos alunos, táticas que, segundo Certeau (1994, p. 277), são as artes dos fracos:

A tática, por outro lado, configurava-se na arte dos fracos, circulando num espaço que lhe era sempre alheio. Por não possuir um lugar próprio, movia-se no interior do campo inimigo, tendo por aliado apenas o tempo, as possibilidades oferecidas pelo instante em que a vigilância do poder falhava.

Outra prática escolar comum encontrada no desenvolvimento da pesquisa diz respeito às comemorações. Estas mencionam às datas cívicas, finais de anos letivos e formaturas de alunos. Souza (1998, p. 250) refere-se a essas ocasiões especiais para a comunidade escolar como rituais, nos quais, segundo a autora, esses momentos adquiriam “uma peculiar dramaticidade e manifestava conotações especiais”. Sobre isso, Matta (1997, p. 31) também informa que “é um dos elementos mais importantes não só para transmitir e reproduzir valores, mas como instrumento de parto e acabamento desses valores, do que é prova a tremenda associação – ainda não estudada – entre ritual e poder”.

Segundo Souza (1998, p. 253-254), as festas de encerramento nos grupos escolares eram tidas como eventos oficiais, e contavam com a participação da comunidade escolar, das famílias, autoridades e a imprensa, através dessas solenidades a escola reafirmava seu papel e valor social. De acordo com a autora, nesses momentos, a instituição se transformava em um palco e cenário, nos quais os alunos se tornavam atores encenando para a sociedade “o espetáculo da cultura, das letras, da ordem, das lições morais e cívicas”.

Nos grupos escolares noturnos não era diferente, no encerramento do ano letivo eram realizadas festas que contavam com a presença de personalidades, tais como: o prefeito da cidade que estivesse em exercício naquele ano e o chefe da Educação e Saúde do Município, Jerônimo Arantes, além dos alunos, pais e docentes da escola.

No encerramento do ano letivo de 1951 foi feito, no salão do Grupo, um lanche festivo com os alunos concluintes e contou com a presença de convidados, como o Prefeito da cidade Tubal Vilela, o secretário da Prefeitura Américo de Abreu e Jerônimo Arantes e também com os pais dos alunos concluintes (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1951a, p. 47).

No salão de festa do referido Grupo às vinte horas, fez-se a entrega de prêmios aos melhores classificados nos exames finais do quarto ano. Em seguida ofereceu-se aos quartanistas uma lauta mesa de doce regada de guaraná. A festinha foi abrilhantada com o conjunto musical “Crosara” e alguns números de canto e poesia executados pelos formaturandos (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1952c, p. 11).

Encerramento: A função das aulas no período letivo do primeiro semestre encerrou no dia 28 de junho, quando se realizou uma festa pelos alunos das classes em conjunto, alusiva àquele acontecimento. Foi um dia festivo, prenúncio da alegria reinante no período das férias regulamentares nessa fase do ano letivo, que se decorrera na primeira quinzena de julho (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1961b, p. 2 e verso).

De acordo com Souza (1998), outra prática ocorrida nas festas de encerramento dos grupos escolares eram as exposições dos trabalhos e atividades desenvolvidos pelos alunos na escola. Nesses momentos, a sociedade tinha conhecimento da qualidade do que fora realizado nas instituições. As exposições eram uma fonte de orgulho dos professores, alunos e familiares, pois demonstravam a todos o capricho, esforço, empenho e dedicação dos docentes e alunos.

Ainda como parte das festas de encerramento do ano letivo, as exposições escolares tornaram-se outra prática diurna nos grupos escolares. Representavam um momento de exposição pública do trabalho e das atividades desenvolvidas na escola. Por meio delas as famílias dos alunos e a população em geral tomavam ciência da qualidade do trabalho desenvolvida nos estabelecimentos de ensino. Fonte de orgulho de professores, alunos e familiares a exposição denotava o capricho, o desvelo, a habilidade, o esforço, o empenho e a dedicação dos alunos e professores (SOUZA, 1998, p. 253).

Essas exposições também ocorriam nos grupos noturnos. Nas cerimônias havia exposições de trabalhos dos alunos, assim como cantos, bailados e declamações feitas por eles próprios. Após as atividades, eram servidos lanches para os convidados. Além disso, também ocorriam premiações aos alunos que obtivessem melhores resultados nas provas finais, em frequência e comportamento. Sobre esse fato Souza (1998, p. 247) afirma que “A premiação dos alunos mais brilhantes ressaltava a força simbólica de uma cultura escolar que se estava construindo com base na homogeneização e, contraditoriamente, na individualização”.

Ainda de acordo com ela, “A escola abria-se à cidade, à rua, à sociedade, aos alunos, aos seus pais, aos seus amigos e suas famílias. Nas festas e nas exposições ela se dava a conhecer e a admirar ainda que fosse de forma teatralizada e figurativa” (SOUZA, 1998, p. 261). Sobre esse fato analisamos uma festa de encerramento do primeiro semestre de aula ocorrida no Grupo Escolar Noturno Augusto César em 1951, que contou com a participação de várias personalidades públicas da cidade. Na ata da escola, a solenidade é vista de forma perfeita, no entanto, ao ser descrita pelo jornal *Correio* as condições enfrentadas para o seu acontecimento, percebemos o contraste, alunos e professoras sofriam com a falta de estrutura da escola, de material escolar e água, esforçando-se para ensaiar para o evento:

Aí temos um Grupo escolar inteiro funcionando apenas 5 salas de outra Escola. Sem água, sem material didático que não existe. Com tudo que faz do magistério

uma carreira de sacrifício em vez de uma carreira de agrado. E, no entanto, lá no Grupo, na noite em que lá aparecemos se ensaiava uma festa de encerramento – procurando as professoras interessar as crianças de maneira a fazê-las esquecer o que lhes falta, de maneira a fazê-las sentir o quanto são queridas pelos seus professores (TEREZA, 1951, p. 4).

Realizou-se aos dias vinte e oito de junho de mil novecentos e cinquenta e um, no galpão do Grupo Noturno “Augusto César”, a festinha de encerramento das aulas do primeiro semestre. Esta festinha foi abrilhantada pela presença do Exmo. Sr. Tubal Vilela da Silva, Prefeito Municipal, do Exmo Snr. Jerônimo Arantes mui digno Chefe de Educação e Saúde, dos ilustres vereadores Dr. Cleanto V. Gonçalves, Sebastião Pacheco, Américo Ferreira, José Rezende Ribeiro e Pedro Swinth e da ilustre professora Maria de Lourdes Naves Borges e da gentil senhorinha Lilá Pimentel Cabral.

O programa constou de números escolhidos e variados que foram muito bem interpretados pelos alunos. O aluno do 4º ano [...] chamou a atenção dos presentes autoridades e visitas, declamando otimamente, a poesia Jesuítas, de Castro Alves. Os alunos [...] se destacaram dos demais deliciando-nos com bonitos solos de violão e sanfona. A professora Walderez Mamede foi entusiasticamente aplaudida, declamando a poesia Vaidosa, de Castro Alves. Nossos alunos [...] interpretaram muito bem os seus papéis. O que mais impressionou aos assistentes, porém, foi o acróstico Tubal Vilela da Silva, entusiasticamente declamado pelo aluno [...] do 4º ano. O aluno [...] cantou “Ai Maria” fazendo uma perfeita imitação de Bob Nelson. A festinha decorreu num ambiente alegre, num ambiente de cordialidade, de cooperação e os alunos se portaram muito bem (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1951a, p. 1-2).

Além desses eventos, outras práticas encontradas nos grupos noturnos foram as comemorações das datas cívicas. Nestas, as professoras preparavam várias atividades nos grupos escolares, nas quais os alunos participavam declamando poesias, cantos, confeccionando cartazes. Como podemos observar no Grupo Escolar Felisberto Carrejo:

No dia 20 de abril do não de 1953, às 19,40 horas numa das salas do Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa, onde funciona o Grupo Municipal Noturno Felisberto Carrejo iniciou-se a festinha em comemoração a “Tiradentes”, com o comparecimento de todos os alunos deste estabelecimento de ensino.

A diretora e algumas professoras tomaram parte da mesa.

Deu por iniciada a festinha:

- 1 – Ouvimos a palavra de uma aluna do 4º ano, [...] que falou sobre a data, isto é, sobre Tiradentes.
 - 2- Poesia Ave Maria, pela aluna [...] do 3º ano.
 - 3- Poesia – A Morte de Tiradentes, pelo ano do 4º ano [...].
 - 4- Poesia – A Sombra de Tiradentes pelos alunos do 4º ano,
 - 5- Para encerrar os alunos do 3º e 4º ano cantaram o Hino a Tiradentes.
- (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1953a, p. 12).

No dia 1º (primeiro) de maio às 20 horas no salão de festa do Grupo Dr. Pimentel de Ulhôa onde funciona o Grupo Noturno Felisberto Carrejo, reuniram-se os corpos docentes e discentes para a comemoração da data do trabalho.

A diretora [...] e demais professoras tomaram seus lugares à mesa na abertura da sessão. Em seguida eu [...] ,uma das organizadoras da festa, fiz uma palestra sobre

o trabalho. Ouvimos depois os alunos do 1º ano B e C na seguinte ordem de Apresentação:

- 1-[...] na poesia: o trabalho.
- 2-[...] na poesia: o Brasil.
- 3-[...] na poesia: a enxadinha.
- 4-[...] no canto: Me lembro quando criancinha.
- 5-[...] cantando: Índia
- 6-[...] na poesia: Deus.
- 7-[...] no canto: O carteiro.
- 8-[...] na poesia: O trabalho é um grande bem.
- 9-[...] no canto: Mãezinha querida.
- 10-[...] no canto: O Paraguai.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1953c, p. 13).

As professoras além de programarem as atividades enalteciam as personalidades ou as datas comemorativas:

O calendário assinala no dia 13(treze) de maio, *uma das datas magnas da História Pátria. É a vitória brilhante de uma luta gigantesca incitada por uma plêiade de brasileiros que escreveram as páginas áureas da abolição da escravatura.* Em comemoração à data, realizou-se no salão de festas do Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa, onde funciona o Grupo Noturno Municipal Felisberto Carrejo, um pequeno auditório. A êle estiveram presentes os corpos docente e discente. Aberta a sessão, foram as professoras convidadas a tomarem seus lugares à mesa, presidida pela sua diretora [...].

O programa foi o seguinte:

- 1-Hino a 13 de maio – pelos alunos dos 2º anos A e B.
- 2-Palestra sobre 13 de maio – por [...] – 2º ano B.
- 3-Pai João – poesia por [...] – 2º ano A.
- 4-Diálogo – O senhor e o aluno por [...] – 2º ano A e [...] 2º ano B.
- 5-Lição de História – [...] 2º ano B.
- 6-13 de Maio – canto por [...] – 2º ano B.
- 7-Princesa Izabel – poesia por [...] 2º ano A.
- 8-13 de maio – poesia por [...] 2º ano B.
- 9- 13 de maio – poesia por [...] 2º ano B.
- 10- Encerramento – Hino Nacional por todos os alunos.

Após o programa, fizeram uso da palavra algumas das professoras presentes com brilhantes palavras alusivas à data.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1953b, p. 14, grifos nossos).

Tiradentes – Foram organizadas em todas as classes do estabelecimento de véspera, do dia 21 de abril, a comemoração dessa importante data histórica da nossa Pátria, quando as professoras fizeram preleções para os alunos, enaltecendo a personalidade do protomártir da nossa independência que foi o grande patriota Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha, Tiradentes.

Comemorou-se também na mesma data o “Dia do Índio”, ocorrido dia 19 do mesmo mês.

Dia do Trabalho – A data de 1º de maio, em que se comemora o Dia do Trabalho, foi também festivamente comemorado, cantando-se o Hino do Trabalho, tendo os alunos representado um bem feito auditório, cujo assunto prendia-se à importância

do trabalho na grandeza de todas as nações, e o dever do trabalho que todos devem praticar.

Dia das Mães – O segundo domingo do mês de maio, consagrado ao “Dia das Mães”, recaiu este ano no dia 14 de maio. Essa data foi muito bem festejada no estabelecimento, tendo os alunos organizado lindos cartazes com expressão de amor filial nos dizeres que escreveram.

As professoras reverenciaram a memória das mães que já deixaram o mundo. Foi uma festa onde se transpareceu o sentimento de amor maternal de muita emoção e ternura.

Duas Comemorações – Nesta relação, ainda mencionaremos duas comemorações, que se fez no mês de agosto, sendo a do Dia do Soldado, na data de 25 e na data de 31 de agosto, que é o Dia da Cidade, considerado feriado municipal.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1961a, p. 2).

É interessante analisar os conteúdos das apresentações feitas nos grupos escolares noturnos, todas enaltecendo o “trabalho”, “o país”, “a religiosidade”, os “heróis da pátria”, conteúdos que nos remetem aos trabalhados no período do Estado Novo, disciplinas ligadas às ideias de ordem, progresso, civismo e disciplina. No referido período, o objetivo era formar o cidadão, tendo como base “uma política educacional com ideias de nacionalismo, moral civismo, culto à Pátria e às tradições” (MARTINS; SANTOS, 2011, p. 210). Apesar de não estar mais no mencionado período, as docentes ainda reproduziam os mesmos métodos aprendidos anteriormente.

Entre as comemorações, encontramos uma no Grupo Escolar Governador Valadares em 1953 de encerramento da Semana da Criança, que além de constar as atividades festivas e ter a presença de personalidades, como do prefeito Tubal Vilela e uma comissão da loja maçônica “Luz e Caridade”, e o chefe do Serviço de Educação e Saúde, Jerônimo Arantes, houve a entrega à diretora de uma doação da referida comissão destinada à caixa escolar do grupo para auxílio da cantina, onde foi inaugurado um pavilhão, pois, de acordo com os oradores, a escola tinha um grande número de crianças pobres.

Aos dezessete do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), no salão de festas do Grupo Escolar Municipal “N.S. do Carmo”³⁰, desta cidade, teve lugar um auditório, em comemoração ao encerramento da “Semana da Criança”, constando o programa de bailados, declamações e hinos escolares, pelos alunos das turmas mais adiantadas. À solenidade compareceram o Sr. Tubal Vilela da Silva, Prefeito Municipal, uma comissão da Loja Maçônica “Luz e Caridade”, formada pelos maçons [...] e o Sr. Chefe de Educação e Saúde, Sr. Jerônimo Arantes.

A comissão [...] fez a entrega à diretora do aludido Grupo da importância de CR\$5.500,000 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) destinada à caixa escolar do mesmo Grupo para auxílio à cantina.

A aludida importância constava no cheque de nº368030, procedente do Banco Nacional do Comércio e Produção S/A, que foi entregue à diretora. Falaram diversos

³⁰ Em 1947 o Grupo Escolar Governador Valadares alterou seu nome para Grupo Escolar Nossa Senhora do Carmo, como mencionado na seção anterior.

oradores sobre o motivo de proteção à criança pobre, enaltecedo o trabalho escolar naquele estabelecimento que abriga um grande número de crianças pobres. Foi também inaugurado o pavilhão da cantina pelo Sr. Prefeito Municipal. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1953b, p. 41).

No Grupo Escolar Augusto César, além da solenidade de encerramento do semestre em 1951 e homenagem ao prefeito Tubal Vilela constam várias promessas feitas por ele e outras personalidades que participaram da festa, em que diziam conseguir bolsas de estudos para os dois melhores alunos do 4º ano, oferecendo também tratamento odontológico para outros dois que seriam enviados pelo grupo escolar ao consultório dentário.

No término da festa o Exmo. Sr. Prefeito fez uso da palavra pedindo ao Vereador Dr. Cleanto V. Gonçalves para agradecer às professoras e alunos a homenagem que lhe foi prestada. [...] prometendo-nos, em nome do Prefeito e dos vereadores presentes, dar todo apoio necessário ao Grupo, oferecendo-nos seus serviços e disse-nos que tanto a Câmara como o Prefeito estariam sempre prontos a auxiliarnos no que fosse necessário. [...] aproveitando eu para pedir-lhe o seu auxílio para os melhores alunos do 4º ano: [...], que desejam continuar seus estudos e não dispõem de meios. O Sr. Prefeito prometeu-me auxiliá-los e disse que no término do ano, por ocasião dos exames, deseja presentear aos melhores alunos do Grupo e também aos artistas. [...] O Vereador Sebastião Pacheco gostou imensamente da festinha e prometeu-nos fazer uma ótima reportagem sobre a mesma, prometeu também conseguir bolsas de estudos para os dois melhores alunos do 4º ano, pediu-nos para mandar ao seu gabinete dentário os alunos [...] para que estes lhes forneçam os dados detalhados da Associação Auxiliadora Missão Honrosa, entidade recém-fundada no Grupo, por um grupinho de bons alunos que tem finalidades notáveis e dignas. O ilustre Vereador pretende levar ao conhecimento do povo überlandense esta notável iniciativa.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1951a, p. 1-2).

No desenvolvimento da pesquisa, notamos que os grupos escolares eram os lugares escolhidos pelos políticos locais para divulgarem a imagem de “comprometidos com o bem social e preocupados com sociedade”. Como as festas de final de ano letivo, semestre e comemorações de datas cívicas eram abertas à sociedade, se tornavam o local pelo qual eles sempre procuravam estar presentes faziam todo tipo de promessa, desde ajuda ao grupo escolar com doações, à assistência social aos alunos, no entanto, não sabemos se isso era cumprido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a educação de adolescentes e adultos recebeu atenção no Brasil somente quando os resultados do recenseamento de 1940 apontaram que 55% da população acima dos 18

anos era analfabeta. Dessa maneira, começou-se a investir nessa área de ensino, no entanto, observamos que esta passou a ser oferecida não porque era um direito já estabelecido pela constituição de 1934, mas porque com essa alta taxa de analfabetismo o país ficava com uma imagem ruim internacionalmente. Assim, toda a obrigação, no que diz respeito aos problemas do país, foram direcionados a esses indivíduos, desviando a atenção das áreas responsáveis. A educação deles foi utilizada também como uma estratégia para se conseguir criar bases eleitoreiras, já que, naquele período, tinha direito ao voto somente as pessoas consideradas alfabetizadas.

No início da dissertação, citamos três fatores que influenciaram no desenvolvimento da educação de adultos no Brasil, que comprovamos durante o desenvolvimento deste trabalho: a primeira, a falta de uma política pública permanente, na qual verificamos que as campanhas de alfabetização não tinham continuidade, conseguiam bons resultados quantitativos em seus primeiros anos de execução, porém não permaneciam com o passar dos anos. A segunda, a visão assistencialista, encontramos já na segunda metade do século XIX essa perspectiva que foi reafirmada durante todo o desenvolvimento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, que divulgou a educação como um favor aos analfabetos, visão que permeia até os dias atuais. Outro fator importante foi a insuficiência de teorias sobre o processo de aprendizado dessas pessoas, já que passavam pelo mesmo processo de aprendizagem das crianças. Esse fator foi um dos responsáveis pelos fracassos das campanhas implantadas pelo governo.

Apesar de todos os problemas apontados durante o desenvolvimento da primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil (CEAA), consideramos que através dela novos caminhos se abriram para se pensar a educação de adolescentes e adultos no país, assim como essa área ganhou visibilidade e, consequentemente, mais importância no cenário nacional. Ao buscarem apoio para a CEAA, as autoridades responsáveis passaram à sociedade a representação do analfabeto como ser incapaz, ignorante, peso da sociedade, o que trouxe um grande preconceito a essas pessoas. Os jornais enfatizaram essas representações, visto que eram utilizados como estratégia para se conseguir voluntários e comover empresas e instituições para atuar no que seria “a salvação nacional”.

Uberlândia, com seu lema ordem, progresso e modernização, ajudou no desenvolvimento da campanha no momento em que se julgava necessário passar a imagem de cidade moderna, que contribuía para o bem do país, no entanto, quando essa ação se chocou com os interesses da elite, passou a receber críticas nos jornais, que até então divulgavam a sua importância.

No que se refere às escolas e grupos noturnos de Uberlândia, não localizamos informações específicas de que funcionavam para atender adolescentes e adultos, no entanto, encontramos dados que nos indicaram que esses alunos eram recebidos, sendo eles trabalhadores em sua maioria. Nessas instituições havia altas taxas de evasão e repetência, principalmente no primeiro ano primário.

Os grupos noturnos não ofereciam condições adequadas aos alunos e professores, que eram obrigados a conviver com a estrutura precária dos prédios, falta de energia, falta de materiais didáticos e até mesmo de água. Nessa perspectiva, é interessante pensar que eram disponibilizadas vagas aos alunos, porém, não se oferecia condições para que estes permanecessem nas escolas, já que para se chegar até elas era preciso enfrentar problemas, como a falta de estrutura física dos bairros distantes da área central do município, problemas de locomoção e outros.

Em relação às práticas docentes, percebemos que os grupos e as escolas noturnas reproduziam as práticas das escolas diurnas, dessa maneira, adolescentes e adultos recebiam o mesmo ensino que as crianças, esse fato é nítido nas festas cívicas, comemorações e finais de ano letivo. Percebemos, ainda, que as docentes sofriam uma grande pressão da diretora e do inspetor de ensino para que tudo fosse feito com rigor e disciplina, traços da educação do Estado Novo, período anterior ao pesquisado.

No que se refere às epígrafes do livro *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, estas não foram inseridas por acaso neste trabalho, cremos que essa obra dialoga com a história da Educação de Adolescentes e Adultos, nosso objeto de estudo. Apesar de não contar a história de instituições escolares noturnas ou de participantes das campanhas de alfabetização, entendemos que ela se assemelha à vida desses sujeitos. Pessoas simples, que sonhavam em ter uma vida melhor para si e principalmente para os filhos.

Na segunda seção, a primeira epígrafe retrata essa cena, Sinhá Vitória e Fabiano indo para o Sul, provavelmente rumo à cidade sonhando encontrar uma vida melhor. Sonhando em matricular os filhos em escolas, nas quais aprenderiam coisas “difícies e necessárias” que lhe dariam novas perspectivas. Acreditamos que esse também era o sonho dos pais dos adolescentes e também dos adultos participantes das classes e grupos noturnos que viviam na cidade e dos muitos que saíram do interior ou do campo em busca de oportunidades. Como no período estudado ocorre o êxodo rural, pensamos que muitas pessoas saíram do campo e do sertão na esperança de encontrar uma vida melhor nas grandes cidades, assim como Fabiano, Sinhá Vitória e os filhos e acabaram como na história “presos nela”, por não terem condições de retornar.

A da terceira seção retrata Fabiano, que Graciliano Ramos descreve como alguém que não sabia conversar como as pessoas da cidade, mas que admirava as palavras que eram consideradas “compridas e difíceis”; o personagem até tentava reproduzir algumas, mas que por não entender o que significavam seria para ele inúteis e “talvez perigosas”, situação que provavelmente os adolescentes e adultos viviam no seu dia a dia ao conviver com pessoas que eram alfabetizadas, e que para tentar modificar essa cena buscaram ajuda nos grupos e nas classes noturnas.

Já na quarta seção, a epígrafe ilustra um momento vivido por Fabiano, no qual, segundo o autor, se o personagem tivesse recebido ensino, conseguiria entender e saberia se defender de muitas coisas. Acreditamos que os adolescentes e adultos analfabetos passavam por isso que por não entenderem e não saberem se proteger, eram submetidos a todo tipo de situação, como receber o preconceito da sociedade, serem responsabilizados por problemas que deveriam ser resolvidos pelas autoridades competentes para tal e receber a educação como um favor e não como um direito que já era estabelecido pela constituição de 1934.

Em relação à pesquisa, notamos que a história da educação atualmente investiga temas que tenham grande “visibilidade” na sociedade, como a história de grupos escolares suntuosos, personalidades públicas importantes para a educação e outros. No entanto, não encontramos muitos estudos que sejam voltados para campos que visivelmente “não têm tanto significado para a sociedade”. Dessa forma, ressaltamos que é importante e necessário estudar temas que abordem a população em geral, por exemplo, a história da educação de jovens e adultos, que pode nos revelar caminhos antes inexplorados dentro do campo mencionado.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, fizemos algumas perguntas que ainda nos instigam a investigar essa área: os documentos que encontramos pouco nos revelam sobre as práticas docentes, o trabalho pedagógico desenvolvido nos grupos e escolas noturnas. Assim, entendemos que ainda é necessário continuar explorando a história da educação de adolescentes e adultos e as práticas pedagógicas desenvolvidas nos grupos noturnos e nas classes de alfabetização, é preciso conhecer os alunos. Consideramos que como ouvimos um lado da história, aquela contada pelos jornais, arquivos e documentos escolares, seria necessário ouvir a de quem vivia no dia a dia, professores e alunos. Outra pergunta que nos estimula: ao pesquisar essas instituições da cidade de Uberlândia, encontramos as documentações até o ano de 1959, seria interessante descobrir por que não há mais registros desses a partir dessa data, será que os grupos noturnos foram extintos? Não receberam mais investimentos?

Acreditamos que o desenvolvimento deste trabalho foi importante para promover uma reflexão sobre a qualidade da educação ofertada àqueles que não tiveram a oportunidade de estudar no momento certo, assim também para que ocorra uma reflexão sobre as metodologias de ensino e as políticas públicas empregadas nessa modalidade de ensino. Esperamos que, ao desenvolver esta dissertação, tenhamos conseguido contribuir para que possam surgir novos caminhos de investigação da história da educação no município de Uberlândia.

REFERÊNCIAS

ARANTES, J. **Cidade dos sonhos meus**. Memória histórica de Uberlândia. Edição ampliada e ricamente ilustrada. Uberlândia: Edufu, 2003.

ARANTES, J. **Polêmicas em defesa do patrimônio histórico de Uberlândia**. Uberlândia, Edufu, 2011.

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e cidadania. **Revista de educação de jovens e adultos**, São Paulo, n. 11, p. 9-20, abr. 2001.

BACELLAR, Carlos de A. P. Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-80.

BANQUEIRO. **Aulete digital**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/banqueiro#ixzz3OAxfQg6w>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

BEISIEGEL, C. R. A educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Alfabetização e cidadania**. São Paulo, n. 16, p. 19- 27, jul. 2003.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES NETTO, Mário; SANTOS, Sônia Maria. **Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa**: memória, história, linguagem e cidadania (1930-1960). In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO

CIENTÍFICA, 12., 2008, Uberlândia. Disponível em: <<https://ssl4799.websitese seguro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/IC2008-0392.PDF>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

BOSCHI, Caio César. **Por que estudar História?**. São Paulo: Ática, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. **A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto Republicano (Uberabinha – MG 1911-1929)**. 2002. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães. 2. ed. Edição revisada e ampliada. Uberlândia: Edufu, 2007.

CARVALHO, Rosana Areal; ALVES FILHO, Eloy. O papel da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária na industrialização de Uberlândia – 1950-1970. **História e Perspectiva**, Uberlândia, v. 22. p.115-142, jan./jun. 2000.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.). **História**: novos problemas. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 17-48.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Anne-Marie. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. **Revista brasileira de história da educação**. n. 3, p. 9-26, jan./jun. 2002.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Tradução de Manuela Galhardo. Algés: Difel, 2002.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista teoria & educação**, Porto Alegre, v. 2, p.177-229. 1990.

COELHO, Leni Rodrigues. **Educação de jovens e adultos**: as ações do Moberal no município de Patos de Minas/MG (1970-1980). 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas da corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Faculdade de Educação/UFU, 2006. p. 5.013-5.024.

DANTAS, Sandra Mara. **De Uberabinha a Uberlândia**: os matizes de um projeto de construção da Cidade Jardim (1900-1950). In: BRITO. Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Morais (Org.) **Uberlândia revisitada**: memória, cultura e sociedade. Uberlândia: Edufu, 2008. p. 19-50.

DIAFILME. **Aulete digital**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/DIAFILME>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as políticas do analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Org.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: D.P&A, 2004. p. 13-28.

FÁVERO, Osmar. **Memórias das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966).** DVD Educação Popular 1947-1966 (2008). Disponível em: <<http://forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

FERNANDES, Arthur. Uberlândia tem 18 mil pessoas analfabetas. **Correio de Uberlândia.** 2011 jul. 7. Disponível em: <<http://www.correiouberlandia.com.br/cidade-e-regiao/uberlandia-tem-18-mil-pessoas-analfabetas/>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

FONSECA, S.G.; VIEIRA, M. C. Política de educação de jovens e adultos no Brasil: experiências e desafios no município de Uberlândia – MG (anos 80 e 90). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, 2000. p. 1-24.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História da educação e história cultural. In: VEIGA, Cynthia G.; FONSECA, Thaís N. de Lima e (Org.). **História e Historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 49-75.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

FREITAS, Marcos Cesar de; BICCAS, Maurilane de Sousa. **História social da educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo: Cortez, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (CPDOC). **Anos 20:** Revolução de 1930. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/ A Era Vargas 1/anos20/Revolução30>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas.** 8. ed. [S.l.]: Ática, 2001.

GALERIA DE governadores do Estado de MG. Benedito Valadares. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10185-benedito-valadares-ribeiro/5794/5241>>. Acesso em: 5 jun.2014

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUARATO, Mônica. **Alfabetização de adultos**: a experiência do Móbital no município de Uberlândia-MG (1971-1985). 2001. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. 1991. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista brasileira de educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio./ago. 2000.

HISTÓRIA nas escolas: Eurico Silva. Uberlândia de ontem e sempre. Disponível em: <<http://close.com.br/uberlandiadeontemesempre/historia-nas-escolas-eurico-silva>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

INVENTÁRIO de proteção do Acervo Cultural Minas Gerais – Brasil. Uberlândia, estruturas arquitetônicas e urbanísticas. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5524.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Michelle Castro. **História de alfabetizadoras überlandenses**: modos de fazer no grupo escolar Bom Jesus 1955 a 1971. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes. **Memória de si, história dos outros:** Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos de 1919 a 1961. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes. História do Grupo Escolar Coronel Carneiro, Uberlândia-MG (1946-1971). **Cadernos de história da educação**, Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 501-521, jul./dez. 2010.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?**. Centro de Referência em Educação de Adultos. Publicado em 20/03/2005. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2011

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcanti. Novos trilhos, outras trilhas... In: BRITO. Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Morais (Org.). **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: Edufu, 2008. p.109-139.

LOURO, Guacira Lobo. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 443-481.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História & perspectivas**, Uberlândia, v. 2 n. 4, p. 37-77, jan./jun. 1991.

MAFRA, Leila de Alvarenga. O Ensino Médio noturno e a sociedade brasileira: expansão e organização pedagógica. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 75, n. 179/180/181, p. 89-117, jan./dez. 1994. Disponível em: <rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/313/314>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo de Império**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais/UFGM, 1959.

MARTINS, Rosa Maria de Sousa; SANTOS, Sonia Maria. A história oral de professoras primárias (1930-1950). **Cadernos de história da educação**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 207-217, jan./jun. 2011.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

MOURA SOBRINHO, Vicente Batista de. Imprensa e a massificação do ensino em Uberlândia – MG: a representação política enquanto um modo de análise sócio-histórica (1940-1970). In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. 2., 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003, p. 423-433.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A escola primária noturna na política educacional mineira – 1891-1924**. 2009. 453 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA. Letícia Borges. **Educação no campo**: Mobral no meio rural de Uberlândia/MG (1970-1985). 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

NO MEIO do papel tinha uma pedra. In: BOSCO, Antonio de Lima et al. (Org.). **Os poetas do Ladário e do Stella**. Uberlândia: Assis Editora, 2013. p.12.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição da história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história/Antoine Prost**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Relação de administradores do município de Uberlândia**. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=secretariasOrgaos&s=23&pg=738>>. Acesso em: 5 jun. 2014a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **11 Motivos para investir em Uberlândia**. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=invista>>. Acesso em: 15 jul. 2014b.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 41. ed. São Paulo: Record, 1978.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964**. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: anotações sobre o seu crescimento urbano. **Cadernos de história**, Uberlândia, v. 4, n. 4, p 49-62, jan. 1993.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Estruturação interna e a construção dos signos de modernidade da Cidade Jardim. In: BRITO. Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Morais (Org.). **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade.** Uberlândia: Edufu, 2008. p.142-177.

SOARES, Leônicio José Gomes. **Educação de adultos em Minas Gerais:** continuidades e rupturas. 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOARES, Leônicio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história de alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 257-277. v. 3.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos da civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)/Rosa Fátima de Souza. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, R. F.; FARIA FILHO, L. M. A contribuição dos estudos sobre Grupos Escolares para a renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893- 1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 21-56.

VIDAL, D. G. Escola nova e processo educativo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-517.

VIDAL, D. G. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera (Org.). **A cultura escolar em debate:** questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 4-30.

VIEIRA, Flávio César Freitas. Profissionalismos da professora Alice da Silva Paes no Ensino primário da Escola Pública Municipal Nocturna em Uberabinha. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Associação Nacional de História, 2009. p.1-8.

VIEIRA, Maria Cláisse. **Políticas de educação de jovens e adultos no Brasil:** Experiências e desafios no município de Uberlândia – MG (anos 80 e 90). 2000. 292 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

VIEIRA, Maria Cláisse. **A experiência do programa municipal de erradicação do analfabetismo de Uberlândia-MG:** dificuldades e avanços. Disponível em <[Http://Forumeja.Org.Br/Gt18/Files/Vieira.Pdf](http://Forumeja.Org.Br/Gt18/Files/Vieira.Pdf)>. Acesso em: 27 out. 2011.

VILELA, Cláudia Oliveira Cury. **Escola Noturna “Machado de Assis”:** primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941-1960). 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

VIÑAO, A. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e educação**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 7, p. 93-110. 2000.

ATAS PESQUISADAS E DOCUMENTOS

MINISTÉRIO da Educação e Cultura deseja boas festas. [Cartão]. Uberlândia, [195?]. Arquivo Público de Uberlândia, Acervo Jerônimo Arantes.

PLANTA geral da cidade. Uberlândia, 1953. Arquivo Público de Uberlândia, mapoteca.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Augusto César. 1945 a 1948.** Uberlândia, 1945a. Livro 13, p. 34-50. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de matrículas do Grupo Escolar Governador Valadares. 1945 a 1949.** Uberlândia, 1945b. Livro 14, p. 24-50. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Livro de atas do Grupo Escolar Governador Valadares. 1945 /1959.** Uberlândia, 1945c. Livro 102, p. 55-69.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de matrículas do Grupo Escolar Padre Anchieta. 1946 a 1919.** Uberlândia, 1946. Livro 16, p. 15-30. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Livro de ponto dos professores do Grupo Escolar Padre Anchieta. 1947 a 1952.** Uberlândia, 1947a. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de matrículas do Grupo Escolar Professor Bandeira. 1947 a 1953.** Uberlândia, 1947b. Livro 22, p. 1-8. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de exames do Grupo Escolar Professor Bandeira em 11 de dezembro. 1947.** Uberlândia, 1947c. Livro 104, p. 1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de transferência do nome do Grupo Escolar Municipal Governador Valadares em 15 de outubro de 1947.** Uberlândia, 1947d. Livro 102, p. 10 [verso].

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Registro de matrículas do grupo noturno Felisberto Carrejo. 1948 a 1950. Uberlândia, 1948a. Livro 25, p.1-50. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata da reunião escolar realizada em 27 de fevereiro de 1948.** Uberlândia, 1948b. Livro 106, p. 2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Registro de matrículas do Grupo Noturno Augusto César. 1948-1951. Uberlândia, 1948c. Livro 26, p. 1-50. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Livro de Atas das Reuniões Escolares do Grupo Noturno Felisberto Carrejo. 1948 a 1952. Uberlândia, 1948d. Livro 106. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata da primeira reunião realizada em 5 de abril de 1949.** Uberlândia, 1949a. Livro 106, p. 12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Termo de visita em 29 de maio de 1949. Uberlândia, 1949b. Livro 106, p. 10. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de reunião para preparação para exame realizada em 3 de novembro de 1949.** Uberlândia, 1949c. Livro 106, p. 13 [verso].

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Registro de frequência do mês julho de 1949. Uberlândia, 1949d, p.6. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata da I reunião escolar realizada em 15 de fevereiro de 1950.** Uberlândia, 1950. Livro 106, p. 26.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de encerramento do I semestre do ano 1951 do Grupo Noturno Augusto César no dia 28 de junho de 1951.** Uberlândia, 1951a. Livro 112, p.1-2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Augusto César. 1951/1953.** Uberlândia, 1951b. Livro 39, p. 1-37. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Felisberto Carrejo. 1951/1952.** Uberlândia, 1951c. Livro 36, p. 1-50. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de encerramento do ano escolar em 25 de novembro de 1951.** Uberlândia, 1951d. Livro 106, p. 47.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Felisberto Carrejo.** 1952. Uberlândia, 1952a, Livro 40, p.1-24. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Termo de visitas do ano 1952 do Grupo Noturno Augusto César, em 22 de abril de 1952.** Uberlândia, 1952b. Livro 112, p. 3 [verso]. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de encerramento de ano escolar em 22 de novembro de 1952.** Uberlândia, 1952c. Livro 113, p. 11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de comemoração cívica em 20 de abril de 1953.** Uberlândia, 1953a. Livro 113, p. 12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de comemoração cívica em 13 de maio de 1953.** Uberlândia, 1953b. Livro 113, p. 14. (Arquivo Público de Uberlândia).

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de comemoração do Dia do Trabalho realizada em 1 de maio de 1953.** Uberlândia, 1953c. Livro 113, p. 13.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata do Grupo Escolar Governador Valadares em 17 de outubro de 1953.** Uberlândia, 1953d. Livro 102, p. 41.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Felisberto Carrejo.** 1953/1954. Uberlândia, 1953e. Livro 43, p.1-49. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de frequência do Grupo Noturno Augusto César em maio de 1953.** Uberlândia, 1953f, p. 25. Arquivo Público de Uberlândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Registro de matrículas do Grupo Noturno Augusto César.** 1954 a 1958. Uberlândia, 1954. Arquivo Público de Uberlândia. Não paginado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de exames realizados em 14 de novembro de 1957.** Uberlândia, 1957. Livro 102, p. 67.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de exames realizados em 19 de novembro de 1958.** Uberlândia, 1958a. Livro 102, p. 69.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata da reunião escolar realizada em 15 de maio de 1958.** Uberlândia, 1958b. Livro 102, p. 70.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata das comemorações cívicas das datas históricas e outra que se realizaram no primeiro semestre de 1961, em 1 de setembro de 1961.** Uberlândia, 1961a. Livro 117, p. 2-3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de reunião Grupo Escolar Noturno Felisberto Carrejo.** Uberlândia, 1961b. Livro 117, p. 2 [verso].

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia. **Ata de reunião Grupo Escolar Felisberto Carrejo realizada em 10 de março de 1962.** Uberlândia, 1962. Livro 117, p. 4 [verso].

JORNAIS

900 CRIANÇAS überlandenses estão sem grupo escolar. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 fev. 1958. Não paginado.

2.000 CURSOS de educação de adultos para Minas Gerais. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 1, 28 de jul. 1948.

A PREFEITURA Municipal e o desenvolvimento do ensino primário. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 627, maio 1945.

AJUDE a Campanha de Educação de Adultos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p.1, 6 jan. 1949.

ALFABETIZAÇÃO de adultos. **O repórter**, Uberlândia, p. 4, 3 out. 1947.

ALFABETIZAÇÃO de adultos. **O repórter**, Uberlândia, p. 4, 24 mar. 1951.

ALFABETIZAÇÃO. **O repórter**, Uberlândia, p. 2, 13 out. 1947.

BUSEH, Leontina Silva. Jovem, ensine um adulto a ler. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 3, 21 out. 1947.

CAMPANHA da Educação. **O repórter**, Uberlândia, p. 3, 22 set. 1947.

CAMPANHA de Educação de Adultos. **O repórter**, Uberlândia, p. 2, 25 fev. 1952.

CAMPANHA de Educação. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 3, 23 out. 1947.

CAMPANHA de salvação nacional. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 3, 10 nov. 1947.

CAMPANHA Nacional de Educação. **O repórter**, Uberlândia, p. 2, 21 mar. 1951.

DECRETO-LEI nº125. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 2, 22 fev. 1945.

EDUCAÇÃO antes de tudo. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 2, 4 out. 1947.

EDUCAÇÃO Pública Municipal. **O repórter**, Uberlândia, 31 dez. 1950. Não paginado.

ENCERRAMENTO dos cursos supletivos. **Correio de Uberlândia**, p. 1, Uberlândia, 29 nov. 1948.

ESCOLAS para adultos de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 4, 9 mar. 1950.

ESTATÍSTICA Escolar Municipal de Uberlândia. Exercício de 1951. **O repórter**, Uberlândia, p. 2, 10 dez. 1951.

FALCÃO, Rubens. Cinco pétalas de uma flor. **Correio de Uberlândia**, p. 1, Uberlândia, 4 fev. 1948.

FALCÃO, Rubens. O elemento que estava faltando. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 2, 23 set. 1947.

FERVOROSO apelo do Sr. Presidente da República. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 2, 20 jan. 1947.

FOME e analfabetismo. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 3, 20 set. 1947.

IMPRENSA e a alfabetização. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 2, 12 mai. 1947.

INSTRUÇÃO primária. **O repórter**, Uberlândia, p. 2, 1 mar. 1948.

MINAS à frente da Campanha Nacional de Adultos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p.3, 7 mar. 1949.

NOVOS serviços vão ser entregues à cidade pelo prefeito – outras notas. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 4-3 mar. 1945.

O ANALFABETISMO no Brasil. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 3-4, 25 mar. 1954.

O CURSO primário passou a ser de 5 anos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 1, 24 jan. 1948.

O DEVER dos brasileiros. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 2, 20 out. 1947.

O ENSINO supletivo em Minas Gerais. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 3, 30 de out. 1949.

O QUE se faz em Uberlândia pela alfabetização de adultos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 4, 1 out. 1947.

OLIVEIRA, Alves. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 18 nov. 1944. Não paginado.

OS VOLUNTÁRIOS e a educação de adultos. **O repórter**, Uberlândia, p. 1, 5 jul. 1947.

PAPAGAIO velho não aprende a falar?. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 3, 11 jul. 1947.

PELA ALFABETIZAÇÃO de adultos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 1, 12 maio. 1947.

PREFEITURA Municipal de Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 4, 29 jan. 1948.

PROBLEMAS paralelos. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 3, 22 jun. 1948.

QUEIXAS, reclamações e sugestões. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 1, 4 mar. 1945.

SILVA, Eurico. Instrução e educação para adultos. **O repórter**, Uberlândia, p. 3, 1 mar. 1947.

SOB AMEAÇA de extinção, os cursos de alfabetização de adultos. **O repórter**, Uberlândia, p. 1, 2 jul. 1953.

TEREZA, Maria. Escolas municipais. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 4, 7 jul. 1951.

UMA ESCOLA que se abre. **O repórter**. Uberlândia, p. 1, 3 set. 1947.

VIGOROSO combate ao analfabetismo realiza o governo da república. **O repórter**, Uberlândia, p. 3, 8 nov. 1950.

VÍTIMA e não réu. **O repórter**, Uberlândia, p. 1, 23 jun. 1947.